

UNIJUÍ – UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE
DO SUL

FABÍOLA SOSTMEYER POLITA

**O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DOS VINHEDOS (BENTO
GONÇALVES-RS)**

Ijuí

2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

FABÍOLA SOSTMEYER POLITA

**O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DOS VINHEDOS (BENTO
GONÇALVES-RS)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-graduação *Stricto Sensu* – Mestrado em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Unijui – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, DEAg – Departamento de Estudos Agrários, DECon – Departamento de Economia e Contabilidade, DEAd – Departamento de Estudos de Administração, DEJ – Departamento de Estudos Jurídicos

Orientador: Dr. David Basso

Ijuí

2006

UNIJUÍ – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* - Mestrado em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania

A Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação

**“O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DOS VINHEDOS (BENTO
GONÇALVES-RS)”**

elaborada por

FABÍOLA SOSTMEYER POLITA

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania

Banca Examinadora:

Prof. Dr. David Basso (UNIJUI): _____

Prof. Dr. Nelson Giordano Delgado (UFRRJ): _____

Prof. Dr. Benedito Silva Neto (UNIJUI): _____

Ijuí (RS), 17 de março de 2006.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Rosalino e Lori Polita, que sempre me apoiaram em meus projetos, incentivaram constantemente meu aprimoramento e me ampararam ao longo de todos os anos de estudo.

AGRADECIMENTOS

As pesquisas que compõem este trabalho tiveram sua origem, verdadeiramente, no ano de 2001, quando estive pela primeira vez no Vale dos Vinhedos. Desde esta data até o momento da conclusão do mestrado, muitos foram aqueles que participaram, que cederam seus conhecimentos e se dedicaram ao trabalho.

Na etapa que compreendeu a realização do mestrado, especificamente, devo gratidão especial ao professor David Basso, pela orientação atenciosa e ao professor Benedito Silva Neto, ambos da Unijui, que juntos disponibilizaram a infra-estrutura necessária para realização da pesquisa, propuseram o desafio, me incentivaram, acreditaram no trabalho e em minha capacidade em realizá-lo.

Agradeço à Angélica de Oliveira, engenheira agrônoma da Unijui, que me orientou nas pesquisas de campo e na realização dos cálculos. Também aos agricultores do Vale dos Vinhedos, em especial à família de Roque Carraro, ao Sr. Luiz Milani e ao Sr. Remy Valduga, agricultores que por várias vezes me receberam e sempre estiveram disponíveis para responder aos meus questionamentos.

Agradeço aos amigos da Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos-Aprovale, sempre prestativos, sobretudo a Jaime Milan, diretor da associação, que me acompanha nessa caminhada desde o seu princípio, constantemente me auxiliando.

A CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela bolsa de estudo que viabilizou minha permanência no mestrado, assim como Aprovale e aos Departamentos de Economia e Contabilidade e de Estudos Agrários, da Unijui, pelos recursos que viabilizaram as pesquisas.

Aos familiares que a todo o momento me incentivaram e particularmente àqueles que me receberam em Garibaldi.

A fé em Deus e o vinho, dois fatores a que eles, imigrantes italianos, atribuíam a coragem para enfrentar o cruel desafio. Em circunstâncias extremas, o vinho era bebido como um anestésico para a realidade, para que eles pudessem viver novamente o sonho que os conduziu da velha Itália para o Brasil. O sonho que da terra fértil dos vales e montanhas brotasse espigas fartas; o sonho de verem as colinas ondular de verde, cobertas pelas folhas viçosas das vinhas, em cujos ramos pendessem cachos saborosos. O gado gordo espalhado nos poteiros, os porcos enchendo os compartimentos toscos dos chiqueiros; as pipas dos porões a transbordarem de vinho [...] sonho de construírem novas igrejas, novos salões comunitários; os filhos casando e construindo novas casas; eles, imigrantes, vendo findarem-se os dias sob o signo da missão cumprida, sendo lembrados com orgulho e respeito pelas futuras gerações.

Remy Valduga

RESUMO

A experiência do Vale dos Vinhedos, no município de Bento Gonçalves-RS, tem sido apontada como um caso de sucesso de desenvolvimento territorial rural. Compreender como se deu este processo de desenvolvimento no tempo e no espaço é o que se propõe este estudo, assim como compreender as formas pelas quais interagem os diferentes atores que, através de suas ações, promovem o desenvolvimento de um território no qual coexistem a produção agrícola e o beneficiamento na unidade de produção familiar, tal como o observado no Vale dos Vinhedos. O procedimento técnico priorizado foi a análise-diagnóstico de sistemas agrários, com ênfase para as etapas que envolvem a caracterização agroecológica e socioeconômica, análise da trajetória de evolução e diferenciação da agricultura, estabelecimento da tipologia de agricultores, análise do desempenho econômico das unidades de produção e a contribuição das mesmas na produção de excedentes e promoção do desenvolvimento local. O Vale dos Vinhedos foi colonizado por imigrantes italianos, em 1876, que tão logo tomam contato com a videira iniciam uma produção vitivinícola que se transforma na principal atividade desenvolvida no território. A produção de videiras européias e vinhos finos se intensifica a partir de 1990, quando surgem diversas cantinas familiares no local. Em 1995, a Aprovale-Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos, passa a congregar essas cantinas e facilita o processo de obtenção da Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos-IPVV, para os vinhos finos produzidos localmente. Em relação à caracterização agroecológica, foram identificadas quatro zonas distintas, diferenciadas pelas condições geográficas, ocupação e atividades desenvolvidas. Quanto à caracterização socioeconômica, a categoria social predominante é de agricultores familiares que se distinguem, entre si, pelo sistema de produção praticado. Foram diagnosticados seis diferentes tipos de agricultores familiares: proprietários produtores de uva comum e uva vinífera; parceiros proprietários e parceiros não-proprietários; arrendatários; cantinas não-legalizadas; cantinas legalizadas e um tipo patronal, parceiro da vinícola Miolo. O acesso diferenciado à terra e à capacitação e a disponibilidade de mão-de-obra determinaram distintas trajetórias de evolução e diferenciação da agricultura e da atividade de vinificação. O envelhecimento do trabalhador rural é outro fator marcante. A pesquisa constata rendas agrícolas que permitem a perpetuação dos sistemas de produção, a reprodução social das famílias e a renovação dos meios de produção para todos os tipos de agricultores e uma geração de acréscimo de riqueza distribuída localmente que promove o desenvolvimento territorial. Também indica para a necessidade de políticas apropriadas que atendam à diversidade encontrada.

Palavras chave: - desenvolvimento territorial rural - análise-diagnóstico - vitivinicultura

ABSTRACT

The experience of Vale dos Vinhedos in the city of Bento Gonçalves-RS, has been pointed out as a case of success of the rural territory development. This study aims at understanding how this process of development occurred in time and space, as well as, the ways that made possible the interaction among the different actors that through their actions, promote the development of a territory, in which the agricultural production and the cultivation in the familiar production unit coexist, as it was observed in Vale dos Vinhedos. The main technical procedure used was the diagnosis-analysis of agricultural systems, emphasizing the stages that involved the agricultural, ecological, and the socioeconomic characterizations, the analysis of the evolution and differentiation of the agriculture, the establishment of the typology of the laborers, the analysis of the economical development of the production units and its contributions to the wealth production and the promotion of the local development. Vale dos Vinhedos was colonized by Italian immigrants, in 1876, since they got in touch with the grapevines, they started the wine production, that became the main activity carried out in the territory. The production of European grapevines and fine wines was intensified in 1990, when several canteens of the local families appeared. In 1995, the Aprovale- Association of laborers of fine wine production of Vale dos Vinhedos, started to congregate the canteens and facilitated the process of obtaining the indication of hailing from Vale dos Vinhedos – IPVV, to the fine wines produced in the place. In relation to the ecological and agricultural characterization, four different zones were identified; they were differentiated according to the geographical conditions, occupation and activities carried out. Referring to the socioeconomic one, the social category that prevails consists of families of laborers, which were differentiated according to the production system adopted. Six different types of laborers were diagnosed: owners and laborers of the grapevines, partners owners and not owners, the leasers, the illegal canteens, legalized canteens and also a patron type, partner of the Miolo company. The different access to the land, the improvements and the workforce allowed distinct ways of evolution, agricultural differentiation and the activity of wine production. The old age of the laborers is another important factor. The research found out that the agricultural income allows the perpetuation of the systems of production, the social reproduction of the families and the renovation of the means of production for all the types of laborers and the generation of wealth, which is locally distributed, and promotes the territorial development. It also indicates the necessity of an adequate policy which could bring benefits the local diversity.

Key-words: rural territorial development; diagnosis-analysis; grapevine production.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização das cantinas associadas da Aprovale e atrações turísticas do Vale dos Vinhedos, região delimitada.....	40
Figura 2: Zonas agroecológicas homogêneas identificadas através da leitura da paisagem no Vale dos Vinhedos, região delimitada.....	47
Figura 3: Hidrografia do Vale dos Vinhedos.....	48
Figura 4: Mapa de hierarquia das áreas do Vale dos Vinhedos para utilização com viticultura de acordo com declividade e exposição solar.....	57
Figura 5: Mapa de uso e cobertura dos solos do Vale dos Vinhedos, região delimitada.....	59
Figura 6: Mapa das temperaturas médias anuais estimadas (em °C) para o Vale dos Vinhedos, região delimitada.....	62
Figura 7: Resultados globais do tipo familiar produtor de uva comum e uva vinífera do Vale dos Vinhedos (2004-2005).....	112
Figura 8: Composição da renda do tipo familiar produtor de uva comum e uva vinífera.....	113
Figura 9: Resultados globais do tipo patronal parceiro da vinícola Miolo do Vale dos Vinhedos (2004-2005).....	117
Figura 10: Composição da renda do tipo patronal parceiro da vinícola Miolo.....	118
Figura 11: Resultados globais do tipo familiar proprietário e arrendatário do Vale dos Vinhedos (2004-2005).....	121
Figura 12: Composição da renda do tipo familiar proprietário e arrendatário.....	122
Figura 13: Resultados globais do tipo familiar parceiro proprietário e parceiro não-proprietário do Vale dos Vinhedos (2004-2005).....	125
Figura 14: Composição da renda dos tipos familiar parceiro proprietário e parceiro não-proprietário.....	126
Figura 15: Resultados globais do tipo familiar com cantina não-legalizada do Vale dos Vinhedos (2004-2005).....	129
Figura 16: Composição da renda do tipo familiar com cantina não-legalizada.....	130
Figura 17: Resultados globais do tipo familiar com cantina legalizada do Vale dos Vinhedos (2004-2005).....	133
Figura 18: Composição da renda do tipo familiar com cantina legalizada.....	134

Figura 19: Renda agrícola global por unidade de trabalho na unidade de área manejada por pessoa dos tipos de agricultores do Vale dos Vinhedos.....	137
Figura 20: Valor agregado por unidade de trabalho na unidade de área manejada por pessoa da viticultura e vinicultura desenvolvidas no Vale dos Vinhedos.....	145

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Uso e cobertura do solo do Vale dos Vinhedos, região delimitada, em hectares e porcentagem de ocupação.....	58
Tabela 2 Distribuição do valor agregado (DVA), em R\$, para os tipos de agricultores diagnosticados no Vale dos Vinhedos em 2005.....	140

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL: DISCUSSÃO TEÓRICA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	21
1.1 O êxodo rural e a importância da agricultura familiar.....	21
1.2 As novas alternativas de desenvolvimento para as regiões rurais.....	23
1.3 O desenvolvimento territorial e as políticas para sua promoção.....	26
1.4 A complexidade da agricultura pela ótica da teoria dos sistemas agrários.....	28
1.5 A análise-diagnóstico dos sistemas agrários.....	31
2 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DE ESTUDO.....	38
2.1 Localização de Bento Gonçalves e do Vale dos Vinhedos.....	38
2.2 Informações populacionais e índices de desenvolvimento do município de Bento Gonçalves-RS.....	41
2.3 A indústria vinícola no contexto da economia de Bento Gonçalves.....	41
2.4 A situação da viticultura em Bento Gonçalves.....	43
2.5 Zoneamento agroecológico.....	45
2.5.1 A zona 1.....	46
2.5.2 A zona 2.....	49
2.5.3 A zona 3.....	51
2.5.4 A zona 4.....	53
2.6 Caracterização geográfica do Vale dos Vinhedos.....	55
3 LEVANTAMENTO HISTÓRICO DO VALE DOS VINHEDOS.....	65

3.1 A colonização italiana no Rio Grande do Sul e a criação das colônias Conde D'Eu e Dona Isabel.....	65
3.2 Colonização da região do Vale dos Vinhedos.....	69
3.3 A introdução das videiras na zona de colonização italiana e as transformações desencadeadas pela cultura.....	72
3.4 A criação da Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos-Aprovale.....	80
4 CATEGORIAS SOCIAIS E SISTEMAS DE PRODUÇÃO DOS AGRICULTORES DO VALE DOS VINHEDOS: A DESCRIÇÃO DOS TIPOS.....	85
4.1 O tipo familiar produtor de uva comum e uva vinífera.....	89
4.2 O tipo patronal parceiro da vinícola Miolo.....	91
4.3 O tipo familiar proprietário e arrendatário.....	93
4.4 O tipo familiar parceiro proprietário e parceiro não-proprietário.....	94
4.5 O tipo familiar com cantina não-legalizada.....	97
4.6 O tipo familiar com cantina legalizada.....	100
4.7 Considerações sobre os tipos.....	102
4.8 A questão da condução das videiras: o sistema de condução em latada e o sistema de condução em espaldeira.....	105
4.9 As relações entre agricultores e empresas: o caso de parceria entre viticultores e a vinícola Miolo.....	107
5 ANÁLISE DA CAPACIDADE DE REPRODUÇÃO DOS DIFERENTES TIPOS DE AGRICULTORES DO VALE DOS VINHEDOS.....	110
5.1 O tipo familiar produtor de uva comum e uva vinífera.....	111
5.2 O tipo patronal parceiro da vinícola Miolo.....	115
5.3 O tipo familiar proprietário e arrendatário.....	120
5.4 O tipo familiar parceiro proprietário e parceiro não-proprietário.....	123
5.5 O tipo familiar com cantina não-legalizada.....	128
5.6 O tipo familiar com cantina legalizada.....	131
5.7 Considerações sobre a capacidade de reprodução dos tipos.....	136
6 CONTRIBUIÇÃO DE DIFERENTES ATORES NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DOS VINHEDOS.....	143
6.1 A geração de riqueza das atividades desenvolvidas: o valor agregado produzido pelos tipos.....	144
6.2 O processo de desenvolvimento do Vale dos Vinhedos: considerações e projeções.....	150
CONCLUSÃO.....	161
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	167

APÊNDICE A – Metodologia.....	171
APÊNDICE B – Cálculos econômicos.....	176

INTRODUÇÃO

Marcadas pelo êxodo da mão-de-obra, as regiões rurais brasileiras vêm se ressentindo, há muitas décadas, do envelhecimento do trabalhador da agricultura. A carência de agricultores jovens compromete o sucesso de projetos que objetivam incrementar rendas nas comunidades rurais e a introdução de inovações aos sistemas produtivos, em suma, o desenvolvimento das regiões. O fluxo de trabalhadores das zonas de produção agropecuária em direção às cidades ocasiona o despovoamento e abandono de áreas inteiras, o esquecimento e perda de tradições, da história e cultura dos grupos que viviam da prática agrícola e culmina, nos centros urbanos, em desemprego, pobreza e problemas ambientais.

Pesquisadores e estudiosos da temática do desenvolvimento rural têm apontado soluções para o empobrecimento dos agricultores e das regiões agrícolas brasileiras, para a redução das migrações (do campo em direção à cidade) e até mesmo para reversão do sentido então predominante da movimentação da mão-de-obra¹. Essas soluções se concentrariam, dentre outras, na introdução de novas alternativas de renda nas propriedades rurais, incluindo atividades não-

¹ Abramovay (1998; 1999), Casarotto Filho e Pires (2001), Frantz e Silva Neto (2005) e Veiga (1999) dissertam sobre possibilidades de geração de renda nas comunidades rurais, incluindo aquelas de natureza não-agrícola, como alternativas para estacionar o êxodo rural, reverter fluxos de movimentação dos trabalhadores rurais em direção aos centros urbanos, promovendo o desenvolvimento local.

agrícolas e produção de gêneros diferenciados, permitindo que os territórios rurais, comunidades que neles habitam e trabalhos por elas desenvolvidos sejam valorizados e atendam às necessidades dos cidadãos urbanos, gerando oportunidades de emprego, renda e desenvolvimento desses territórios.

Neste sentido, territórios rurais nos quais se desencadeiam processos bem sucedidos de desenvolvimento e onde ocorre a produção de gêneros diferenciados, transformação da matéria-prima na própria unidade rural e atividades de origem não-agrícola ganham espaço, tornam-se importantes objetos de estudos. O Vale dos Vinhedos, assim, surge como interessante território para investigações, já que ali decorreram intensas transformações nos últimos 15 anos, em torno da viticultura e vinicultura: envolvendo a criação de vinícolas familiares, produção de vinhos e outros derivados; incluindo o início da exploração das atividades do enoturismo (aí inclusos a exploração da gastronomia, da hotelaria, do comércio de produtos localmente desenvolvidos); compreendendo a criação de uma associação que congregou os pequenos cantineiros e seus ideais (a Aprovale-Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos); abarcando o pioneirismo na conquista da primeira indicação geográfica brasileira, a IPVV-Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos, para vinhos finos ali elaborados.

O Vale dos Vinhedos, que atualmente é o oitavo distrito do município de Bento Gonçalves, situa-se em áreas que foram colonizadas por imigrantes italianos, em 1876. A partir de 1999, por meio de uma caracterização geográfica realizada no local, o Vale passa a emprestar seu nome a uma região que excede os limites distritais, envolvendo os municípios de Garibaldi e Monte Belo do Sul, para a qual se refere a indicação de procedência IPVV.

Considerando que a trajetória de evolução de um determinado território possui relações com condicionantes geográficos e com a forma pela qual historicamente interagiram diferentes atores, o estudo do processo de desenvolvimento da região em questão envolveu a análise das condições agroecológicas, a análise do processo histórico de ocupação e exploração econômica do território e a análise do processo de diferenciação social resultante da dinâmica socioeconômica local. Esse tipo de abordagem é obtido pela análise-diagnóstico de sistemas agrários, ferramenta proposta pela teoria dos sistemas agrários para investigar situações complexas e diferenciadas de desenvolvimento.

A análise-diagnóstico de sistemas agrários é realizada por meio de etapas sucessivas que se complementam. Inicialmente, compreende a caracterização do processo agrícola da região, envolvendo a caracterização agroecológica e socioeconômica, utilizando-se: de informações sobre a história agrária local; da ferramenta da leitura da paisagem (que origina um zoneamento agroecológico); de entrevistas com moradores mais experientes; da análise de mapas e trabalhos já publicados. Esses procedimentos iniciais resultam na construção de uma pré-tipologia de agricultores. A investigação prossegue por meio de novas entrevistas com os produtores locais, viabilizando a construção da tipologia propriamente dita, através da caracterização técnica e da avaliação econômica. Partindo do conjunto de informações coletadas torna-se possível analisar o funcionamento dos sistemas de produção, sugerir alternativas que permitam ampliar a capacidade de reprodução social dos agricultores e elaborar projetos que possibilitem o desenvolvimento local.

O trabalho aborda o processo gradual que levou à situação de desenvolvimento atualmente observada no Vale dos Vinhedos, procurando: compreender os mecanismos desse

processo; conhecer os agentes, as organizações e instituições envolvidos; investigar a influência das políticas públicas; analisar as contribuições da cultura e das tradições e a influência das condições geográficas locais. Especificamente, preocupa-se em: caracterizar agroecologicamente a região objeto de estudo e identificar a influência das características levantadas na construção da diversidade de agriculturas encontradas, bem como no surgimento e desenvolvimento da principal atividade praticada, a vitivinicultura, definida como cultivo de uvas e produção de vinhos; fazer o levantamento e a análise histórica da região em questão e identificar a influência dos fatos (agroecológicos e socioeconômicos) que contribuíram para a construção da diversidade de agriculturas encontradas, enfatizando o processo histórico que resultou no desenvolvimento da vitivinicultura; identificar a diferenciação social existente, produzida graças à dinâmica resultante das interações entre condições agroecológicas e processo histórico e, por fim, analisar as perspectivas de desenvolvimento do Vale dos Vinhedos em função da atuação da Aprovale e das transformações promovidas pela conquista de uma indicação de procedência para o produto vinícola local. O trabalho objetiva, dessa forma, discutir o desenvolvimento territorial rural a partir da observação de um exemplo concreto e não em realizar aprofundadas discussões sobre as teorias que se preocupam com o tema.

Quanto à organização da dissertação, no primeiro capítulo é apresentada a revisão de bibliografia, que contempla as teorias que fundamentaram a execução do trabalho. No segundo capítulo estão expostas informações referentes à localização, população, índices de desenvolvimento humano e dados sobre a economia do município de Bento Gonçalves e do distrito do Vale dos Vinhedos. Também nesse capítulo são exibidos os primeiros resultados obtidos a campo, através da leitura da paisagem, com o zoneamento agroecológico da região geograficamente delimitada, Vale dos Vinhedos. Constituindo o terceiro capítulo estão as

informações históricas, que contemplam desde o período de colonização até os dias atuais, considerando fatos técnicos, ecológicos, sociais e econômicos que foram marcantes para as transformações decorridas ao longo dos anos, com ênfase à vitivinicultura. No quarto capítulo, os diferentes tipos de agricultores encontrados, bem como as características que serviram para sua distinção e classificação, são apresentados. No quinto capítulo, constam os resultados dos cálculos econômicos desenvolvidos para a tipologia diagnosticada de viticultores e pequenos cantineiros, bem como discussões acerca desses resultados. No sexto capítulo, por fim, são referenciados dados sobre a contribuição das atividades praticadas para o desenvolvimento local e algumas considerações e projeções em relação à trajetória de evolução do Vale dos Vinhedos.

1 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL: DISCUSSÃO TEÓRICA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo são expostas as referências bibliográficas que conduziram a execução do presente trabalho, orientado pelas discussões que apontam alternativas para o fortalecimento da agricultura e para a introdução de atividades não-agrícolas como forma de promoção do desenvolvimento territorial rural. Desenvolvimento este também composto de uma dimensão histórica, que se reflete nas situações atuais e indica a tomada de decisões promotoras de transformações futuras. Não são aqui apresentadas, porém, discussões aprofundadas acerca das teorias que se preocupam com o desenvolvimento territorial rural, já que o trabalho objetiva investigar uma situação particular de desenvolvimento.

Também é apresentada a fundamentação teórica que orientou a coleta e o tratamento dos dados (a análise-diagnóstico de sistemas agrários, proposta pela teoria dos sistemas agrários) que compuseram o trabalho, permitindo as análises e conclusões.

1.1 O êxodo rural e a importância da agricultura familiar

Dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE mostram que a população do Brasil vem aumentando ao longo dos últimos 60 anos. Além da elevação do número de brasileiros, residindo tanto nas regiões rurais quanto nas regiões urbanas, observa-se o decréscimo gradativo do total de habitantes das zonas rurais, comparado ao número total de habitantes das zonas urbanas. Em 1940, por exemplo, a população totalizava 41.236.182 brasileiros. Destes, 68,76% viviam nas regiões rurais. Em 1970, o censo indicou uma população de 93.134.846 habitantes, sendo que 44,06% eram do meio rural. No ano de 2000, o número total de brasileiros já era de 169.590.693 e os residentes rurais representavam apenas 18,77% do total

da população (Tabela Comparativa 1288-Censo Demográfico de 1940 a 2000-Brasil e RS). Portanto, se houve crescimento da população brasileira ao longo do período referido, os índices demonstram que a população urbana tem se sobressaído em relação à população rural, em termos de número total de indivíduos, denotando, por conseqüência, a existência de emigração das zonas rurais em direção às urbanas, fenômeno conhecido como êxodo rural.

Sobre êxodo rural, Abramovay (1998; 1999) afirma que as cidades brasileiras continuam atraindo a população rural, sobretudo os jovens, em especial as moças. Devido à formação escolar insuficiente, a população rural acaba tendo posições subalternas no mercado de trabalho urbano. Assegura também que se esgotou, nas cidades, a capacidade de absorver de maneira produtiva aqueles que chegam do campo. Além do mais, os migrantes representam um custo social e ambiental nos centros urbanos.

Evangelista (2000) expõe que são inúmeros os documentos que defendem a importância da agricultura familiar no contexto agropecuário brasileiro, atribuindo-lhe papel fundamental na produção de alimentos e na geração de empregos. Para ratificar esta informação, ao avaliar dados do Censo Agropecuário 1995/1996 (IBGE), o pesquisador destaca a grande participação da agricultura familiar no total de estabelecimentos agropecuários do país (85,2%) e no valor bruto da produção (37,9%). Analisando mais profundamente os dados supracitados, percebe que existe grande diversidade de renda total entre os estabelecimentos da agricultura familiar e conclui que há necessidade de se oferecer apoio apropriado às diversas “agriculturas familiares” existentes no Brasil. As baixas rendas auferidas por esse segmento, associadas ao elevado contingente populacional a ele vinculado, reforçam a concepção do apoio à agricultura familiar como forma efetiva de combate à pobreza.

Silva Neto e outros (s.d.) asseguram que grande parte dos estudos feitos em relação à agricultura não considera o caso dos pequenos produtores agrícolas que, em situações como a do noroeste do Rio Grande do Sul, representam a categoria predominante da população economicamente ativa na agricultura.

1.2 As novas alternativas de desenvolvimento para as regiões rurais

Contrariando a aparente falta de perspectivas para o desenvolvimento da agricultura e das regiões rurais brasileiras, marcadas pelo êxodo da mão-de-obra para as zonas urbanas, alguns pesquisadores apontam possibilidades existentes para a agricultura familiar, não somente no sentido de sua perpetuação, mas como atividade capaz de efetivamente gerar renda, acréscimo de riquezas para a sociedade e promover desenvolvimento. Isso, sobretudo, para aquela agricultura que se encontra vinculada a heranças históricas e culturais, a um entorno natural e a um saber fazer consolidado ao longo do tempo, patrimônios esses preservados quando utilizados pelos agentes a eles vinculados.

Para Abramovay (1998; 1999), por não serem dotadas das prerrogativas necessárias ao desenvolvimento (como educação, crédito, informação, formação), as comunidades rurais não são encaradas pelo restante da sociedade como potenciais protagonistas do desenvolvimento.

De acordo com Frantz e Silva Neto (2005), o homem do campo pode desempenhar trabalhos não-agrícolas que permitam a geração de renda sem que haja a necessidade do êxodo, do abandono do lugar de origem e do saber fazer. Muitas vezes é possível encontrar o agricultor desejoso da introdução de novas alternativas, de incentivos que lhe permitam a inserção diferenciada na dinâmica econômica e que promovam o desenvolvimento do território onde

habita. Desta forma, os espaços rurais passariam a ser percebidos não somente pela sua dimensão agrícola, mas também pelos potenciais que têm para o desenvolvimento de outras atividades.

Abramovay (1998; 1999) reforça essa discussão ao expor que existem, no meio rural, oportunidades de geração de renda capazes de promover a integração da população rural à dinâmica urbana sem, contudo, obrigá-la à migração. O recente desenvolvimento urbano que ocorre no Brasil tem incumbido novas exigências às regiões rurais, cujo potencial vai muito além daquele ao qual as mesmas estiveram historicamente relacionadas (como por exemplo, de serem produtoras de *commodities* e de matérias-primas para a indústria). Desta forma, unidades familiares rurais poderiam ser fortalecidas e novas poderiam, inclusive, ser criadas pela intensificação das ligações entre o meio rural e o urbano. Existe a necessidade de ocupar a população rural com um conjunto variado de funções, para que a mesma deixe de ser simplesmente uma reserva de mão-de-obra destinada a atender a outros segmentos da economia, além de promover condições para que a população valorize um território e o conjunto de atividades nele desenvolvidas, assim como os mercados que se organizariam a partir destas atividades.

Para Veiga (1999), são muitas as combinações entre atividades econômicas que podem ocasionar a elevação dos níveis de renda das populações rurais, sobretudo aquelas que estiverem vinculadas aos patrimônios natural e cultural das comunidades. São crescentes as evidências, segundo o autor, de que estão nestes patrimônios as vantagens competitivas mais importantes dos espaços rurais.

Frantz e Silva Neto (2005) corroboram essas concepções ao explicitarem que, no contexto atual, marcado por eventos como globalização, surgimento acelerado de inovações científicas e tecnológicas e preocupações para com o desenvolvimento sustentável, o mundo rural conquista revalorização, quer seja por movimentos migratórios contrários aos até então presenciados (do campo para as cidades) ou porque neste ambiente podem ser desenvolvidas alternativas capazes de suprir necessidades criadas pela globalização, tanto agrícolas quanto não-agrícolas (como a produção de gêneros diferenciados, como a transformação da matéria-prima na escala da propriedade rural e como o turismo). Para a agricultura familiar, flexível e diversificada como é, são muitas as alternativas que surgem, sem que se exclua a prática de atividades essencialmente agrícolas.

Os territórios, para Abramovay (1998; 1999), são ambientes onde poderão se delinear novas configurações entre cidade e campo, capazes de propiciar o surgimento de oportunidades de emprego e renda até então inexploradas, fornecendo às populações rurais meios para que se convertam, elas próprias, em protagonistas do processo de crescimento econômico nas regiões em que habitam, permitindo que tirem proveito do dinamismo que as cidades propagam ao seu redor. Esses meios seriam: a organização local, ampliação do círculo de relação dos agricultores, aumento de acesso a crédito e investimentos públicos em infra-estrutura e serviços, sobretudo em educação. Dessa forma, possibilitar-se-ia a inserção social (daqueles à margem da exclusão proporcionada pelo atual sistema globalizado e competitivo de produção) e a alteração do ambiente institucional do meio rural.

1.3 O desenvolvimento territorial e as políticas para a sua promoção

Dallabrida (2003) refere-se aos territórios como frações do espaço construídas por ações que recebem motivações políticas, sociais, ambientais, econômicas, culturais ou religiosas, emanadas do Estado, de grupos sociais ou corporativos, instituições ou indivíduos que exercem influências no âmbito deste espaço, ao longo da história. Desenvolvimento territorial, para o autor, é o estágio de mudança estrutural executado pela sociedade que habita ou que de alguma maneira está relacionada ao território, melhor empregando capitais e recursos que ali existem, com o propósito de melhorar a qualidade de vida da população local.

De acordo com Casarotto Filho e Pires (2001), o desenvolvimento regional pode ser a alternativa para o país buscar a superação de problemas sociais crônicos, especialmente o da distribuição de renda. Para os autores, regiões competitivas são aquelas que teriam condições de aumentar exportações e gerar empregos e, além disso, a regionalização de ações de desenvolvimento atuaria no sentido de atenuar desigualdades sociais locais.

Abramovay (1998; 1999), dissertando sobre os melhores resultados em termos de criação de empregos, refere-se aos locais onde ocorre uma dinâmica territorial como sendo aqueles onde têm sido observadas as experiências de êxito. Essa dinâmica teria mecanismos ainda não bem compreendidos, mas que comportam aspectos como identidade regional, clima favorável ao espírito empreendedor, redes públicas e privadas, atração do meio ambiente cultural e natural. Políticas públicas capazes de estimular projetos descentralizados, que valorizem atributos e que atendam às necessidades locais, permitiriam a exploração das dinâmicas territoriais, promovendo o desenvolvimento.

Para Vázquez Barquero (2001), as políticas de desenvolvimento, quando voltadas a atender às demandas locais, permitem que todos os territórios possam se desenvolver a partir de potencialidades passíveis de serem exploradas, tornando-os competitivos e capazes de melhor se posicionarem nos mercados globalizados. As políticas de desenvolvimento local atuam no sentido de estimular os fatores que proporcionam eficiência na acumulação de capital (como a difusão de inovações e conhecimento, organização flexível da produção e o desenvolvimento urbano e institucional, por elevarem a produtividade e ocasionarem rendimentos crescentes), estimulando o desenvolvimento endógeno. Este último, por sua vez, seria um processo de desenvolvimento econômico acompanhado por mudanças estruturais, liderado pela comunidade local que utilizaria seu potencial (seu saber fazer, seus recursos humanos, financeiros, seu sistema de relações, dentre outros) para elevar seu próprio nível de vida.

As políticas de planejamento territorial, para Beduschi Filho e Abramovay (2003), permitem a valorização das características locais, quer sejam elas atributos naturais ou herança cultural, de forma a transformar tais atributos em vantagens competitivas do território.

A percepção dos territórios rurais como espaços onde pode haver desenvolvimento pela exploração de seus potenciais, pela exploração das particularidades de suas dinâmicas, quer sejam elas movidas pela agricultura ou por atividades não-agrícolas que ali podem ser desempenhadas, implica, obviamente, em uma mudança das características das políticas públicas atualmente destinadas a atender a agricultura, a fim de que passem também a priorizar as necessidades do espaço rural, da população que nele habita e trabalha, com investimentos em educação, comunicação, transporte, saúde e lazer (FRANTZ; SILVA NETO, 2005).

1.4 A complexidade da agricultura pela ótica da teoria dos sistemas agrários

O trabalho executado se propõe a estudar uma dinâmica particular e inferir sobre o processo de desenvolvimento de um determinado território rural, no caso, o Vale dos Vinhedos, onde atividades agrícolas coexistem com aquelas não-agrícolas. A agricultura ali praticada, complexa e diversificada, torna-se elemento que igualmente precisa ser investigado.

A complexidade da dinâmica que caracteriza a agricultura é fruto de complexas transformações históricas e de diferenciações geográficas que ocorreram ao longo dos anos. A teoria dos sistemas agrários, desenvolvida pela Cátedra de Agricultura Comparada e Desenvolvimento do Instituto Nacional Agrônomo de Paris-Grignon, surge como instrumento interessante para levantar e compreender a diversidade e complexidade da agricultura e as inter-relações existentes entre fatores de diferentes naturezas que conduziram aos cenários que hoje são observados (MAZOYER; ROUDART, 1998).

A agricultura de cada local, portanto, está associada a uma dinâmica particular que se desenvolveu ao longo do tempo e sua complexidade é atribuída a fatores históricos e geográficos que determinaram distintas trajetórias de evolução, de acumulação e de diferenciação social dos atores envolvidos (MAZOYER; ROUDART, 1998; SILVA NETO; LIMA; BASSO, 1997).

Sendo a agricultura um objeto complexo, fruto de transformações que ocorreram ao longo dos anos, seu melhor entendimento pode ser alcançado ao tratá-la como um sistema. Reconhecendo ser a agricultura um sistema, imediatamente deve-se aceitá-la como sendo formada por subsistemas, que são hierarquizados e interdependentes. Seus dois subsistemas

principais são o ecossistema cultivado e o sistema social produtivo (GARCIA FILHO, 1999; MAZOYER; ROUDART, 1998).

Desta maneira, é possível admitir que um sistema agrário “é um modo específico de artificialização da natureza, visando a obtenção de produtos biológicos de interesse ao homem.” (SILVA NETO; LIMA; BASSO, 1997, p.12).

Para Mazoyer e Roudart (1998, p.43)

[...] cada sistema agrário é a expressão teórica de um tipo de agricultura historicamente constituído e geograficamente localizado, composto de um ecossistema cultivado característico e de um sistema social produtivo definido, permitindo este explorar duradouramente a fertilidade do ecossistema cultivado correspondente. O sistema produtivo é caracterizado pelo tipo de instrumentos e de energia utilizados para arrotear o ecossistema, para renovar e explorar sua fertilidade.

Ao ecossistema cultivado referem-se todos os subsistemas que o compõem, sendo estes, por exemplo, as terras aráveis, as florestas e as pastagens. Já o sistema social produtivo é composto por meios humanos, como força de trabalho e saber fazer, e por meios inertes, como equipamentos e instrumentos empregados na produção (MAZOYER; ROUDART, 1998).

As unidades rurais, por sua vez, se caracterizam por possuírem um sistema de produção, por elas praticado, e por pertencerem a uma categoria social. Sistema de produção define-se como sendo a combinação, em natureza e proporção, dos meios de produção empregados e da força de trabalho. Categoria social refere-se ao tipo de mão-de-obra empregada, à gestão da produção (se capitalista, familiar, patronal, minifundiária), à dimensão da propriedade e forma de

acesso à terra (arrendamento, terras comunitárias, terras próprias) (MAZOYER; ROUDART, 1998).

Em estudos realizados pela FAO, de acordo com Garcia Filho (1999), geralmente são utilizadas três diferentes categorias sociais: capitalista, familiar e patronal. A primeira caracteriza-se por possuir unidades de produção extensas e cujos proprietários não exercem atividades na agricultura, que são realizadas por trabalhadores assalariados. A unidade de produção familiar é aquela que conta com a mão-de-obra exclusiva da família ou envolve também a contratação de diaristas em alguns períodos do ano (como durante o plantio e a colheita, por exemplo). A unidade patronal é aquela na qual o trabalho é realizado por membros da família e por trabalhadores assalariados, permanentes ou temporários.

A teoria dos sistemas agrários, portanto, permite analisar, entender e explicar uma realidade complexa, diversificada e em constante modificação, como é a dos territórios rurais, por meio da análise metódica da organização e do funcionamento da agricultura. Além disso, reúne elementos capazes de sinalizar para uma priorização da valorização da riqueza da história e geografia agrária, classificar formas de agricultura antigas ou atuais, identificar trajetórias de evolução de sistemas agrários e explicar a diversidade da agricultura em cada época. Utilizando o conhecimento aprofundado da realidade de cada região agrícola, a teoria também fundamenta propostas apropriadas de intervenção nesta realidade, ou seja, políticas e projetos para o desenvolvimento das mesmas (MAZOYER; ROUDART, 1998).

O instrumento para compreensão da complexidade da agricultura é a análise-diagnóstico de sistemas agrários. Este método é utilizado para a caracterização dos sistemas de produção

agrícolas e vem sendo empregado desde 1995 pelo Projeto de Cooperação Técnica entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (PCT INCRA) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) (GARCIA FILHO, 1999). O Departamento de Estudos Agrários da UNIJUI, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, por meio do Programa de Pesquisa em “Sistemas Agrários e Desenvolvimento”, também vem realizando análises-diagnóstico utilizando essa metodologia desde 1988 (SILVA NETO; LIMA; BASSO, 1997).

1.5 A análise-diagnóstico dos sistemas agrários

A elaboração de estudos de análise-diagnóstico de sistemas agrários obedece a alguns procedimentos organizados em etapas sucessivas que se complementam. Os procedimentos são os seguintes: caracterização do processo de desenvolvimento agrícola da região; elaboração de tipologias dos sistemas locais de produção; análise do funcionamento dos sistemas de produção e das possibilidades de ampliação da capacidade de reprodução econômica dos agricultores; elaboração de linhas estratégicas de desenvolvimento e, por fim, elaboração e avaliação de projetos de desenvolvimento (SILVA NETO et al., s.d.).

A caracterização dos processos de desenvolvimento agrícola compreende tanto a caracterização agroecológica quanto socioeconômica da região estudada. Esta etapa envolve a leitura da paisagem, a análise de mapas e a obtenção de informações em documentos já publicados, que permitem a identificação de zonas homogêneas em relação a condições edafoclimáticas e em relação às culturas e criações praticadas. Envolve também a análise da trajetória de evolução e diferenciação da agricultura, através de entrevistas semi-diretivas e sucessivas com

agricultores mais antigos do local. É nesta etapa que se estabelece uma pré-tipologia das unidades de produção, após a coleta das informações supracitadas (SILVA NETO et al., s.d.).

O procedimento seguinte é a elaboração da tipologia dos sistemas de produção e das categorias sociais predominantes. Pode-se definir tipologia como sendo o agrupamento de toda diversidade agroecológica e socioeconômica de acordo com os sistemas produtivos praticados, em relação: às categorias sociais levantadas, à combinação das produções desenvolvidas e às características do ecossistema cultivado. Uma vez identificados esses sistemas de produção, as categorias sociais, as combinações de produções desenvolvidas e as características do ecossistema cultivado, é possível agrupar os agricultores em tipos (SILVA NETO et al., s.d.).

É também nesta etapa que são realizadas a caracterização técnica e a avaliação econômica dos principais tipos diagnosticados. A caracterização técnica é responsável por informar os fluxos de mão-de-obra empregados, de equipamentos utilizados e de capital circulante de acordo com o calendário agrícola. Por esta razão, envolve o conhecimento do calendário das atividades praticadas, do calendário de uso de equipamentos e do fluxo de recursos financeiros (SILVA NETO et al., s.d.).

A avaliação econômica, por sua vez, aparece como importante instrumento porque permite analisar a capacidade de reprodução de cada tipo de agricultor. Permite, ainda, investigar sobre as relações sociais existentes em cada sistema agrário, ou seja, avaliar o processo de diferenciação social no local em questão. Por fim, admite conhecer a importância econômica das associações de atividades e das práticas de produção agrícola adotadas (GARCIA FILHO, 1999).

Os indicadores econômicos básicos utilizados para avaliar a margem de contribuição e a capacidade de reprodução dos diferentes tipos de agricultores e sistemas de produção são: o valor agregado (VA) e a renda agrícola (RA). As informações para compor esses indicadores são obtidas por meio de entrevistas com agricultores que são, de acordo com Silva Neto e outros (s.d., p.7)

escolhidos em função da pré-tipologia e que possuam as principais características dos tipos preestabelecidos. As referências de rendimentos de culturas e criações, do tipo e da quantidade de insumos, bem como dos preços, são considerados segundo o princípio da normalidade, ou seja, em função do que é mais comum acontecer.

O valor agregado (VA) é obtido a partir da seguinte equação (LIMA et al., 2005, p.73):

$$VA = PB - CI - D$$

onde:

VA = Valor Agregado

PB = Produto Bruto, representa o valor total de tudo o que é produzido

CI = Consumo Intermediário, bens que são consumidos no processo produtivo

D = Depreciação do capital fixo investido na produção

Renda agrícola, por sua vez, é a parte do valor agregado que permanece com os agricultores e é obtida empregando a equação (LIMA et. al., 2005, p.77):

$$RA = VA - J - S - T - I$$

onde:

RA = Renda Agrícola (renda do agricultor)

VA = Valor Agregado

J = Juros pagos a bancos ou outras fontes de financiamento

S = Salários pagos

T = Arrendamento pago aos proprietários da terra (quando houver)

I = Impostos e taxas pagas ao Estado

Partindo dos valores encontrados para RA e VA é possível construir modelos lineares (do tipo $y = a x + b$) que permitem visualizar as variações dos resultados econômicos (de RA e VA, portanto) de cada tipo de agricultor diagnosticado, em relação à superfície agrícola útil (SAU). Assim, os resultados econômicos podem ser dispostos em dois planos cartesianos distintos. Para análise de RA constroem-se gráficos cujas ordenadas são os valores de RA/UTF (renda agrícola por unidade de trabalho familiar) e as abscissas correspondem aos valores de SAU/UTF (superfície agrícola útil por unidade de trabalho familiar). Para análise de VA, assumem valores de ordenada o VA/UT (valor agregado por unidade de trabalho) e valores de abscissa a SAU/UT (superfície agrícola útil por unidade de trabalho). Com esses modelos é possível deduzir a superfície agrícola útil mínima para que as atividades desenvolvidas na propriedade possam prover o trabalhador rural de renda igual ao NRS (nível de reprodução social² ou limiar de renovação, que se equivale à renda de um trabalhador pouco qualificado no mercado de trabalho), garantindo a reprodução social das famílias e a renovação do sistema de produção (SILVA NETO, 2005).

Dessa forma, as equações de reta tornam-se $RA/UTF = a \cdot (SAL/UTF) - b$ e $VA/UT = a \cdot SAL/UT - b$. Em ambos os casos, “a” (inclinação da reta ou coeficiente angular) e “b” (ponto de

² Do ponto de vista da análise-diagnóstico, a reprodução social está relacionada à renda necessária à sobrevivência biológica das famílias e que também possibilite a perpetuação da mesma vivendo da atividade agrícola, mantendo-se estável em uma determinada categoria social ou passando a um patamar mais capitalizado (DAMA, 2006).

intercepção da reta com o eixo das ordenadas ou coeficiente linear) assumem valores obtidos das respectivas equações:

$$a = (PB - CI - DP - DVAP)/SAU$$

onde:

DP = Depreciação Proporcional à superfície agricultável

DVAP = Distribuição do Valor Agregado Proporcional à superfície agricultável

$$b = (DNP + DVANP/UTF \text{ ou } UT)$$

onde:

DNP = Depreciação não-Proporcional à superfície agricultável

DVANP = Distribuição do Valor Agregado não-Proporcional à superfície agricultável, a qual é dividida pela UTF (Unidade de Trabalho Familiar) no caso da Renda Agrícola, ou pela UT (Unidade de Trabalho Familiar e Contratada) no caso do Valor Agregado

Para Silva Neto (2005), os modelos que se prestam à análise de RA permitem avaliar, sob a perspectiva do agricultor (porque utiliza a renda agrícola), a situação da agricultura nos sistemas agrários levantados pela análise-diagnóstico. Com essa análise, percebe-se quais os tipos de agricultores encontram maiores dificuldades para se reproduzirem socialmente. Os modelos que avaliam VA tornam possível inferir sobre quais os sistemas de produção que contribuem de maneira mais interessante para a geração de excedentes para a sociedade³.

³ Informações sobre número de entrevistados em cada etapa da análise-diagnóstico podem ser encontradas no Apêndice A – Metodologia, assim como outros dados que serviram para compor os modelos construídos para os tipos de agricultores diagnosticados no Vale dos Vinhedos. Os cálculos econômicos, por sua vez, são apresentados no Apêndice B – Cálculos econômicos.

A dimensão econômica que assume o desenvolvimento, no entanto, relaciona-se também à história de cada local e reflete, em sua formação atual, fatos de diferentes períodos, interações que se estabeleceram entre eventos de diferentes naturezas e ditam o funcionamento atual das dinâmicas territoriais. Como o trabalho também objetiva focar transformações que aconteceram no Vale dos Vinhedos, sob a perspectiva histórica, torna-se interessante apresentar algumas fundamentações de autores que dissertam sobre a dimensão histórica dos processos de desenvolvimento, mesmo que a análise-diagnóstico contemple este tipo de investigação e permita vincular os fatos a outras informações.

Ao tratar de desenvolvimento territorial rural, Abramovay (2000, p.6) refere-se aos territórios como “uma trama de relações, com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico”. Dessa concepção é possível inferir, portanto, que ao se estudar um território objetivando compreender suas dinâmicas atuais e mesmo aquelas que se transformaram ao longo do tempo, somente a abordagem de aspectos econômicos não é o bastante.

Para Furtado (2000), construir modelos abstratos dos sistemas econômicos existentes e elaborar a explicação de seu funcionamento não é suficiente para expressar o desenvolvimento econômico, sendo igualmente importante explicar o modelo confrontando com uma realidade histórica. O desenvolvimento econômico é um fenômeno que possui uma dimensão histórica e, portanto, cada economia enfrenta problemas específicos. O complexo de recursos naturais, as correntes migratórias, o tecido institucional, o grau de desenvolvimento econômico tornam singular cada fenômeno de desenvolvimento. Dessa forma, inferências feitas para uma estrutura econômica nem sempre poderão ser generalizadas a outras.

A concepção de que desenvolvimento e crescimento econômico são questões com dimensões históricas que devem ser abordadas conforme as especificidades e peculiaridades de cada grupo é também compartilhada por Prado Junior. Ao tratar, em específico, do desenvolvimento brasileiro, o pesquisador expõe que é na história do país que se encontram os elementos de formação e evolução da nacionalidade e que os fatos históricos permitem compreender a realidade atual. A partir desta compreensão, então, são possíveis interpretações, assim como a elaboração de políticas destinadas à promoção do desenvolvimento, já que estariam no passado as informações necessárias às propostas adequadas de solução dos problemas atuais (PRADO JÚNIOR, 1999).

2 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DE ESTUDO

Neste capítulo são apresentadas algumas informações referentes à localização, população, economia vitivinícola e índices de desenvolvimento do município de Bento Gonçalves e do distrito do Vale dos Vinhedos. Também são expostos os resultados da primeira etapa da análise diagnóstica, que envolveu a leitura da paisagem, a utilização de mapas e consulta a outros trabalhos já realizados no local. Por fim, é apresentado o resultado desta investigação: o zoneamento agroecológico, bem como a caracterização geográfica do Vale.

2.1 Localização de Bento Gonçalves e do Vale dos Vinhedos

O Vale dos Vinhedos é o oitavo distrito do município de Bento Gonçalves, localizado na Serra Gaúcha, região nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Possui área de 21,8 km² e foi criado em 1990, tendo como sede a Capela das Almas, onde também fica sediada a subprefeitura.

A partir de 1999 (com a realização de uma caracterização geográfica), o Vale dos Vinhedos passa a emprestar seu nome para uma área geograficamente delimitada que envolveu, além do distrito, parte dos municípios de Garibaldi e Monte Belo do Sul. A caracterização e a delimitação geográficas foram realizadas para viabilizar a obtenção de uma indicação de procedência para os vinhos finos localmente produzidos, denominada Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos-IPVV.

O Vale dos Vinhedos situa-se entre os paralelos 29° 10' e 29° 15' sul e os meridianos 51° 30' e 51° 38' oeste de Greenwich e foi delimitado traçando-se o divisor de águas de um sistema de drenagem de quarta ordem que possui, aproximadamente ao centro, a sede do distrito. Os vértices localizam-se a nordeste da cidade de Bento Gonçalves, a leste da cidade de Monte Belo do Sul e

ao norte da cidade de Garibaldi. A área geograficamente delimitada, que representa o território do Vale dos Vinhedos, abrange uma área de 81,23 km² (FALCADE; MANDELLI et al., 1999).

Esta região possui grande diversidade de condições geográficas que condicionaram a prática de viticulturas diferenciadas e, com isso, possibilitaram o surgimento de diferentes tipos de viticultores (percebidos com a análise-diagnóstico). Existem regiões de grande potencial para a prática de uma viticultura que visa a obtenção de matérias-primas para a produção de vinhos finos e também aquelas de difícil exploração com viticultura e cuja geografia pouco beneficia uma produção de qualidade. As atividades de vitivinicultura e enoturismo concentram-se a oeste da RST 470, ao longo dos quilômetros 660 e 690 (consultar figura 1).

Por abranger áreas de três diferentes municípios, a coleta de informações sobre a região demarcada, em fontes oficiais, é difícil e, utilizando informações referentes ao distrito do Vale dos Vinhedos, também não haveria fidelidade. Por essas razões são apresentados, na sequência, alguns indicadores e informações referentes a Bento Gonçalves (já que a maior extensão do Vale pertence a este município), bem como alguns dados relativos à importância das produções vitícolas e vinícolas no contexto da economia local.

2.2 Informações populacionais e índices de desenvolvimento do município de Bento Gonçalves-RS

A população de Bento Gonçalves, no ano de 2002, era de 91 mil e 486 habitantes com um PIB per capita de R\$ 15.544,84 (FAMURS, 2005). Do total de habitantes⁴, 89,43% são urbanos e 10,57% rurais, contando o município com 2.520 propriedades rurais. A população economicamente ativa do município representa quase 57% do total, sendo 25.518 o número de trabalhadores formais e 15.155 os trabalhadores informais (CENTRO...,2004).

Quanto aos indicadores de desenvolvimento humano, a taxa de analfabetismo é de 3,47%, a esperança de vida ao nascer de 77,41 anos e o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), de 0,87 (FAMURS, 2005). Para o Rio Grande do Sul, a taxa de analfabetismo é de 6,10%, a esperança de vida ao nascer é de 73,40 anos e o IDH é de 0,871 (o maior índice entre estados brasileiros) (RS VIRTUAL, 2005). De acordo com estes indicadores, Bento Gonçalves situa-se, desta forma, acima dos padrões de desenvolvimento humano da maioria dos municípios gaúchos e brasileiros.

2.3 A indústria vinícola no contexto da economia de Bento Gonçalves

A economia do município, por ordem de faturamento em 2003, é movimentada principalmente pelos setores moveleiro, vinícola, de transportes, metalúrgico, de alimentos, de artefatos de plástico, de serviços de saúde, de materiais de construção, supermercados e artefatos de couro (CENTRO..., 2004).

⁴ No ano 2000, a população total do distrito do Vale dos Vinhedos era de 1.731 habitantes, sendo 93 urbanos e 1.638 rurais (IBGE, 2005).

O setor vinícola, em 2003, apresentou um faturamento de R\$ 279.130.873,00, seguido pelo setor de transportes, com um faturamento de R\$ 153.796.911,00, tendo à frente somente o setor moveleiro, com faturamento de R\$ 580.229.192,00 no mesmo período. Quanto à geração de empregos, contudo, o setor vinícola aparece na quinta posição (785 empregados), situado atrás dos setores moveleiro (3.157), de transportes (1.900), metalúrgico (1.231), de serviços de saúde (1.015) e indústria de alimentos (971). Em termos de pagamento de salários e encargos está posicionado em quarto lugar (R\$ 17.008.295,00), atrás da indústria moveleira (R\$ 56.609.234,00), de serviços de transportes (R\$ 24.190.416,00) e das metalúrgicas (R\$ 23.745.448,00) (CENTRO..., 2004).

Quanto a impostos gerados, a indústria vinícola é o segundo maior segmento, com geração de R\$ 59.878.343,00, situada abaixo da indústria moveleira, com R\$ 103.317.876,00 de impostos recolhidos (CENTRO..., 2004).

O setor industrial tem peso relativamente importante na economia do município de Bento Gonçalves, em torno de 73% do total da atividade econômica. A indústria vinícola, por sua vez, tem participação de aproximadamente 15% no setor industrial, superada apenas pela indústria moveleira, que representa 34,7% (CENTRO..., 2004).

Poucas são as vinícolas do Vale dos Vinhedos que se destacam no cenário econômico bento-gonçalvense. Informações disponibilizadas pelo Centro da Indústria e Comércio de Bento Gonçalves (2004) mostram que a vinícola Miolo recebe o maior destaque, como sendo a décima maior empresa em faturamento bruto, a quarta maior em patrimônio líquido, o segundo maior empreendimento em lucro operacional e o oitavo maior negócio em geração de impostos.

Também são referenciadas a Vinícola Cordelier e a Adega Cavalleri, quando considerados patrimônio líquido, faturamento bruto, lucro operacional, impostos gerados e salários pagos.

Apesar de não envolver grandes contingentes de mão-de-obra, a indústria vinícola apresenta-se como setor importante para a economia de Bento Gonçalves (em relação a faturamento, pagamentos de salários e geração de impostos). A representatividade do segmento, contudo, já foi maior em tempos passados, tendo representado 47,73% da economia do município em 1917, considerando somente a atividade industrial, quando a representatividade da indústria moveleira era de 22,56% (CENTRO..., 2004).

2.4 A situação da viticultura em Bento Gonçalves

De acordo com Mello e outros (2005), a viticultura bento-gonçalvense tem servido quase que exclusivamente ao abastecimento da indústria vinícola. Do total da matéria-prima produzida no município, 95,14% é comercializado com terceiros e transformado em vinhos. O restante da uva produzida (4,86%) é assim distribuído: 1,36% é vinificado em indústria própria; 0,10% é vinificado em cantina rural própria; 0,79% é destinado para produção de vinho de consumo doméstico; 0,47% é comercializado para a produção de vinho caseiro; 2,06% são comercializados para consumo *in natura*; 0,05% é comercializado para elaboração de geléias, doces e outros e 0,03% utilizado para elaboração de geléias, doces e outros para consumo próprio.

Mello e outros (2005) também demonstram que, em 1995, eram 1.810 propriedades produtoras de uvas e, no ano de 2004, havia 1.781 unidades envolvidas na atividade. Quanto à área de cultivo de uvas o que se observa, entre os mesmos anos, é o aumento da superfície. Em 1995 eram 22.939,91 hectares e, em 2004, 23.701,39 hectares. A análise da evolução da área

cultivada e do número de propriedades vitícolas no município, ao longo dos 10 últimos anos, indica, portanto, para a concentração das áreas de cultivo entre um menor número de viticultores.

Quanto à forma de condução dos parreirais, a quase totalidade dos cultivos no Rio Grande do Sul é conduzida sob a forma de latadas⁵ (93,00%), ficando as espaldeiras⁶ em 5,91% dos parreirais e o restante (1,06%) se divide entre conduções do tipo “lira” e “y” (MELLO et al., 2005). No Vale dos Vinhedos, de acordo com dados da análise-diagnóstico, dos 101,33 hectares de parreirais contemplados pela pesquisa, em apenas 2,90 hectares as vinhas são conduzidas sob a forma de espaldeiras (o que representa 2,86% da área total). Como vinhedos em “y” e “lira” são incomuns no território, constata-se o forte predomínio do sistema de cultivo em latadas. Em 27% dos parreirais do Vale as variedades cultivadas são européias e em 73% surgem as videiras híbridas e americanas.

Estas informações demonstram que, apesar do Vale dos Vinhedos ser um importante território onde se produzem uvas viníferas e vinhos finos, no contexto da vitivinicultura brasileira, a tradição de cultivar variedades comuns ainda se sobressai. Da mesma forma, os parreirais em espaldeiras, que representam a adequação da viticultura ao abastecimento da indústria de vinhos finos em outros países e regiões tradicionalmente vitivinícolas, pouca expressão possuem. Nos capítulos que seguem essa discussão é retomada, onde são apresentadas

⁵ A latada representa a forma tradicionalmente empregada entre viticultores da região. Nesta estrutura, os ramos emitidos pela videira são conduzidos horizontalmente em relação ao solo, em arames também dispostos de maneira horizontal.

⁶ As espaldeiras foram introduzidas em Bento Gonçalves a partir de intercâmbios feitos principalmente com a viticultura norte-americana (mas também influenciaram os modelos italiano e francês). Na espaldeira, os ramos da videira são conduzidos verticalmente ao solo e os arames, portanto, igualmente dispostos.

informações coletadas na análise-diagnóstico e que contribuem para a compreensão dessas constatações.

2.5 Zoneamento agroecológico

A primeira etapa de investigação da análise-diagnóstico contempla a leitura da paisagem, a análise de mapas e outros estudos já realizados na região. A leitura da paisagem, especificamente, é executada ao percorrer o território objeto de estudo, efetuando as devidas observações, e permite, em primeiro lugar, uma percepção das condições geográficas originais e inferências sobre como tais condições teriam determinado a ocupação do mesmo. Em um segundo momento, possibilita visualizar a paisagem atual como sendo resultado da ação do homem, refletindo eventos históricos, políticos, sociais e econômicos que produziram distintas trajetórias de evolução e formação dos tipos de agricultores.

A leitura da paisagem, a utilização de mapas e levantamentos anteriormente realizados no local possibilitam perceber elementos bem evidentes, como relevo, hidrografia, vegetação nativa, culturas e criações preferencialmente desenvolvidas. Ao mesmo tempo, torna possível a visualização de questões fundiárias, de capitalização, de acesso aos meios de produção, de organização social e política das comunidades. As variações destes elementos dentro da área explorada permitem a identificação de zonas heterogêneas entre si, determinando o produto dessa etapa da análise-diagnóstico: o zoneamento agroecológico.

A leitura da paisagem, assim, é uma ferramenta útil para auxiliar na compreensão da dinâmica das comunidades e formas de evolução e desenvolvimento das mesmas. No Vale dos

Vinhedos foram identificadas quatro zonas distintas, apresentadas e descritas a seguir, cuja delimitação pode ser visualizada na figura 2.

2.5.1 A zona 1

Localizada ao norte da região delimitada Vale dos Vinhedos, ocupando pequena parte do município de Monte Belo do Sul e parte de Bento Gonçalves, esta região caracteriza-se principalmente pelo relevo fortemente ondulado e montanhoso, com a presença de muitos afloramentos rochosos e mata nativa. Predominam as declividades de 20 até mais de 70% (FALCADE; MANDELLI et al., 1999).

Quanto aos solos, há grandes extensões de solos litólicos rasos. Também são encontrados podzólicos bruno-acinzentado (em pequena área) e vermelho escuro e cambissolos (FALCADE; MANDELLI et al., 1999). Quanto aos recursos hidrográficos, os arroios (arroyo Santo Isidoro e parte dos arroios Santa Lúcia, Vale dos Vinhedos e Leopoldina) e seus afluentes são bem distribuídos em toda a região, com presença de cascatas e quedas d'água (a hidrografia pode ser consultada na figura 3). A mata nativa, formada pela floresta ombrófila mista e araucárias, ainda aparece cobrindo os morros em grandes extensões e predomina na paisagem.

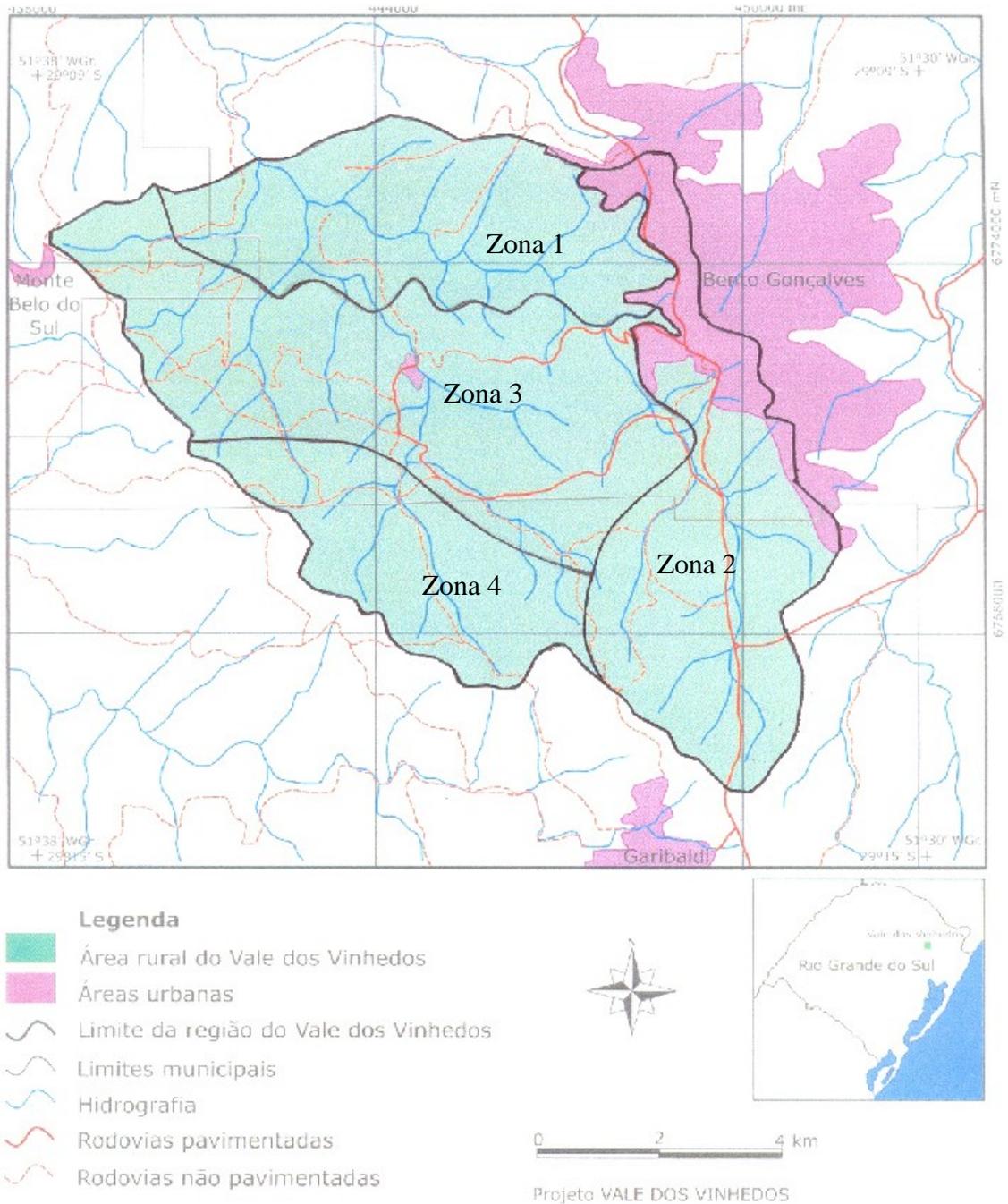


Figura 2: Zonas agroecológicas homogêneas identificadas pela leitura da paisagem no Vale dos Vinhedos, região delimitada

Fonte: FALCADE; MANDELLI et al., 1999, p. 49, modificado com a inclusão das zonas identificadas pela pesquisa de análise-diagnóstico realizada pelo autor, no Vale dos Vinhedos, em 2005

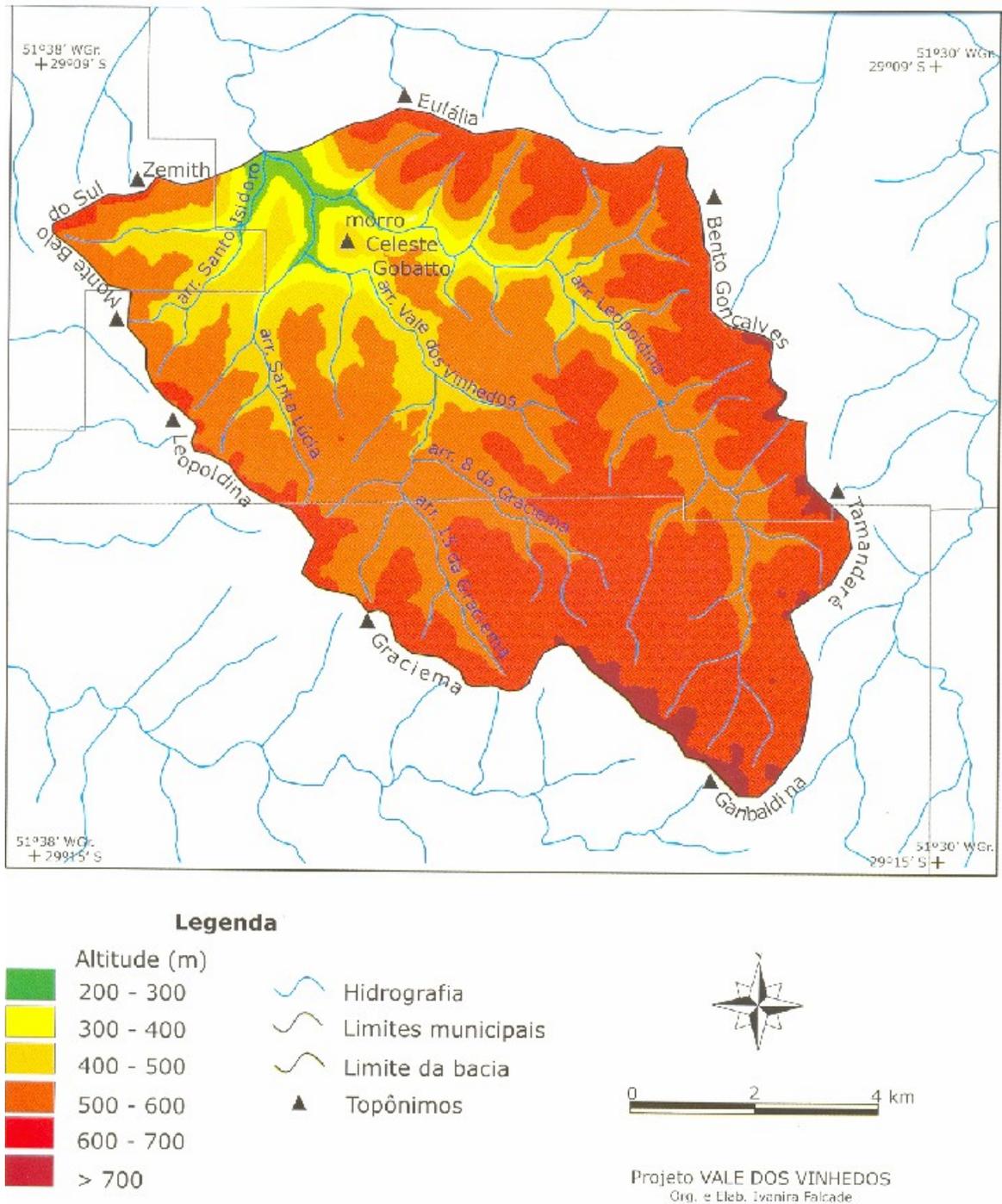


Figura 3: Hidrografia do Vale dos Vinhedos
Fonte: FALCADE; MANDELLI et al., 1999, p. 51

Os vinhedos são cultivados nos declives e aclives acentuados, muitas vezes de difícil percepção em meio à paisagem acidentada e, portanto, por vezes não-mecanizáveis e com incidência solar distante da ideal para produções vitícolas de qualidade. Ao ser comparada com as demais zonas demarcadas do Vale, essa apresenta as menores extensões totais de parreirais que também são bastante antigos. As espaldeiras não estão presentes e toda condução é realizada sob a forma de latadas. Alguns aviários também podem ser avistados, assim como pequenos rebanhos de vacas de leite e pequenas lavouras de milho para subsistência.

A infraestrutura das casas e instalações é simples, porém boa. Apesar de muitas das construções visivelmente já serem bastante antigas, são bem conservadas. As redes de energia elétrica e telefonia estão presentes. As estradas são de chão em boas condições de trafegabilidade. Salões comunitários e igrejas também são observados. As escolas estão desativadas devido a centralização da educação em uma só unidade situada na zona 3, que entrou em funcionamento durante a realização da pesquisa (no ano de 2005).

A densidade demográfica é mais baixa do que nas outras zonas demarcadas e, comparando o grau de capitalização dos agricultores dessa zona com o grau de capitalização dos demais, são aqueles que aparentam as situações menos favoráveis. As propriedades são distantes umas das outras e nesse local não existem cantinas associadas a Aprovale.

2.5.2 A zona 2

A zona 2 é marcada, sobretudo, pela urbanização, pela presença de indústrias e empresas e pela pouca importância que possui para a economia vitivinícola movimentada no Vale (por esta razão, não foram realizadas entrevistas econômicas com agricultores desta área). Estende-se de

norte a sul da região delimitada Vale dos Vinhedos, principalmente a leste da RST 470, e envolve porções da zona urbana bento-gonçalvense. Ao sul, se alastra em grande extensão também nas áreas a oeste da mencionada rodovia (a RST 470 e adjacências podem ser observadas na figura 1). Grande parte dessa zona encontra-se dentro dos limites do município de Garibaldi.

Quanto aos solos, são grandes as áreas com cambissolo, podzólico bruno-acinzentado e podzólico vermelho escuro. Ao sul, aparece uma pequena área de terra bruna estruturada (FALCADE; MANDELLI et al., 1999).

O relevo é mais acidentado ao norte (inclusive com pequenas áreas de declividades entre 45 e 75%) e ao sul são encontrados os terrenos menos acidentados da região delimitada, com predominância de áreas com declividades entre 0 e 20% (FALCADE; MANDELLI et al., 1999).

O arroio Leopoldina corta a zona demarcada em alguns pontos, com muitos afluentes na porção sul. Predominam, com maior intensidade à leste da RST 470 e ao norte do Vale, as áreas cobertas com floresta ombrófila mista e araucárias. Porções com vegetação nativa aparecem em menor intensidade do que na zona 1 devido a maior urbanização, industrialização e pequena extensão de vinhedos.

Dentro dessa região é possível encontrar diversos núcleos urbanos de Garibaldi (ao sul) e pequenas áreas de bairros de Bento Gonçalves (ao norte) que a delimitação do Vale dos Vinhedos envolveu, com presença de agrupamentos muito pobres em Bento Gonçalves.

Às margens da RST 470 estão localizadas muitas indústrias e empresas dos mais diversos segmentos, incluindo indústrias vinícolas, de móveis, restaurantes e comércio. Nessa zona situa-se a sede da Aprovale e ao sul existem: camping, sede campestre e sítio ecológico. São poucos os vinhedos e as demais culturas presentes são o milho e a fruticultura do pêssego.

No geral, as casas são boas, com exceção daquelas situadas nos povoados mais pobres. As redes de energia elétrica e telefonia estão presentes e as vias de acesso, que podem ser asfaltadas, de chão ou calçadas, estão em ótimas condições. São observados salões comunitários e igrejas.

Existem altas concentrações populacionais principalmente na zona urbana de Bento Gonçalves e nos núcleos urbanos de Garibaldi e baixas concentrações em alguns pontos onde predomina a mata nativa.

Quanto aos indicativos de estrutura fundiária, a região parece ser povoada por proprietários das terras e também existem cantinas familiares legalizadas e não-associadas a Aprovale.

2.5.3 A zona 3

Situada ao centro do Vale dos Vinhedos, esta zona se localiza em área pertencente aos três municípios abrangidos pela delimitação geográfica. A grande extensão desta zona, contudo, encontra-se dentro dos limites de Bento Gonçalves. Os tipos de solos encontrados com maior expressividade são o podzólico, o cambissolo e o solo litólico (FALCADE; MANDELLI et al., 1999).

Quanto à hidrografia, observa-se a presença de açudes, arroios e seus afluentes. A vegetação nativa (floresta ombrófila mista e araucárias), aparece em menor quantidade do que nas zonas anteriormente descritas, principalmente no anel que envolve o roteiro turístico formado pelas vinícolas.

O relevo predominante pode ser ondulado ou fortemente ondulado. Áreas de eucalipto também se fazem presentes, mas na paisagem predominam os vinhedos. É possível observar áreas de parreirais mais novos do que aqueles encontrados na zona 1. Além disso, as latadas dividem espaço com as espaldeiras e até mesmo com parreirais protegidos, dos quais se obtém as uvas de mesa para consumo *in natura*.

Ao lado das maiores extensões de parreirais visualizam-se pequenas áreas de milho para subsistência; fruticultura de pêsego, citros, ameixa e caqui; vacas leiteiras; aviário e ovinocultura em uma propriedade.

As residências são de bom a ótimo padrão, tanto de madeira quanto de alvenaria. A rede de energia elétrica e a rede de telefonia estão presentes. São vários os salões comunitários e igrejas. Nessa zona está localizada a nova escola, que concentrou todos os estudantes do Vale, assim como a subprefeitura do distrito, onde também se encontra um posto dos Correios.

A densidade demográfica é, no geral, muito alta. O grau de capitalização indica para um alto padrão pela presença de vinhedos mecanizados, grandes cantinas e casas em ótimo estado.

Quanto à estrutura fundiária, os indicativos que podem ser observados pela leitura da paisagem apontam para a propriedade privada e grandes vinhedos. Nessa região também foi constatada a maioria das cantinas legalizadas, associadas ou não a Aproveale.

A região contempla o circuito das principais atrações turísticas do Vale: queijarias; hotéis; pousadas; restaurantes; comércio de artesanato; fábricas de sucos, massas, geléias e móveis; memorial do vinho; atelier de artes plásticas e a maioria das cantinas.

A região é muito bem servida de estradas asfaltadas e calçadas, principalmente no anel turístico que se formou entre o 15 da Graciema e o 40 da Leopoldina. A RS 444 corta a zona 3 no sentido leste-oeste (observar figura 1, onde é possível perceber a localização das principais atrações turísticas do Vale e as vinícolas da Aproveale). Devido a essa situação, é a mais freqüentada e, portanto, beneficiada pelo fluxo turístico e pelas ações promovidas pela Aproveale e cantinas associadas.

2.5.4 A zona 4

Esta região possui algumas características muito semelhantes àquelas da região anteriormente descrita e, se fossem considerados somente o relevo e a infraestrutura das casas e comunidades, poderia fazer parte da zona 3. Diferencia-se desta, porém, por serem encontrados muitos parreirais em implantação ou recentemente introduzidos, inclusive em espaldeiras, por não se fazerem presentes empresas e indústrias (é menos urbanizada) e por não integrar o trajeto normalmente visitado por turistas, já que nessa área não existem vinícolas associadas a Aproveale e nem tão pouco outros atrativos organizados de forma a atrair visitantes.

Grande parte dessa zona encontra-se em território garibaldense e uma menor área em terras de Bento Gonçalves. O relevo pode ser plano ou até mesmo fortemente ondulado e a maior parte dos terrenos encontra-se entre declividades de 8 a 45%. Quanto aos solos, há predominância de cambissolos e de podzólico bruno-acinzentado, com pequena área de podzólico vermelho escuro (FALCADE; MANDELLI et al., 1999).

Quanto à hidrografia estão presentes açudes, arroios (arroyo 15 da Graciema e parte do arroyo Santa Lúcia) e seus afluentes. Em relação à vegetação, também é possível encontrar grandes áreas de mata nativa (floresta ombrófila mista e araucárias), mas em proporções semelhantes àquelas encontradas na zona 3.

Em relação à vegetação cultivada são observadas pequenas áreas de eucalipto, pequenas áreas de milho para subsistência e fruticultura de citros e ameixa. Os vinhedos aparecem em grandes extensões, tal como ocorre na zona 3. Os parreirais da zona 4 são mais recentes e muitos ainda não se encontram em produção. Quanto às criações, foram identificados alguns poucos aviários, vacas leiteiras e cavalos.

A infraestrutura das casas é muito boa, mas existem aquelas pouco mais simples. As redes de energia elétrica e de telefonia estão disponíveis, assim como estradas asfaltadas, de chão e calçamento em ótimas condições. Escolas, salões comunitários e igrejas estão presentes e, no núcleo do 15 da Graciema, existem estabelecimentos de comércio e posto de saúde.

No geral, a densidade demográfica é média, com exceção da sede do 15 da Graciema. Os indicadores apontam para um bom nível de capitalização (não são encontradas cantinas familiares

nessa região, mas existem parreirais mecanizados). As propriedades são pouco mais distantes e indícios apontam os agricultores como proprietários das terras.

As principais áreas propulsoras da economia vitivinícola do Vale dos Vinhedos são, então, as zonas 3 e 4, onde existem as maiores concentrações de vinhedos, sobretudo em espaldeiras, e de cantinas, associadas ou não a Aprovale.

Estas duas zonas são justamente aquelas formadas pelos terrenos que Falcade, Mandelli e outros (1999) identificam como sendo os de condições geográficas mais apropriadas para o desenvolvimento de uma viticultura tecnificada e produtora de matérias-primas de qualidade, como será possível observar adiante, na caracterização geográfica do Vale dos Vinhedos.

2.6 Caracterização geográfica do Vale dos Vinhedos

Nesta seção encontram-se algumas referências quanto às características geográficas do Vale dos Vinhedos, região delimitada. As informações são extraídas do trabalho intitulado "Vale dos Vinhedos-Characterização Geográfica da Região", realizado pela Embrapa CNPUV-Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Centro Nacional de Uva e Vinho, em parceria com a Universidade de Caxias do Sul, publicado em 1999, com a finalidade de iniciar o processo da Indicação Geográfica de Procedência para os vinhos produzidos nessa área. As informações apresentadas confirmam as percepções colhidas por meio do procedimento de leitura da paisagem e, por consequência, a delimitação das quatro zonas distintas descritas anteriormente.

As zonas 3 e 4, demarcadas por meio da leitura da paisagem, são aquelas que Falcade, Mandelli e outros (1999) apresentam como sendo compostas pelos terrenos com declividades e

exposições solares mais adequadas para a viticultura. Estes terrenos teriam relevo suavemente ondulado ou ondulado com exposições norte, nordeste ou noroeste (somando 2.013,39 hectares), posicionados à esquerda do arroio Leopoldina até o sul do Vale dos Vinhedos, região delimitada.

Nestas áreas, os declives não-acentuados, menos sujeitos à erosão, aparecem conjugados a exposições solares adequadas às necessidades de insolação da parreira e à evaporação d'água do ambiente, ocasionando condições apropriadas ao cultivo, tal como pode ser observado na figura 4. As melhores áreas são aquelas identificadas como: "N X SO - ON" (exposição norte com relevo suavemente ondulado e ondulado), "NE X SO - ON" (exposição nordeste com relevo suavemente ondulado e ondulado) e "NW X SO - ON" (exposição noroeste com relevo suavemente ondulado e ondulado). Representam, respectivamente, 573,30 hectares, 747,90 hectares e 692,19 hectares (ou seja, 24,79% da área total do Vale). As áreas identificadas por N – NE – NW X PL referem-se às exposições norte, nordeste e noroeste em terrenos planos e as áreas identificadas por N – NE – NW X FO são aquelas de exposições norte, nordeste e noroeste fortemente onduladas (FALCADE; MANDELLI et al., 1999).

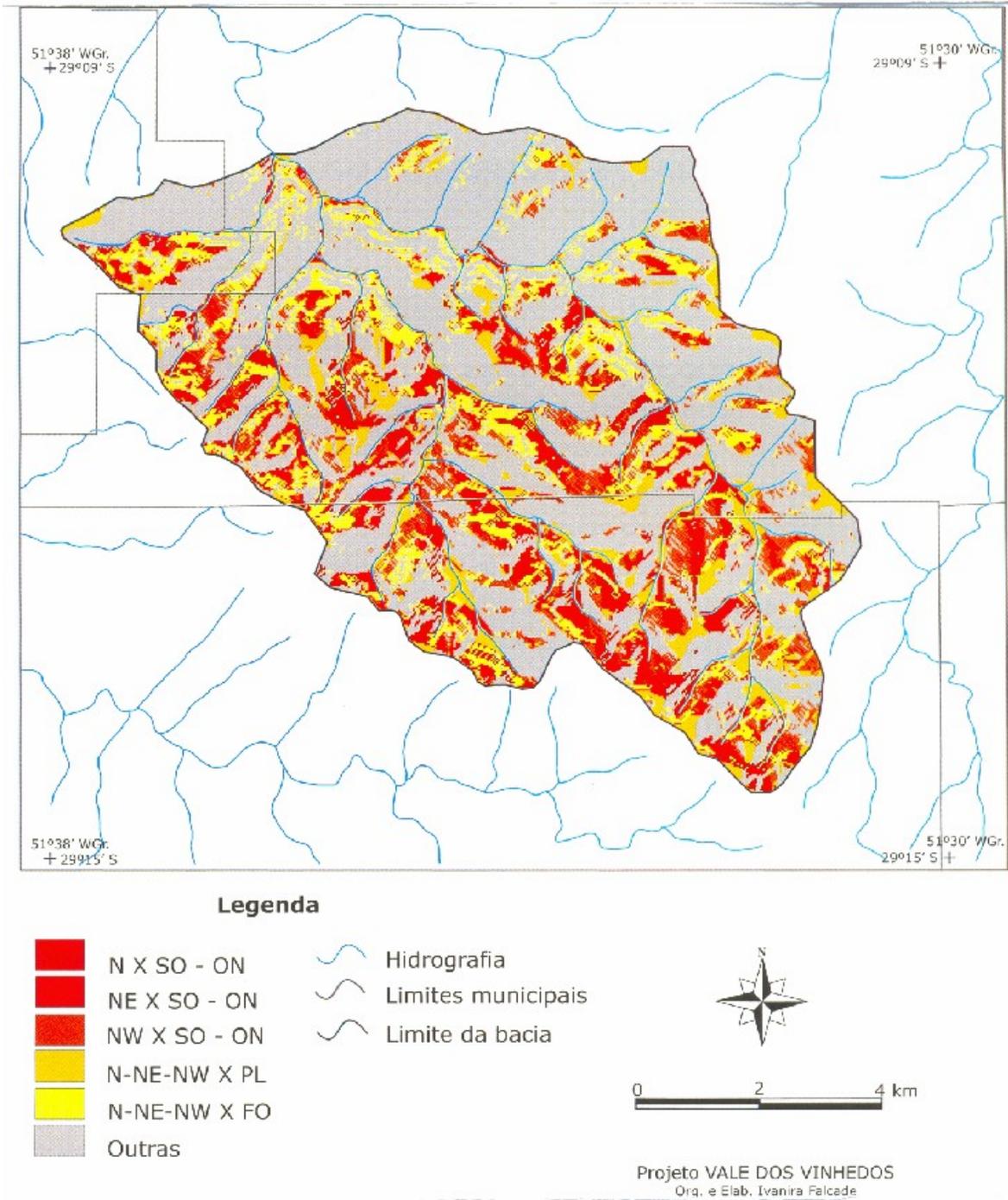


Figura 4: Mapa de hierarquia das áreas do Vale dos Vinhedos para utilização com viticultura de acordo com declividade e exposição solar

Fonte: FALCADE; MANDELLI et al., 1999, p. 67

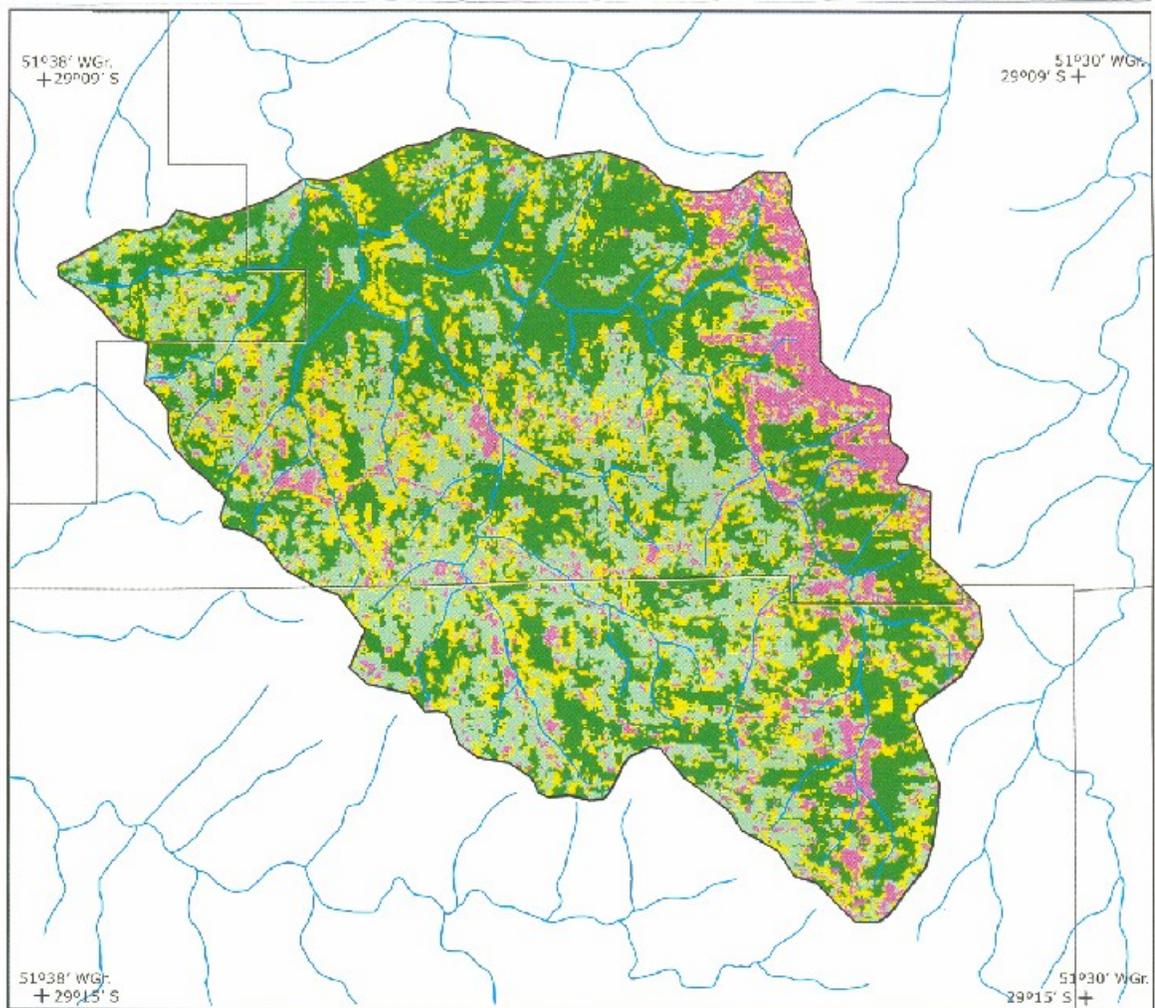
A ocupação do solo (se urbana, rural, com mata nativa ou vegetação cultivada), assim como a porcentagem de cobertura da área delimitada do Vale, com cada uma das formas de uso, são informações disponibilizadas na tabela 1 e que também podem ser visualizadas na figura 5.

Tabela 1

Uso e cobertura do solo do Vale dos Vinhedos, região delimitada, em hectares e porcentagem de ocupação

Uso	Área (ha)	%
Área urbana, uso urbano em área rural, solo exposto e sistema viário	813,33	10,01
Mata (nativa, cultivada, secundária e galeria)	3.495,60	43,03
Agricultada	1.691,01	20,82
Agricultada com vinhedos	2.123,01	26,14
Total	8.122,95	100,00

Fonte: FALCADE; MANDELLI et al., 1999, p. 70



Legenda

- Área urbana, uso urbano em meio rural, solo exposto e sistema viário
- Mata
- Agricultura
- Agricultura com vinhedos
- Hidrografia
- Limites municipais
- Limite da bacia



0 2 4 km

Projeto VALE DOS VINHEDOS
Org. e Elab. Ivánira Falcade

Figura 5: Mapa de uso e cobertura dos solos do Vale dos Vinhedos, região delimitada
Fonte: FALCADE; MANDELLI et al., 1999, p. 75

É possível observar, utilizando as informações disponibilizadas na tabela 1 e na figura 5, que as áreas cobertas pela mata nativa e as áreas cultivadas são as mais extensas e estão justamente localizadas nas regiões de topografia mais acidentada (ao norte) e à direita da RST 470. Ações como as da Aprovale, que em seu estatuto inclui medidas de preservação das áreas de mata nativa, como também a imposição de maiores dificuldades para derrubada das formações vegetais nativas pelo IBAMA-Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, possibilitam a perpetuação da paisagem com essas composições de forma relativamente estável. Por meio da análise da figura 5 também se confirma que as regiões com maior incidência de parreirais são relativas às zonas agroecológicas 3 e 4.

Da mesma forma, é importante fazer referências quanto ao clima da região e quanto às temperaturas de cada uma das zonas demarcadas, já que a videira é muito sensível às variáveis climáticas. Volumes colhidos e qualidade das safras estão muito intimamente relacionados a tais variáveis.

De acordo com Falcade, Mandelli e outros (1999), as precipitações variam de 1.736 até 1.885 milímetros anuais, o que representa uma variação de apenas 149 milímetros entre as 10 diferentes microestações climáticas dispostas por todo o território do Vale (variação espacial fraca típica das regiões onde as chuvas se dão, principalmente, por confronto entre massas de ar em diferentes temperaturas).

Em relação às temperaturas, as variações são mais significativas devido à diversidade de altitudes, declividades e exposições solares. A média das temperaturas anuais é de 17,50 °C. No extremo norte acontecem as temperaturas médias anuais mais elevadas (entre 18 °C e 20° C), nas

áreas de vegetação nativa mais densa. De forma geral, as temperaturas médias anuais intermediárias estão nas porções central, sul e leste, com variações entre 16 °C e 18 °C, sendo que no extremo sul as médias anuais são as mais baixas (de 16 °C a 17 °C) (FALCADE; MANDELLI et al., 1999). A distribuição das temperaturas médias anuais condiz com a distribuição da concentração de parreirais (conforme a figura 6): as áreas com temperaturas médias anuais mais baixas são aquelas de maior concentração de parreirais.

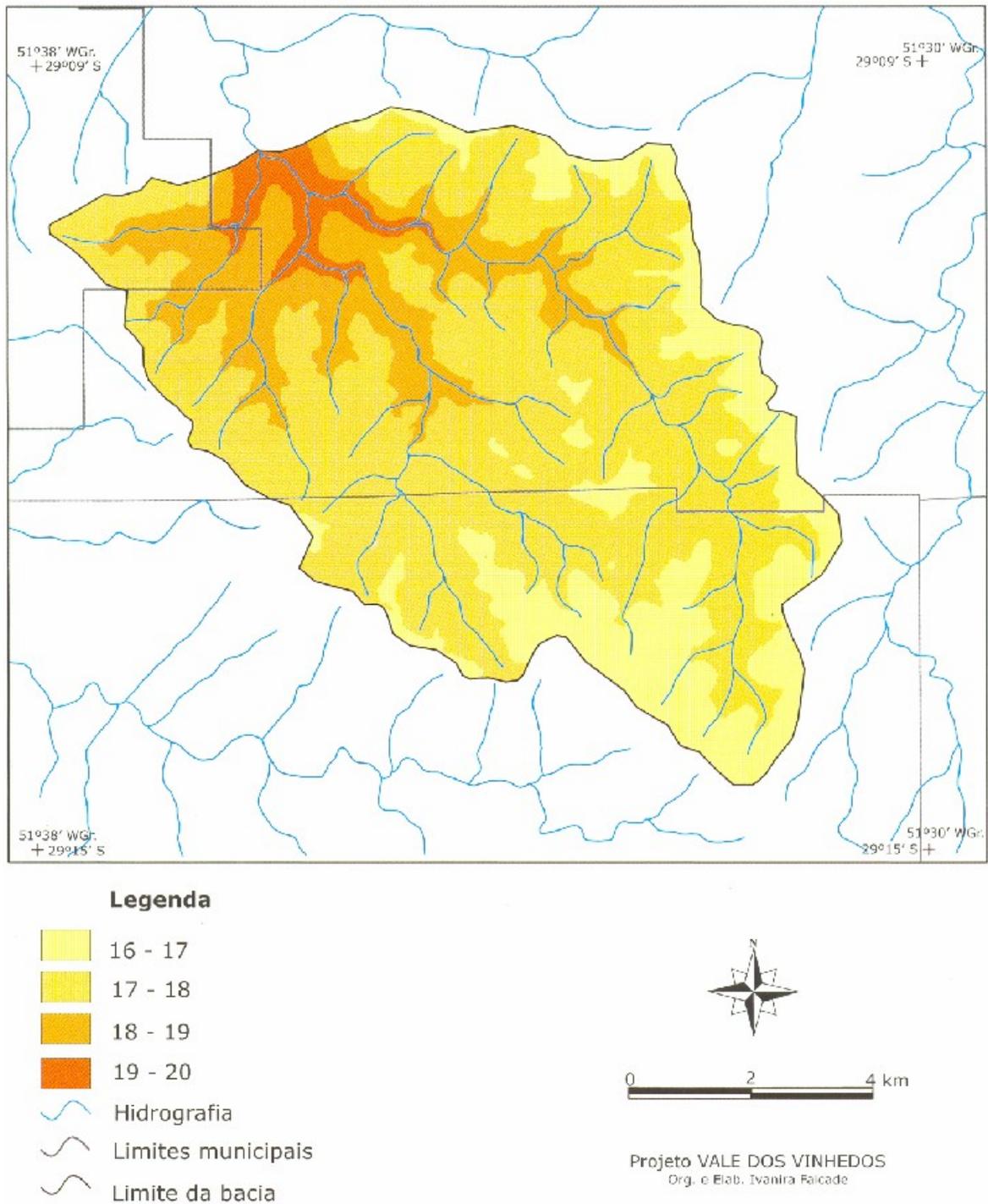


Figura 6: Mapa das temperaturas médias anuais estimadas (em °C) para o Vale dos Vinhedos, região delimitada

Fonte: FALCADE; MANDELLI et al., 1999, p. 83

As características agroecológicas da região investigada, como se observou, são bastante diversas. Esta diversidade é ocasionada principalmente pelas altitudes, declividades e exposições solares dos terrenos. São estes os elementos que determinaram a forma de ocupação e utilização das áreas agricultáveis. Além disso, não fossem as condições agroecológicas favoráveis, a especialização local, em torno da vitivinicultura, não teria se desenvolvido. As diferentes condições agroecológicas também contribuíram, certamente, para a diferenciação da viticultura e para a diversificação socioeconômicas dos produtores.

Em cada uma das áreas geograficamente distintas, determinados tipos de agricultura e de atividades não-agrícolas são praticados: na zona 1, a maior intensidade das atividades de subsistência, uma viticultura conduzida em latadas e grandes extensões de mata nativa; na zona 2, a predominância de povoados urbanos e rurais, uma diversidade de atividades industriais e comerciais ao longo da rodovia RST 470, pequenas áreas de vinhedos e grandes áreas de vegetação nativa; na zona 3 é praticada uma viticultura conduzida em espaldeiras com a presença de vinícolas de pequeno, médio e grande porte e intensa atividade do segmento turístico; na zona 4, por fim, o início da prática de uma viticultura em espaldeiras, permitida pelas condições geográficas, com muitos parreirais em implantação.

Os procedimentos adotados na primeira etapa de investigação da região estudada (leitura da paisagem, análise de mapas e outros estudos já publicados) indicam para a existência de diferentes tipos de agriculturas sendo praticadas, assim como também indicam diferentes formas de organização da atividade de transformação, distintas trajetórias de evolução e diversidade entre vitivinicultores. O procedimento seguinte da análise-diagnóstico, que se preocupa com a coleta de informações históricas sobre a região, apresentado no capítulo 3, consolida as

constatações acerca da diversidade entre agricultores e, dessa forma, torna possível a construção de sua pré-tipologia.

3 LEVANTAMENTO HISTÓRICO DO VALE DOS VINHEDOS

Neste capítulo são apresentados, além dos eventos históricos que culminaram no processo de imigração da Itália para o Brasil, já que o território do Vale dos Vinhedos foi colonizado por imigrantes italianos, referências sobre a ocupação do espaço, início da produção agrícola em território bento-gonçalvese, introdução da videira e transformações que ela ocasionou na economia local.

As informações apresentadas foram obtidas por meio de revisões bibliográficas e entrevistas históricas conduzidas no Vale com informantes qualificados, constituídos especialmente por habitantes mais antigos da localidade.

A investigação histórica permite identificar fatos que explicam as transformações decorridas ao longo do tempo e eventos promotores da diferenciação e especialização da agricultura. Dessa maneira, em uma pesquisa que objetiva analisar historicamente o processo de desenvolvimento, esse procedimento apresenta-se como sendo importante para a compreensão da complexidade e diversidade da dinâmica atual, das relações que se estabeleceram, da multiplicidade de agentes que surgiram e do processo de desenvolvimento.

3.1 A colonização italiana no Rio Grande do Sul e a criação das colônias Conde D'Eu e Dona Isabel

Os movimentos imigratórios da Europa para América, no século XIX, estão relacionados a transformações socioeconômicas ocorridas na Europa, no mesmo período, quando acontece a substituição das estruturas econômicas até então vigentes (feudalismo) pelo capitalismo. Profundas mudanças nas estruturas produtivas são desencadeadas, tais como: aumento das áreas

de latifúndio, desvinculação da produção agrícola da produção artesanal, intensificação da produção industrial e aumento da oferta de produtos provenientes desta origem. Como consequência, ocorrem grandes excedentes de mão-de-obra, desemprego, pobreza, péssimas condições de vida e eminência de revoltas sociais (DE BONI; COSTA, 1991; DE PARIS, 1997).

Na Itália do século XIX, mais especificamente, a maioria dos produtores rurais não era proprietária da terra e, para sobreviver da agricultura, obrigava-se a travar acordos de arrendamento, dos mais diversos, com os grandes latifundiários. Os minifúndios eram, muitas vezes, incapazes de garantir o sustento de uma família e, somando-se a esta condição, alguns anos de más colheitas e o aumento de impostos sobre a agricultura agravavam a situação do produtor. O cenário socioeconômico da Itália no século XIX exigia reformas estruturais ou medidas que, de alguma maneira, amainassem as pressões sociais que possivelmente se encaminhariam para uma revolução. A emigração em massa, assim, aparece como alternativa para solucionar parte dos problemas e, entre os anos de 1861 e 1930, cerca de 10 milhões de italianos emigraram para a América (DE BONI; COSTA, 1991).

No Brasil, a proposta de colonização pretendia criar novas condições econômicas, sociais e políticas que substituíssem a estrutura até então vigente (embasada no latifúndio, na monocultura e na escravidão). Por meio da colonização em pequenas propriedades, eliminar-se-iam problemas que haviam sido desencadeados pela estrutura latifundiária (HERÉDIA, 1997). Possibilitaria, além disso, a adaptação do país aos interesses do capitalismo internacional, absorvendo excedentes da força de trabalho e da produção industrial européia, que então se instituíam como modelo econômico em outras partes do mundo (DE PARIS, 1997).

A utilização de mão-de-obra européia seria uma alternativa para modificar as relações existentes no país e torná-lo independente, assegurando a integridade do vasto território e garantindo a defesa e o controle de fronteiras; permitindo a ocupação de espaços ociosos e possibilitando o desenvolvimento da agricultura, indústria e comércio através da criação de novas classes sociais, formadas por trabalhadores livres e assalariados, capazes de fomentar o comércio e promover o desenvolvimento das cidades, ocasionando o desenvolvimento econômico do país e proporcionando o branqueamento da população (HERÉDIA, 1997). Também porque, quando em 1850 o tráfico de escravos foi definitivamente proibido, o imigrante europeu surge como alternativa para substituir os escravos nas lavouras, inclusive nas grandes propriedades cafeeicultoras, e, assim, não interromper a produção agrícola no Brasil (DE BONI; COSTA, 1991).

Desta forma, o Governo Geral, através da Lei Geral número 514 de 1848, cede a cada uma de suas províncias 36 léguas quadradas de terras devolutas para o reinício⁷ da colonização. Os critérios para a estruturação das colônias são determinados pela Lei de Terras, de 18 de setembro de 1850. No caso do Rio Grande do Sul, a Lei número 229, promulgada pelo Governo da Província em 1851, concedia terras gratuitamente aos colonos, com a intenção de controlar a expansão do latifúndio que se tornara um entrave à exploração intensiva, já que as sesmarias promoveram um povoamento disperso (HERÉDIA, 1997).

⁷ As tentativas de povoar o território gaúcho praticamente cessam com a Revolução Farroupilha, entre 1835 e 1845 (DE PARIS, 1997). Após esta revolução e a Guerra do Paraguai, a província do Rio Grande do Sul não dispunha de produção agrícola suficiente. A solução poderia ser o povoamento das regiões desabitadas para intensificar a produção de gêneros alimentícios (CAMPAGNOLO et al., 1996).

Alegando que as terras para colonização, doadas pelo Governo Geral, já se encontravam povoadas, em 1869 a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul requereu a concessão de mais duas glebas, totalizando 32 léguas quadradas. Assim, em 1870, o Presidente da Província, João Sertório, criou as colônias de Dona Isabel e Conde D'Eu, posteriormente batizadas de Bento Gonçalves e Garibaldi, respectivamente, com o Ato de 24 de maio, na área das 32 léguas quadradas cedidas. No mesmo ano, Major Palmeiro foi encarregado de coordenar a medição das terras e demarcação dos lotes e linhas, com auxílio dos primeiros agrimensores e engenheiros que chegavam à região (CAPRARA; LUCHESE, s.d.; DE BONI; COSTA, 1991).

A partir de 1850, a Lei Geral 601 dispunha que o único modo de aquisição de terras pelos imigrantes seria por meio de compra e definia que a demarcação das colônias seria em léguas e travessões. Também oferecia a legalização após dois anos da chegada, dispensava do serviço militar e criava a Repartição das Terras Públicas junto ao Ministério da Agricultura. Em 1867, o Governo Imperial amplia as vantagens oferecidas aos colonos, concedendo prazos de 10 anos para o pagamento da terra (com dois anos de carência), assistência médica e religiosa, ajuda nos primeiros tempos e transporte gratuito dentro do país (DE BONI; COSTA, 1991; DE PARIS, 1997).

A falta de acesso a outros núcleos de colonização dificultou a chegada de imigrantes às colônias de Dona Isabel e Conde D'Eu, nos primeiros anos. A ocupação se intensificou verdadeiramente a partir do final de 1875, por meio de incentivos do Governo Imperial que, em 1876, passa a reger a ocupação das mesmas. Assim, em 24 de dezembro de 1875 se estabelecem definitivamente em Dona Isabel os primeiros imigrantes italianos vindos de Trento (CAPRARA;

LUCHESE, s.d.). A imigração e colonização subvencionada pelo governo gaúcho são extintas em 1913, que alegava estarem terminadas as áreas devolutas (DE BONI; COSTA, 1991).

3.2 Colonização da região do Vale dos Vinhedos

Os primeiros imigrantes italianos que chegaram ao Vale dos Vinhedos, provenientes de Trento, foram as famílias Valduga, Festa, Longhi e Panno, que se instalaram na Linha 6 da Leopoldina, em 1876, na então colônia Dona Isabel. No Brasil, chegavam a Porto Alegre e de lá eram enviados a Barracão, sendo posteriormente encaminhados a Bento Gonçalves. Encontraram mata fechada e logo começaram a escrever aos parentes e amigos da Itália, chamando-os para emigrarem sem medo porque a terra e a água eram boas.

De acordo com depoimento de Elias Giordani⁸, o primeiro abrigo foi montado com um lençol ao redor de um pé de açoita-cavalo, onde também foi feita a primeira roça (na propriedade da família Valduga). Posteriormente, as casas foram sendo construídas de pedra, palha e barro que era assentado no interior de treliças de madeira. A araucária (*Araucaria angustifolia*) se constituía da principal madeira de trabalho e a mata era abatida por meio de derrubada e queimada.

Na Leopoldina, as terras foram adquiridas pelos colonos que pagaram 240 mil Réis por 24 hectares. O prazo para pagamento das terras era de 10 anos, com juros de 11 % e mais 4 anos de prorrogação para saldar a compra. Imigrantes que tinham de 12 a 48 anos de idade receberam, do Governo Imperial brasileiro, empréstimos de 30 mil Réis. Na localidade do 15 da Graciema, que

⁸ Elias Giordani, de 86 anos de idade, é viticultor e morador da Capela das Almas, na Linha Leopoldina, Vale dos Vinhedos. As informações apresentadas foram coletadas em entrevista durante a pesquisa de análise-diagnóstico, em 2005.

hoje pertence ao Vale dos Vinhedos, as terras eram de propriedade de um funcionário do Governo Imperial e, na ocasião da ocupação, foram doadas aos colonos.

Foi possível constatar, por meio de diversas entrevistas realizadas com moradores mais antigos do Vale, que nos primeiros dois anos após a ocupação, sementes e ferramentas (que eram poucas) haviam sido doadas pelo Governo Imperial. Cultivava-se a batata e o trigo e mais tarde o milho, o feijão e a mandioca. As ferramentas empregadas eram a enxada, a foice, o machado e o serrote, sempre utilizadas de forma conjunta entre as famílias. Mais tarde surgem o arado tracionado por animais, a carroça e o pulverizador costal manual empregado na pulverização do sulfato de cobre nos parreirais.

As entrevistas informam igualmente que o trigo, o milho e o feijão tornaram-se as principais culturas. As criações praticadas eram do bicho-da-seda, de porcos, vacas e de galinhas. Mulas, cavalos e outros animais vinham "da região do campo" (colônias alemãs da região de Vacaria), assim como o queijo e o charque. Cinco anos após ter sido colonizada, a região já fornecia excedentes de produção que eram comercializados com tropeiros vindos de Montenegro e que levavam as mercadorias para serem vendidas em São Paulo.

O diário do imigrante italiano Júlio Lorenzoni (1975, p.114), que conheceu a Linha Leopoldina em 1884, uma das localidades do atual Vale dos Vinhedos, contém relatos que demonstram a diversidade da produção agrícola, a qualidade dos vinhos produzidos já nos primeiros anos e a prosperidade dos colonos locais.

Todos os anos obtinham uma boa colheita de milho, trigo, feijão, batatas, e outros cereais, além de conseguirem várias pipas de excelente vinho, de pura uva, sem mistura alguma, pois, nas suas videiras, só precisavam aplicar o sulfato muito mais tarde, isto é, lá por 1890.

Recordo com grande satisfação que, quando ia visitar o tio Panno, ou qualquer outro daqueles ótimos colonos, o que antes nos ofereciam era uma jarra de bom vinho, que era uma delícia tomá-lo.

Falo com franqueza que, vindo de Santa Maria, onde somente conhecia o vinho do Porto e outro de nome Carlon, também português, bem inferior, parecia-me um sonho ter chegado a um lugar de tanta abundância de cereais, vinho, galinhas, porcos, etc.

Todos também tinham vacas e animais de sela para seus trabalhos; em suma, naquelas casas havia de tudo, a começar pelo pão, sempre fresco, salame, copa, queijos, banha, toucinho, leite, ovos, etc., etc.

Falando sobre o comércio pouco intenso da época, Lorenzoni (1975, p.115) diz que “havia fartura de tudo, devido especialmente ao nenhum comércio existente naquele tempo, por absoluta falta de vias de comunicação e, portanto, o preço de vários produtos era deveras irrisório.”

Até 1908 o transporte de mercadorias era feito no lombo de mulas e burros quando, então, surgem as carretas tracionadas por animais. A estrada de ferro chega a Bento Gonçalves em 1919 e revoluciona a comercialização dos excedentes, possibilitando a intensificação das atividades agrícolas e de transformação.

A prosperidade do comércio proporcionava o acúmulo de capitais pelos negociantes e parte dos lucros foi investida em atividades industriais, sobretudo na indústria vinícola, madeireira, tritícola e de produtos suínos (DE BONI; COSTA, 1991).

Na década de 40 do século XX, ocorreu a construção dos primeiros armazéns "secos e molhados" e a criação da Estação de Enologia de Bento Gonçalves, transformada mais tarde na

Embrapa Uva e Vinho. Em meados de 1950 chega a energia elétrica à Linha Leopoldina e nos anos sessenta acontece a construção dos salões comunitários. Mais recentemente, a rede de telefonia é implantada (em 1985 através de ramal e em 1998 através de linha telefônica direta). O Vale recebe água encanada entre 1993 e 1995 e por volta de 1996 algumas vias são asfaltadas.

3.3 A introdução das videiras na zona de colonização italiana e as transformações desencadeadas pela cultura

Existem controvérsias, entre estudiosos da história local, quanto à introdução da videira na região de colonização italiana. Alguns defendem a idéia de que os imigrantes teriam trazido consigo, nos navios, algumas cepas de videiras européias que, aqui plantadas, acabaram sucumbindo às condições climáticas diferentes daquelas da origem. Para outros, os exemplares de *Vitis vinifera* não teriam nem mesmo suportado as adversidades da viagem e já chegaram ao Brasil sem condições de serem cultivados.

É consenso, porém, que a videira americana chegou à região trazida do núcleo de colonização alemã situado no Vale do Rio Caí⁹, onde era cultivada em pérgulas na frente das casas. Os primeiros vinhedos que surgiam eram pequenos, era pouca a mão de obra disponível, assim como as terras para cultivo, que precisavam ser abertas por meio da derrubada e queimada

⁹ Após duas tentativas de introdução de *Vitis vinifera* (uma pelos jesuítas nos Sete Povos e outra açoriana no litoral), ocorre, entre 1839 e 1842, a introdução da uva americana (da videira Isabel, mais especificamente). O gaúcho Marque Lisboa teria sido quem remeteu, de Washington, bachelos desta variedade ao comerciante Thomas Messiter que iniciou os primeiros vinhedos na Ilha dos Marinheiros, em Rio Grande. A variedade americana, muito rústica, rapidamente se espalha nas regiões vizinhas, substituindo parreirais de européias que existiam. Em 1960, a videira Isabel predominava nos vinhedos de Pelotas, Viamão, Gravataí e já era cultivada do Vale do Rio dos Sinos até Montenegro. Do litoral de Rio Grande ela subiu para a Lagoa dos Patos e foi substituindo e desestimulando a viticultura de *Vitis vinifera*. Seguiu o rumo dos afluentes do Guaíba, levada por imigrantes alemães, povoando os vales do rio dos Sinos, Taquari e Caí, a partir de 1824. A importância dessa videira se acentuou com a chegada do imigrante italiano, em 1875, que inicialmente a cultivou para o consumo da família. O êxito da variedade permitiu o início da vinificação e comercialização do produto vinícola com a capital do estado, a partir de 1890. A primeira transferência de material vegetativo de videira Isabel entre imigrantes alemães e italianos teria acontecido entre as famílias Ruschel e Radaelli (DAL PIZZOL, 1988a).

da floresta. As primeiras lavouras eram, por vezes, realizadas em solos cobertos pela mata recém queimada. O imigrante também precisava se dedicar a uma série de atividades que assegurassem a subsistência das famílias, além de desempenhar trabalhos que visassem melhorar a infraestrutura disponível, como construção das casas, estradas e demais instalações (DAL PIZZOL, 1988b).

Tão logo a videira Isabel começa a frutificar, o italiano do Vale dos Vinhedos inicia a vinificação. Nos primeiros anos o vinho produzido abastecia somente o consumo das famílias e em 1890 já era suficiente para atingir outras regiões do Rio Grande do Sul, chegando inclusive à capital (os primeiros volumes eram transportados para Lagoa Vermelha, Vacaria e Soledade). Em 1898 já é comercializado na região sudeste do Brasil (DAL PIZZOL, 1988c).

Até aquele momento, a atividade de vinificação era exclusivamente realizada pelos agricultores nos porões de suas casas, mas, entre 1901 e 1903, algumas cantinas que se formavam já adquiriam excedentes de uva. No início dos anos de 1900 uma inovação acontece nos parreirais, até então conduzidos em taquaras ou vigas de madeira: a introdução do arame.

A partir de 1910 se instituem, na região, grandes vinícolas como Salton, Dreher S.A. e Vinhos Mônaco. Intensifica-se a comercialização da uva, aumentam as áreas de cultivo e a produção. Em 1915 acontece a fundação do Estabelecimento Vinícola Armando Peterlongo S.A. (Vinícola Peterlongo), no município de Garibaldi. Elias Giordani¹⁰ recorda que, com o início das atividades desta empresa, as podas de "Bermont" (também chamada Borgonha) não sobravam no

¹⁰ Viticultor do Vale dos Vinhedos, entrevistado por ocasião da realização da análise-diagnóstico do Vale dos Vinhedos em 2005.

chão, eram todas recolhidas para formar novos parreirais, porque esta uva era empregada na elaboração de champanhe e todos desejavam plantá-la, pois proporcionava rendimentos de 700 quilos de fruta por parreira.

Nos processos de cantina, a família Mônico é responsável pela introdução de algumas inovações, por volta de 1910, como as primeiras esmagadoras (que substituíam o pisoteio da uva), as primeiras bombas de trasfegar, os filtros e as correções químicas para os vinhos. A vinícola Mônico importa equipamentos de engarrafamento, é a primeira a considerar a preferência dos brasileiros pelos vinhos adocicados, sendo também pioneira na exportação do produto nacional engarrafado na origem (DAL PIZZOL, 1989a).

Em 1925 surge uma nova maneira de pulverizar os parreirais: o barril de sulfato (chamado de bordalesa) é acoplado a uma estrutura tracionada por mulas, invenção da família Gonzatti, moradora da comunidade da Capela da Glória¹¹. Entre 1927 e 1930 iniciam as enxertias de outras cultivares em mudas de Isabel, possibilitando maiores êxitos na introdução de *Vitis vinifera*.

Todas essas transformações promovem a expansão da viticultura e da produção de vinhos, as cantinas particulares proliferam gerando uma acirrada concorrência. Com a intenção de fortalecer a vitivinicultura, congregar e defender interesses do setor e atuar como órgão regulador da oferta e procura, controlando preços e qualidade, é criado o Sindicato do Vinho, em 1928. No ano seguinte é instituída a Sociedade Vinícola Rio-Grandense, órgão comercial do Sindicato, que

¹¹ Fica evidente, nas entrevistas, a evolução que sofreram os equipamentos utilizados para pulverização dos parreirais. Anterior à utilização das bombas costais manuais (com reservatórios em madeira ou metal), o viticultor empregava pedaços de taquara na aspersão do sulfato. A invenção “dos Gonzatti” antecede a introdução do conjunto motor e bomba tracionado por animais, que posteriormente se torna estacionário e acoplado a um tanque para armazenamento da calda, construído em alvenaria sob as parreiras. Por fim, a introdução do trator viabiliza a pulverização mecanizada.

adquiriu e incorporou as cantinas daqueles que a ela se associavam, promovendo padronização de vinhos e estabelecimentos e introduzindo normas referentes à higiene (DAL PIZZOL, 1989b).

O agricultor que realizava a produção de vinhos em sua propriedade, não tendo sido envolvido pelo processo de incorporação promovido pela Sociedade Vinícola, dispõe somente da alternativa do cooperativismo¹² para se inserir no mercado (DAL PIZZOL, 1989b). Em 1930, o então presidente Getúlio Vargas proíbe a importação de vinhos e estimula a produção nacional por meio do incentivo à formação de cooperativas vinícolas. Assim, entre 1931 e 1932, entram em atividade a Cooperativa Vinícola Aurora, em Bento Gonçalves, e a Cooperativa Vitivinícola Garibaldi, em Garibaldi, que rapidamente passam a congregiar muitas famílias e conseguem volumes capazes de competir com as produções da Sociedade Vinícola.

O movimento cooperativista estimula novamente a expansão da viticultura. As cooperativas passam a absorver uma quantidade cada vez maior da produção de uvas e crescem os volumes de vinhos produzidos. Nem as cooperativas, nem a Sociedade dispunham de estrutura para suportar a inevitável queda de preços que ameaçava o setor. A rígida estrutura da Sociedade Vinícola já não mais atrai os empresários, que voltam a desejar maior liberdade de decisões. As filiais da Sociedade vão sendo gradativamente desativadas e se extinguem totalmente por volta de 1997. Terminam, assim, as atividades do Sindicato e da Sociedade e os antigos associados voltam a assumir seus próprios negócios, incorporando todas as inovações que haviam sido introduzidas.

¹² Esta foi a segunda experiência cooperativista na região. A primeira aconteceu por volta de 1908, fomentada por Stefano Paternó, incumbido pela Sociedade Nacional de Agricultura do Rio de Janeiro e pelos Centros Econômicos de Porto Alegre e Pelotas de promover o cooperativismo no Rio Grande do Sul. As iniciativas culminaram na criação de inúmeras cooperativas, inclusive a Cooperativa Agrícola Caxiense, a primeira do segmento vitivinícola do estado, em 1912. Essas experiências possibilitaram uma melhoria da qualidade do vinho gaúcho, conquistando padronização, já que este sofria adulterações ao atingir outras regiões. O declínio dessas organizações, de acordo com Dal Pizzol (1990), foi motivado pelo desaparecimento de associados e administradores para a ação cooperativista.

Esta estrutura está vigente até hoje, com empresas privadas e cooperativas disputando o mercado (DAL PIZZOL, 1989b).

Entre 1940 e 1960 uma outra revolução promove modificações na produção da matéria-prima: entram no mercado local produtos químicos para o tratamento fitossanitário das videiras, vindos da Argentina, assim como os fertilizantes químicos. Até então, as pulverizações aspergiam sobre a cultura somente o sulfato de cobre. A introdução dessas inovações é acompanhada pela chegada dos motores, utilizados para pulverizar os parreirais, e dos tratores, que permitem o emprego de todo o conjunto das novas tecnologias. Iniciam-se os experimentos com castas nobres e sua introdução no Vale dos Vinhedos. Intensifica-se a comercialização de vinho de pequenos produtores para as grandes cantinas que faziam somente o envase.

No ano de 1959 é fundada a Escola de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves, que em 2002 é transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica-CEFET e é a única instituição de ensino brasileira a oferecer cursos de formação nas áreas da enologia e viticultura, em nível técnico e superior (CEFET BENTO GONÇALVES, 2005).

A Uvibra-União Brasileira de Vitivinicultura, surge em 1967 e hoje atua como entidade de classe que reúne e congrega empresas e entidades setoriais da vitivinicultura brasileira (DAL PIZZOL, 1989c).

A partir de 1970 se instalam na região as primeiras vinícolas multinacionais (como Allied Domecq e Chandon) que, além de efetuarem o pagamento à vista pela matéria-prima, passam a oferecer melhores preços ao viticultor. Isto ocasionou a quebra do vínculo de algumas famílias

com as cooperativas. Também nesse período, por decisão do IBAMA, fica proibida a prática de derrubadas e queimadas da vegetação nativa, até então executadas nesse sistema agrário, limitando a expansão das áreas de cultivo. Nas cantinas acontece a introdução intensiva de máquinas de engarrafar, moer e desengaçar a uva. Da mesma forma, surge a oferta de assistência técnica aos produtores rurais, pelas cooperativas e vinícolas multinacionais, que intencionavam adequar viticultores às inovações da época. A assistência técnica inicia de maneira precária, com visitas raras e desinformadas.

Os baixos preços que vinham sendo praticados para a uva, dada a concorrência que se estabelecia entre empresas multinacionais e cooperativas, no início da década de 80 do século XX, ocasionaram o movimento de criação das cantinas familiares no Vale dos Vinhedos. Diante da possibilidade de insustentabilidade da propriedade, de se desfazerem das terras e migrarem para as cidades, as famílias encontraram como alternativa a intensificação das produções caseiras de vinho, que até então abasteciam as necessidades do consumo doméstico ou eram comercializadas a granel para que outras vinícolas fizessem o envase.

Importantes transformações acontecem na vitivinicultura local entre os anos de 1980 e 1990, influenciadas principalmente: pela introdução intensificada de castas nobres de uvas; pela intensificação da vinificação na propriedade, em pequenas cantinas familiares; pela chegada, à indústria vinícola nacional, das pipas de inox com resfriamento e das leveduras e, mais recentemente, da informatização; pelo marketing do vinho local, por meio da divulgação de premiações conquistadas em concursos nacionais e internacionais; pela formação, em escolas de enologia, dos filhos de alguns viticultores e pela introdução das espaldeiras, apesar do cultivo em latadas continuar predominante no Vale dos Vinhedos.

Após uma série de articulações estaduais, iniciadas nos anos de 1980, em outubro de 1997 é fundado o Ibravin-Instituto Brasileiro do Vinho, instância representativa das produções vitícolas e vinícolas brasileiras perante a OIV-Organização Internacional da Vinha e do Vinho. O instituto tem por objetivo promover e ordenar institucionalmente o setor produtor de uvas, de vinhos, de sucos e qualquer outro produto derivado da uva e do vinho, em qualquer das áreas envolvidas, quer seja ela técnica, comercial, cultural, de meio ambiente, legal ou de consumo (IBRAVIN, 2005).

Quanto à existência de ciclos de produção agropecuária que igualmente teriam proporcionado aos agricultores o acúmulo de capital, que não fosse por meio da cultura da uva, os produtores recordam de pequenos períodos em que frangos de corte, a produção leiteira e a criação de suínos teriam promovido a reprodução social de algumas famílias. Lembram que poucos foram os envolvidos e não relatam com clareza os momentos de início, auge e declínio dessas atividades. Por essa razão, deduz-se que tais atividades não assumiram grande importância no contexto da economia do Vale, até porque, quando questionados sobre a existência de outras culturas e criações em tempos passados, referenciam a viticultura como aquela que sempre teve posição de destaque.

Houve, dessa forma, no território do Vale dos Vinhedos, uma especialização bastante intensa em torno da vitivinicultura. Poucas são as propriedades que não a desenvolvem, ao menos em conjunto com outras atividades voltadas principalmente à subsistência. Para algumas famílias, a mão-de-obra disponível é prioritariamente empregada na viticultura e, por vezes, até mesmo as produções de subsistência são sacrificadas.

Com a rusticidade da videira Isabel foi possível colher safras abundantes em pouco tempo, adaptada que é às condições de solo e clima locais, e com ela conduzir uma vinificação que da mesma forma ganha volumes expressivos, permitindo a comercialização nos arredores e posteriormente ganhando o território brasileiro. O potencial local para a produção vitivinícola desperta o interesse de empresas multinacionais, que se instalam na região juntamente com outras de origem nacional.

A movimentação em torno da vitivinicultura ocasiona a necessidade de criação de instituições que organizem o setor, amparem o trabalhador, gerem conhecimento técnico nacional e formem profissionais específicos para atender às demandas que vão surgindo. Forma-se assim, no entorno do Vale, uma rede de instituições voltadas à promoção do fortalecimento da atividade.

Todos os elementos mencionados, somados a períodos em que viticultores receberam pagamentos muito atrativos pela uva, contribuem para o aumento de área plantada e estimulam a especialização produtiva nas unidades rurais¹³. O aumento da oferta de matéria-prima força a queda dos preços e as recentes exigências feitas pela indústria, remunerando qualidade e não mais quantidade de frutos colhidos, desestimulam o viticultor. Muitos jovens, inclusive, atraídos pelas oportunidades de emprego em outros setores, abandonam o meio rural. Se por um lado, porém, as transformações que culminaram no reforço da especialização da agricultura promoveram a exclusão de parte dos agricultores, por outro, para o grupo que conseguiu internalizar tais mudanças, houve a inclusão na dinâmica movimentada pela vitivinicultura e condições de acumular capital.

¹³ Os trabalhos cada vez mais tecnicizados nos parreirais e a redução do tamanho das famílias, pelo êxodo de jovens, também motivaram a especialização das propriedades.

3.4 A criação da Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos-Aprovale

É possível constatar, a partir de entrevistas realizadas com Jaime Milan, diretor da Aprovale, que o Vale dos Vinhedos é historicamente uma das regiões mais importantes no que diz respeito à produção de uvas viníferas. A produção, ainda há alguns anos atrás, era destinada a pequenas e grandes vinícolas, muitas até de outros municípios, como Garibaldi e Farroupilha. Alguns vitivinicultores¹⁴ do Vale, que começam a apreender a matéria-prima e realizar a vinificação em suas cantinas particulares, criam a Aprovale, que passa a unir cantineiros e facilitar ações conjuntas.

A Aprovale surgiu de uma idéia inicial que primava pela construção de uma cooperativa de engarrafamento. Assim, as empresas investiriam em uma unidade central que atenderia à produção de todas as vinícolas associadas, reduzindo investimentos e dispensando a montagem de um setor em cada empresa. Além deste interesse, os cantineiros objetivavam investir conjuntamente na atividade turística, considerando que as vinícolas eram pequenas, muitas ainda instaladas em porões, e precisavam vender o vinho e atrair consumidores.

No decorrer das discussões, alguns empresários não se dispuseram a construir um bem comum e a alternativa que surge, então, é criar a Aprovale. A primeira reunião oficial aconteceu em julho de 1994 e, em fevereiro de 1995, a associação foi oficialmente constituída por meio de um estatuto, contando inicialmente com a participação de dezesseis empresas¹⁵.

¹⁴ Vitivinicultor é aquele que se dedica tanto ao cultivo das vinhas quanto à vinificação.

¹⁵ Hoje são vinte as cantinas associadas, das quais dezoito familiares.

Outro fator que motivou a união entre cantineiros foi a possibilidade de realizar um trabalho conjunto em busca de uma indicação geográfica de procedência para os vinhos finos da região. A primeira conquista nesta direção foi alcançada com a delimitação e caracterização geográfica do Vale dos Vinhedos, em 1999. Posteriormente, em 2002, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial-INPI autoriza a ostentação da primeira indicação de procedência brasileira, a IPVV, por meio de selos dispostos nas garrafas de vinho fino (APROVALE, 2005; POLITA, 2002).

A Aprovele é uma instituição sem fins lucrativos, regida por um estatuto, tendo por objetivos: desenvolver e incentivar a pesquisa vitivinícola e a qualificação do produto vinícola e seus derivados; desenvolver ações que promovam a organização e preservação do espaço físico do Vale dos Vinhedos; fomentar estudos e agir junto às autoridades para elaboração de leis que atendam adequadamente aos objetivos da associação; estimular e promover o potencial turístico da região, o aprimoramento sócio-cultural dos associados, seus familiares e comunidade e, por fim, preservar e proteger a IPVV¹⁶ (POLITA, 2002).

Para cumprir com seus objetivos a Aprovele pode firmar convênios com instituições nacionais e internacionais e contratar profissionais, quando necessário, de qualquer área que interesse ao cumprimento das ações determinadas. Podem ser associadas pessoas físicas ou

¹⁶ O direito de usufruir da IPVV é resultante de um longo processo de padronização de cantinas, dos cultivos e da vinificação. Existem tipos de produtos e matérias-primas permitidas e um regulamento que determina limites para uvas provenientes de área não-demarcada. O regulamento também exige que as vinícolas garantam o controle do armazenamento, manipulação e engarrafamento de forma a assegurar a padronização e a qualidade dos vinhos protegidos. Padronização e enquadramento da cantina, dos processos produtivos e das bebidas elaboradas são avaliados, bem como o cumprimento de padrões de qualidade química e organoléptica. Se aprovados em todos esses critérios, cantinas e produtos que ingressaram nos processos para obtenção da IPVV recebem o “Certificado de Indicação de Procedência” e, com ele, o direito de utilizar a indicação. Também são fornecidos os “Selos de Controle”, que são numerados e dispostos nas cápsulas das garrafas. O cultivo em latadas também é aceito, mas são fixados limites de produtividade dos parreirais (POLITA, 2002).

jurídicas, que desenvolvam atividades vitícolas, vinícolas ou afins. Os associados podem ser "produtores" ou "contribuintes". Os primeiros são os cantineiros do Vale. Os segundos, pessoas físicas ou jurídicas que tenham afinidades com os objetivos da entidade. Todos pagam mensalidades, que constituem a fonte financeira para o funcionamento da associação. Para participar, entretanto, é necessário ser aprovado em reunião do Conselho de Administração e realizar pagamento de uma jóia de valor equivalente ao número total de mensalidades desde a fundação. Os associados têm o direito de participar de todos os eventos promovidos e os “associados produtores” são os únicos a se beneficiarem da IPVV (POLITA, 2002).

A associação é composta por seis órgãos sociais, sendo eles: o Conselho de Administração; a Diretoria Executiva; o Conselho Técnico e de Pesquisa; o Conselho Fiscal; a Assembléia Geral e o Conselho Regulador da Indicação Geográfica de Procedência (POLITA, 2002).

Quanto à atividade turística, que se justifica, de acordo com entrevistados, não somente pela comercialização dos produtos, mas também pela divulgação dos mesmos, educando e orientando para o consumo de vinhos finos e promovendo a preservação das tradições locais, hoje impulsiona a construção de empreendimentos voltados a atender às demandas geradas pelo enoturismo. Estimativas indicam uma visitação de aproximadamente 60.000 pessoas ao ano.

Atualmente, é grande também a preocupação, por parte de alguns atores envolvidos nas atividades da Aprovale, com a preservação ambiental, com os recursos naturais e com o homem que habita e trabalha no território, para que este possa viver dignamente no local.

Por outro lado, a maioria das famílias viticultoras do Vale não conseguiu estruturar sua produção vitícola de maneira a viabilizar uma unidade de vinificação que permitisse ou compensasse a associação. Estas famílias representam uma grande diversidade de viticultores encontrados na pequena extensão do Vale, que retiram da produção de uvas, e às vezes também de vinhos, os rendimentos necessários à sua reprodução social e manutenção da estrutura produtiva, apesar de não se beneficiarem da indicação de procedência nem da movimentação turística. A Aprovale, apesar de ter promovido profundas transformações no Vale dos Vinhedos (quer seja em termos da introdução de inovações técnicas, de infraestrutura e conseqüentemente na paisagem do Vale, nas relações de produção e nas relações políticas entre diferentes atores), é uma organização da qual poucos podem participar diretamente e, assim, se beneficiar dos eventos e do desenvolvimento promovido.

A partir de todo o conjunto de informações coletadas por meio dos procedimentos iniciais da análise-diagnóstico (leitura da paisagem, entrevistas com moradores, consultas a materiais já publicados), é possível supor uma pré-tipologia de agricultores do Vale dos Vinhedos. É provável que, na maior parte das unidades de produção, as terras sejam próprias e, as atividades de produção, desenvolvidas principalmente pela força de trabalho familiar. Nestas unidades, a viticultura é exclusivamente desempenhada com a finalidade comercial ou é praticada, em raros casos, em conjunto com outras atividades que possuem o mesmo fim. A especialização regional, assim, é a vitivinicultura. Os tipos de agricultores diagnosticados são viticultores ou vitivinicultores. A mecanização nem sempre se faz presente nas propriedades da zona 1, já que as formas de construção dos parreirais e o relevo acidentado impossibilitam sua utilização. Em relação à viticultura, existem cantinas associadas e não-associadas a Aprovale, encontradas nas zonas 1, 2 e 3, sendo que nesta última se concentram praticamente todas as cantinas familiares da

associação. A tipologia propriamente dita é construída por meio de novas entrevistas com agricultores e é apresentada e caracterizada no capítulo 4, complementada com informações sobre o funcionamento e a organização dos sistemas de produção.

4 CATEGORIAS SOCIAIS E SISTEMAS DE PRODUÇÃO DOS AGRICULTORES DO VALE DOS VINHEDOS: A DESCRIÇÃO DOS TIPOS

Após as primeiras etapas da análise-diagnóstico e novas entrevistas realizadas no Vale dos Vinhedos, é possível identificar uma certa heterogeneidade entre os agricultores capaz de permitir que sejam agrupados em tipos, de acordo com a categoria social a qual pertencem e de acordo com o sistema de produção praticado.

No caso do Vale dos Vinhedos, a categoria social predominante é a de agricultores familiares que utilizam, portanto, a mão-de-obra familiar para executar as atividades desenvolvidas na unidade de produção. Estes agricultores contam com força de trabalho externa somente no período da colheita da uva ou realizam mutirões com os vizinhos e parentes. Salienta-se que os trabalhadores temporários são provenientes de outras regiões do Rio Grande do Sul e muito raramente o agricultor do Vale emprega a mão-de-obra local.

Os agricultores pertencentes à categoria social “patronal” possuem empregados fixos, durante o ano todo, que auxiliam nos trabalhos executados nos parreirais. A maior parte destes agricultores está vinculada ao programa de parceria da vinícola Miolo.

Em relação à posse da terra e às relações de trabalho, identificam-se agricultores proprietários dos meios de produção e da terra e que trabalham seus vinhedos; viticultores que, além de manejarem seus parreirais, também arrendam os de outros agricultores; aqueles que possuem alguns poucos equipamentos e trabalham como parceiros de um proprietário dos meios de produção e da terra e, por fim, os trabalhadores rurais assalariados que podem receber porcentagem sobre os lucros da atividade agrícola.

Também foram encontrados agricultores que vendem parte de sua força de trabalho para empresas do Vale e poucos proprietários capitalistas (proprietários da terra que não se envolvem nas atividades agrícolas, vivem na zona urbana e contratam mão-de-obra permanente para trabalhar nos parreirais).

Os sistemas de produção são diversificados, apesar da viticultura se mostrar dominante em todas as zonas agroecológicas. Diagnosticaram-se agricultores que, juntamente com a produção vitícola, praticam a fruticultura do pêsego, caqui, ameixa ou citros; famílias que possuem uma produção leiteira capaz de atender às suas necessidades e ainda gerar um excedente comercializável sob a forma de leite ou queijo; proprietários de pequenos empreendimentos comerciais; viticultores produtores de graspa (bebida alcoólica destilada obtida do bagaço da uva), vinagre e outros derivados da uva; algumas poucas propriedades onde existe a criação de suínos e produção de embutidos e alguns poucos avicultores integrados.

Em relação à mecanização (disponibilidade do trator e implementos por ele tracionados), identifica-se a existência de propriedades não-mecanizadas nas zonas agroecológicas de número 1 e 2.

Para melhor entendimento do processo de desenvolvimento e da diversificação das trajetórias de evolução que aconteceram no Vale dos Vinhedos, a multiplicidade de agriculturas encontradas foi classificada em alguns poucos tipos. O pequeno número de unidades de produção agrícola nas quais se desenvolvem outras atividades, além da vitivinicultura, e a necessidade de viabilizar a pesquisa de acordo com recursos disponíveis e com o cronograma estipulado, determinaram a investigação mais aprofundada dos seis principais tipos de viticultores e

vitivinicultores, predominantes na área delimitada para estudo: familiar produtor de uva comum e uva vinífera; patronal parceiro da vinícola Miolo; familiar proprietário e arrendatário; familiar parceiro proprietário e parceiro não-proprietário; familiar com cantina não-legalizada e familiar com cantina legalizada. Quanto à distribuição dos tipos nas zonas agroecológicas, pode-se dizer que o familiar produtor de uvas comuns e uvas viníferas, que se sobressai em relação ao número total de agricultores, é encontrado em todas as zonas; o patronal parceiro da vinícola Miolo aparece exclusivamente na zona número 3; o familiar proprietário e arrendatário é diagnosticado nas zonas 1, 2 e 3, assim como o familiar parceiro proprietário e parceiro não-proprietário; o familiar com cantina não-legalizada e o familiar com cantina legalizada são percebidos nas zonas 2 e 3¹⁷.

Nos sistemas de produção praticados pelos viticultores e pequenos cantineiros, a renovação da fertilidade dos solos de vinhedo, que tradicionalmente empregava a adição do bagaço da uva, resíduo da atividade vinícola, ainda é utilizada, mas em pouquíssimos casos. Atualmente, este material serve principalmente para a produção da graspa ou é empregado na alimentação de animais. O bagaço foi substituído pelos adubos químicos e o agricultor não mais o utiliza devido ao custo do frete para trazê-lo de volta à propriedade. O mesmo ocorre com a cama de aviário, empregada com maior expressão na adubação dos parreirais, no passado. Deixou de ser utilizada, em princípio, por ser dificilmente encontrada no Vale (precisa ser transportada de regiões próximas, tornando-a economicamente desinteressante). Em segundo lugar, por promover principalmente o crescimento vegetativo das videiras, indesejável quando se objetiva a produção de uvas de qualidade. Salienta-se, contudo, que alguns viticultores do Vale utilizam ambos os materiais orgânicos para repor a fertilidade de seus parreirais. Em

¹⁷ As cantinas associadas a Aprovele estão concentradas na zona 3, com alguns poucos casos na zona 2.

propriedades parceiras da vinícola Miolo e em algumas das cantinas pesquisadas, esta prática foi banida, sendo permitida somente em áreas de vinhedos em implantação.

Em relação às formas de condução dos parreirais, são dois os principais tipos encontrados: o sistema horizontal, conhecido como latada e o sistema vertical, denominado espaldeira. Quanto às variedades cultivadas, entre as americanas destacam-se: Bordô, Concord, Niágara e Tardia de Caxias; entre as híbridas: Isabel, Couderc e Seibel; entre viníferas: Cabernet Franc, Cabernet Sauvignon, Gamay, Chardonnay, Malvasia de Cândia, Merlot, Moscato, Pinot Noir, Trebianno, Pinotage, Alicante, Tannat, Prosecco, Ancelotta e Riesling. Uvas americanas e híbridas são apropriadas para a produção de sucos, vinhos comuns, consumo *in natura* e outros processamentos. Já as uvas viníferas são cultivadas exclusivamente para abastecimento da indústria de vinhos finos.

Salienta-se que, em muitas das propriedades visitadas, já não se encontra mais uma produção de subsistência importante para a reprodução social das famílias, por diversas razões, dentre as quais: a carência de mão-de-obra para executar as tarefas da subsistência, uma vez que os parreirais envolvem o trabalho familiar de forma intensa durante todo o ano; a proximidade e facilidade de acesso ao centro de Bento Gonçalves, onde o agricultor pode adquirir produtos necessários à sua alimentação; a dedicação dos membros da família e ocupação da área da propriedade com atividades relacionadas ao turismo enológico, como trabalhos na cantina, restaurante e recebimento de turistas; a substituição da administração da propriedade, que passou das mãos dos mais velhos para os mais jovens, que não encontram necessidade ou justificativa para continuar executando atividades de subsistência; por fim, nas propriedades localizadas nas

proximidades da cidade, o roubo de animais e de safras desestimulou a continuidade da agricultura de subsistência.

4.1 O tipo familiar produtor de uva comum e uva vinífera

O agricultor "familiar produtor de uva comum e uva vinífera" é proprietário dos meios de produção e da terra. Em seus parreirais pode ser encontrada tanto a uva comum quanto a uva vinífera, ambas conduzidas em latadas. Está presente em todas as zonas agroecológicas e é o tipo predominante de agricultor do Vale dos Vinhedos. Nessas propriedades o trabalho é realizado por membros da família (envolvendo 3 pessoas), com exceção do período de safra, quando acontece a contratação de mão-de-obra externa (normalmente de 3 diaristas por aproximadamente 27 dias).

As latadas do agricultor que pertence a esse tipo cobrem uma área que varia de 3,00 a 8,00 hectares (de 1,00 a 2,00 hectares de videiras européias e de 2,50 a 6,00 hectares de videiras comuns) distribuídas em propriedades rurais que variam de 6,00 a 20,00 hectares. Da área total, entre 4,40 e 9,54 hectares são agricultáveis. O restante da superfície é ocupado com potreiro (de 0,09 a 0,50 hectare), culturas de subsistência (de 0,20 a 1,00 hectare) e áreas não-aproveitáveis para a prática agrícola (de 0,11 a 10,46 hectares).

A uva comum se destaca tanto em relação à área cultivada como também em termos de produtividade, variando de 17.500 quilos a 28.000 quilos por hectare, contra 3.250 a 20.200 quilos por hectare de uva vinífera. Os preços de comercialização variam de R\$ 0,39 a R\$ 0,42 para o quilo da uva comum e de R\$ 0,97 a R\$ 1,00 para o quilo da uva européia.

A uva comum é comercializada principalmente com a empresa Tecnovin¹⁸ e a uva vinífera ganha destinos como cooperativas vinícolas de Bento Gonçalves ou Garibaldi, cantinas do Vale dos Vinhedos (associadas a Aprovale) ou cantinas de outros municípios próximos.

A família também se dedica às criações animais que suprem necessidades do consumo doméstico. São abatidos suínos, aves e bovinos, que também oferecem leite (parte consumido *in natura* e parte transformado em queijo) e ovos. Estes produtos também podem ser comercializados com vizinhos e familiares.

Para os agricultores que formam esse tipo foi constatado que a mecanização (disponibilidade de tratores e implementos tracionados) não é elemento de distinção, porque não ocasiona diferenças de produtividade dos parreirais. Percebe-se que, mesmo nas propriedades onde existe a mecanização, em algumas áreas o agricultor realiza os tratamentos manualmente devido ao relevo acidentado ou à idade dos parreirais, construídos de maneira a não permitir a mecanização. Existem, portanto, viticultores no Vale dos Vinhedos que não dispõem de tratores.

Nas famílias classificadas nesse tipo o vinho é produzido somente para o consumo doméstico, utilizando as uvas comuns que cultivam, vinificando nos porões das casas e empregando pipas de madeira.

¹⁸ A Tecnovin é uma empresa de produção de sucos e concentrados de frutas, localizada na Linha Leopoldina, no Vale dos Vinhedos, e que atende tanto ao mercado interno quanto externo. Para esta empresa se destina a maior parte das uvas comuns colhidas no Vale, conforme constatações obtidas em entrevistas realizadas. A Tecnovin industrializa 100 milhões de quilos de uvas por ano, contando com 3.500 fornecedores de matéria-prima, dos quais 250 do Vale.

4.2 O tipo patronal parceiro da vinícola Miolo

Alguns viticultores do Vale trabalham em parceria com cantinas da Aprovale. A empresa vinícola oferece assistência técnica, determina formas de cultivo, garante remuneração diferenciada e a compra da matéria-prima que cumpre com padrões de exigência. O viticultor assegura destino certo para suas colheitas e pode receber remunerações superiores às praticadas pelo mercado. O tipo em questão é constituído por agricultores que estabeleceram uma parceria com uma das vinícolas da Aprovale, a Miolo. Destaca-se a realidade dos parceiros da Miolo por ser a relação viticultor-empresa, de acordo com relatos colhidos, muito bem estruturada e com assistência técnica ativa, presente e gratuita, aos produtores. O modelo apresentado, portanto, representa o desempenho das propriedades rurais parceiras desta vinícola.

O viticultor integrado da Miolo dispõe de uma área total que varia entre os 8,00 e 12,00 hectares de terra, dos quais de 7,50 a 11,00 hectares utilizados com atividades agrícolas. A quase totalidade desta superfície é coberta por parreirais (de 6,50 a 10,50 hectares), estando as viníferas em 4,17 a 5,50 hectares (comercializadas com a Miolo e, às vezes, uma parte também com outras cantinas¹⁹) e entre 0,70 e 6,33 hectares com uvas comuns.

Nesse tipo é possível encontrar videiras sendo conduzidas em espaldeiras em área de 0,70 hectare comportando, exclusivamente, as uvas viníferas. O restante dos parreirais é conduzido sob a forma de latadas. Para a uva comum, o rendimento varia de 10.000 a 25.000 quilos por hectare, com preços de R\$ 0,40 a R\$ 0,42 o quilo. No caso das uvas européias, o rendimento

¹⁹ A vinícola Miolo compra somente uvas viníferas dos agricultores. Nas propriedades dos viticultores parceiros, por vezes, uma parte dos parreirais é cultivada com as técnicas exigidas pela Miolo e as demais áreas podem atender às demandas de outras empresas. Ou seja, a parceria não consiste em uma relação de exclusividade. É importante salientar, no entanto, que somente os vinhedos que recebem assistência dos técnicos da Miolo fornecem a matéria-prima que se destina à empresa, sendo o trabalho dos técnicos realizado somente nestes vinhedos.

pode variar de 12.000 a 14.500 quilos por hectare. Nas áreas cuja safra é destinada à vinícola Miolo, o rendimento máximo é limitado em 12.000 quilos por hectare. Os preços para este tipo de uva variam de R\$ 1,25 a R\$ 1,30 o quilo.

A mecanização está sempre presente e os tratores aparecem em número de dois, incluindo também os implementos por eles tracionados (como o pulverizador, a grade, a enxada rotativa e a lâmina ou plaina).

A subsistência, quando praticada, é desenvolvida em área de 1,00 hectare, mas com alguns poucos gêneros, como os suínos, a batata-doce, a mandioca, a uva e o vinho e em alguns casos também a abóbora, o feijão, o milho e as aves de postura.

Para conseguir cumprir com as exigências impostas pela empresa parceira, na maior parte dos casos, se faz necessária a contratação de mão-de-obra fixa, além dos tradicionais diaristas contratados na colheita. São de 1 a 4 pessoas da família envolvidas nas atividades agrícolas, geralmente contando com 1 empregado permanente e mais 2 pessoas durante 20 dias, no período de safra.

As exigências impostas pela empresa vinícola parceira, apesar de serem seguidas à risca, são, por vezes, tomadas sem a plena aprovação dos agricultores. O raleio de frutas, que ocorre em período próximo ao da colheita, com a intenção de fixar o rendimento dos parreirais em no máximo 12.000 quilos por hectare e assegurar maior qualidade aos frutos, é feito com descontentamento pelos viticultores, que lamentam e consideram um desperdício de produção. Estes viticultores foram diagnosticados exclusivamente na zona agroecológica de número 3.

4.3 O tipo familiar proprietário e arrendatário

Os agricultores classificados neste tipo se diferenciam dos demais por, além de cultivarem seus próprios parreirais, cultivarem vinhedos arrendados de outras famílias do Vale. Pode acontecer, também, da superfície arrendada pertencer, em sua totalidade, a outra família e o agricultor, portanto, não ser proprietário de terras.

Dentre as causas do arrendamento estão o êxodo da mão-de-obra jovem e o conseqüente envelhecimento dos membros que permanecem no território (e que por vezes também se evadem do local, indo viver nas áreas urbanas) e alguns casos de abandono da atividade agrícola por problemas de saúde ou viuvez. Aquelas famílias que possuem mão-de-obra para manejar os parreirais estabelecem, com a família proprietária, relações de arrendamento que remuneram o uso da terra com 10 a 15% do produto bruto (PB) das colheitas.

Parte do valor agregado (VA) gerado pela viticultura nas áreas arrendadas pode ser distribuído entre pessoas que já não mais possuem relação com a vitivinicultura e não mais vivem no Vale (o proprietário dos vinhedos pode ter deixado a zona rural).

Nos exemplos observados de arrendamento, máquinas e equipamentos utilizados geralmente são propriedades do arrendatário que dispõe de trator, enxada rotativa, grade, grampo (pé-de-pato) e outros.

Nas áreas arrendadas, a cultura geralmente praticada é a da uva comum. As uvas européias aparecem tanto nos parreirais próprios quanto naqueles arrendados, mas em menor expressão ou em processo de substituição por variedades americanas e híbridas.

As áreas arrendadas podem variar de 2,60 a 7,00 hectares e as áreas totais, de 7,00 a 12,50 hectares. A superfície agrícola útil aparece variando entre 5,00 e 10,68 hectares. A cultura da uva comum é desenvolvida sobre uma área de 2,25 a 6,90 hectares. A uva vinífera, quando presente, é mantida em 0,50 hectare. Existem, nas propriedades desses agricultores, áreas para eucalipto (de 0,50 a 1,00 hectare utilizado para obtenção dos palanques de sustentação dos parreirais) e potreiro (de 1,00 a 2,18 hectares). A subsistência conta com produção de aves de corte, vacas de leite, uva e vinho. Ainda podem ser encontradas as culturas do milho, feijão, mandioca e abóbora.

A uva comum atinge rendimentos que variam entre 20.000 e 26.500 quilos por hectare e é comercializada a preços entre R\$ 0,39 e R\$ 0,42 o quilo. Para a uva vinífera, quando cultivada, os rendimentos são de 20.000 quilos por hectare e a comercialização é feita a preços em torno de R\$ 0,70 o quilo.

Como para todos os demais agricultores diagnosticados, esse tipo igualmente contrata mão-de-obra de diaristas na época da colheita. São contratadas de 2 a 10 pessoas por 20 dias e, quanto ao número de membros da família envolvidos com as atividades agrícolas, são geralmente 2 pessoas. Esse tipo foi diagnosticado nas zonas 1,2 e 3.

4.4 O tipo familiar parceiro proprietário e parceiro não-proprietário

Muito comum encontrar, no Vale dos Vinhedos, relações de parceria entre famílias, organizadas das mais diferentes formas. Estas relações se estabelecem, basicamente, entre uma família detentora da terra e dos meios de produção, que cede parte ou totalidade de seus parreirais a uma outra família, geralmente não-natural da região, para que sejam manejados. A remuneração pelo trabalho da família parceira não-proprietária fixa-se entre 40 a 60% da produção obtida.

A família parceira contratada pode viver em uma casa construída na propriedade onde também vivem os donos da terra, sendo então chamada de agregada. Pode acontecer de um agricultor possuir diversas áreas de parreiral dentro do Vale e, para estas, possuir parceiros que igualmente habitam residências localizadas nas glebas onde trabalham.

As relações desse tipo se constroem geralmente entre uma família descendente de imigrantes italianos, natural da região, e famílias de outras origens, por vezes até sem raízes agrícolas e proveniências das mais diversas. Enfatiza-se, no entanto, que também existem parceiros de igual descendência a dos proprietários.

A parceria acontece, sobretudo, quando a família detentora dos meios de produção já não mais dispõe de força de trabalho suficiente para manejar os vinhedos. É muito comum encontrar parceiros quando já houve êxodo dos mais jovens e desinteresse desses pela manutenção da propriedade e da atividade vitícola. Além disso, em casos de doença, ou de agricultores com várias pequenas propriedades no território, ou em unidades de produção que desenvolvem também atividades de vinificação, é possível constatar a presença dos parceiros.

Nem sempre essa relação agrada aos proprietários que, não tendo mais alternativas para continuarem mantendo seus parreirais produtivos, precisam recorrer à parceria. A principal queixa é a introdução, na propriedade, de indivíduos estranhos à família e a não-execução das atividades produtivas conforme as exigências e os hábitos do descendente italiano.

Nesses casos, a unidade de produção conta com uma área de 6,00 a 26,70 hectares, dos quais entre 4,66 e 10,68 hectares agricultáveis. Com vinhedos são de 4,50 até 5,00 hectares,

sendo que de 2,25 a 3,50 hectares cobertos com videiras comuns e 1,50 hectare, em média, com videiras européias (todas conduzidas em latadas). As atividades de subsistência são desenvolvidas em áreas de 0,06 a 3,00 hectares. Entre 0,82 e 14,50 hectares são ocupados com mata nativa e áreas não-agricultáveis. O eucalipto, normalmente, está presente em 0,50 hectare.

Toda a produção de subsistência é dividida entre as duas famílias. Existem aves para postura e abate, suínos, batata-doce, feijão, mandioca, amendoim, abóbora, uva e vinho, este produzido para consumo das casas. Também pode haver vaca leiteira, bovino para corte, batata inglesa e milho.

A produção vitícola destina-se, sobretudo, a empresas como Tecnovin, Cooperativa Vinícola Aurora, cantinas do Vale e de outros municípios. Os rendimentos das colheitas variam de 21.000 a 24.300 quilos por hectare para a uva comum e de 8.700 a 22.000 quilos por hectare para a uva européia. Os preços pagos pelo quilo da uva comum estão entre R\$ 0,38 e R\$ 0,45 e, para o quilo da uva vinífera, entre R\$ 0,55 e R\$ 0,70.

O sistema de produção é mecanizado, estando presente o trator e alguns implementos, como a roçadeira e, por vezes, o grampo, a grade e o arado. Em alguns casos o pulverizador tracionado não está disponível e os tratamentos de pulverização são realizados com bombas e encanamentos dispostos em todas as áreas de parreiral. Para produção do vinho, que abastece exclusivamente a subsistência, existem algumas poucas pipas de madeira.

O trabalho agrícola é totalmente desenvolvido pela família parceira não-proprietária, como já mencionado, no total de 2,00 unidades de trabalho familiar. Como para todos os demais

tipos, também existe a contratação de mão-de-obra extra durante a colheita, de 1 ou 2 pessoas durante 20 dias ou de até de 6 pessoas por 15 dias. Esse tipo encontra-se nas zonas agroecológicas 1, 2 e 3.

4.5 O tipo familiar com cantina não-legalizada

Também é comum encontrar, no Vale dos Vinhedos, agricultores que, nos porões de suas casas, produzem vinhos para o consumo da família. Alguns deles investiram minimamente em pipas, equipamentos e adaptações dos espaços das cantinas para vinificarem maiores quantidades.

As cantinas que compõem esse tipo foram denominadas como "não-legalizadas" porque, perante a atual legislação, o requisito que as obrigaria à legalização é o ato da comercialização, independente das quantidades de vinho vendidas. Como a produção destas cantinas não atende somente às demandas do consumo doméstico (uma parte dos volumes produzidos são comercializados) e como não estão cadastradas na Junta Comercial do Rio Grande do Sul, são consideradas de atuação ilegal. Assim, não estão contribuindo com pagamento dos devidos impostos sobre a produção.

Até o momento não existem leis específicas que fixem volumes produzidos ou que delimitem outras características que sirvam de referência para categorizar tipos de estabelecimentos vinícolas (se cantina familiar, rural, vinícola ou outros). As unidades de produção de vinhos também não sofrem qualquer tipo de fiscalização por parte dos órgãos responsáveis, a não ser em caso de denúncia por empresário que se julgar lesado pelo funcionamento de um estabelecimento não-legalizado. Informações obtidas em entrevistas na Aprovale e no Ibravin, no entanto, indicam que instituições vinculadas à produção vinícola já

iniciaram um processo de elaboração de uma legislação pertinente, perante o Ministério da Agricultura.

Como a situação de ilegalidade é encontrada em várias propriedades do Vale dos Vinhedos, com diferenciações quanto a infraestrutura, equipamentos e escalas de vinificação, o tipo é investigado, mesmo sendo parte de sua renda proveniente de atividade não-legalizada.

A cantina classificada nesse tipo distribui tanto os vinhos de uvas finas quanto aqueles produzidos com uvas americanas e híbrida em garrações de 5 litros e em garrafas plásticas de 2 litros. As embalagens não apresentam rótulos e a cantina não conta com técnico responsável pelo controle da produção. A vinificação, o armazenamento e a comercialização são realizados nos porões das casas por membros da própria família.

Observa-se que a infraestrutura dessas cantinas é organizada para produzir os vinhos comuns e, como existe uma produção de uvas viníferas, gradativamente os agricultores começaram a vinificar também esta matéria-prima. Foram identificadas, inclusive, cantinas operando com equipamentos já bastante tradicionais na produção de vinhos (também expostos em museus locais) que, ao serem reformados e adaptados, puderam continuar em funcionamento.

As áreas das propriedades variam entre 10,00 e 45,00 hectares, dos quais entre 5,00 e 10,00 hectares agricultáveis. São entre 3,50 e 8,00 hectares cobertos com videiras americanas e híbridas e 1,50 a 3,60 hectares com videiras européias, ambas conduzidas em latadas. Quando existem, as pequenas áreas de eucalipto possuem 0,50 hectare e o potreiro, 0,56 hectare. Áreas destinadas às práticas de subsistência podem ter de 0,50 a 1,00 hectare. Os rendimentos médios

da uva comum ficam entre os 20.000 e 24.300 quilos por hectare e, para a uva vinífera, entre 10.000 e 11.000 quilos por hectare.

Quanto à mecanização, os viticultores dispõem de trator e seus implementos. Na cantina a infraestrutura é simplificada, contando com pipas de madeira, polipropileno (em maior quantidade) e algumas poucas em inox (mais difíceis de serem adquiridas devido aos altos preços). Além disso, comportam bombas elétricas para trasfegar o vinho, mangueiras e prensas manuais.

Para subsistência são desenvolvidas as produções de milho, feijão, mandioca e, em alguns casos, batata-doce, amendoim e abóbora. Também existem aves de postura, porcos e vacas leiteiras. Verifica-se a intenção de reduzir a dedicação para com as atividades dessa natureza, liberando a mão-de-obra familiar para as tarefas de vinificação e recebimento de turistas, já que existe, entre esses agricultores, a motivação para legalizar as cantinas e participar das rotas turísticas da região.

Os agricultores que se enquadram no tipo são também fornecedores de matéria-prima (tanto de uvas comuns quanto de viníferas) para outras empresas do Vale e de Bento Gonçalves, como Tecnovin e cantinas. A vinificação utiliza entre 20.000 e 45.000 quilos de uva americana e híbrida, o que rende, em termos de volume de vinho comum para comercializar, de 16.000 a 36.000 litros, vendido entre R\$ 1,40 e R\$ 1,60 o litro. Quanto à uva vinífera, são de 3.000 a 13.125 quilos vinificados, que proporcionam um rendimento de 2.400 a 10.500 litros de vinho fino, comercializado entre R\$ 4,00 e R\$ 5,00 o litro. Restam, para comercialização como matéria-

prima, entre 40.000 e 140.000 quilos de uva comum e de 15.000 a 37.000 quilos de uva vinífera, que recebem preços respectivos de R\$ 0,36 a R\$ 0,45 o quilo e de R\$ 1,30 o quilo.

São de 2,5 a 3,0 as unidades de trabalho familiar envolvidas na agricultura e atividades de vinificação. A contratação de mão-de-obra externa, durante a colheita, pode variar de 1 a 8 pessoas por até 20 dias. O tipo é diagnosticado nas zonas agroecológicas 1 e 3.

4.6 O tipo familiar com cantina legalizada

Ao contrário do tipo anteriormente descrito, os agricultores pertencentes a este tipo possuem seus empreendimentos legalizados e pagam impostos sobre sua produção, que representam aproximadamente 43% do preço final dos produtos²⁰. As cantinas são melhor equipadas, contando até com equipamentos importados, e se localizam não mais nos porões das casas, mas em prédios especialmente construídos para esta finalidade. O tipo é encontrado nas zonas agroecológicas 2 e 3.

Esses pequenos cantineiros processam suas próprias uvas, tanto comuns quanto viníferas, dispendo de uma infraestrutura organizada para a produção de vinhos finos. A comercialização acontece em garrafas de 750 mililitros ou garrafões de 5 litros, exibindo rótulos. Existem responsáveis técnicos pela produção, normalmente membros da família, e a cantina e os equipamentos são adquiridos empregando recursos do PRONAF-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Essas pequenas empresas familiares não estão vinculadas a Aprovale, apesar de possuírem

²⁰ Sobre a composição destes impostos, consultar o Apêndice A - Metodologia.

uma infraestrutura muito próxima a de cantinas associadas. Verifica-se que existe o desejo de associar-se, mas os altos custos para ingresso na entidade mantêm afastados os interessados.

As propriedades possuem em torno de 10,00 hectares, dos quais entre 5,00 e 8,15 hectares aptos a serem explorados com atividades agrícolas. A maior parte desta superfície agrícola útil geralmente é coberta por parreirais de videiras americanas e híbridas (entre 2,00 e 5,40 hectares) e as européias mais comumente ocupam áreas de 1,50 a 4,00 hectares. A superfície restante envolve áreas não-agricultáveis (de 2,85 a 5,00 hectares) ou destinadas a atividades de subsistência (de 0,50 a 1,00 hectare). Em alguns casos pode haver o cultivo de variedades de uvas de mesa (Rubi, Perlona, Itália, Niágara), comercializadas no mercado local.

Quanto à forma de condução dos parreirais, as espaldeiras aparecem cobrindo uma área que varia de 0,50 a 1,00 hectare suportando somente as videiras viníferas. Pode ocorrer, também, do parreiral de viníferas ser mantido total ou parcialmente (entre 1,00 e 3,33 hectares) nas latadas, assim como o parreiral comum.

Nas propriedades podem existir até mesmo 2 tratores, pulverizador tracionado, lâmina e roçadeira. A grade e o arado podem igualmente estar presentes.

Como existem atividades de vinificação, comercialização e algum envolvimento dessas famílias com recebimento de turistas, as atividades de subsistência desenvolvidas são aquelas que não requerem muita dedicação de seus membros.

Os volumes vinificados variam bastante, de 4.000 a 36.000 litros de vinho comum e de 10.500 a 23.000 litros de vinho fino, comercializados, respectivamente, a R\$ 1,60 o litro e de R\$ 12,00 a R\$ 14,00 a garrafa de 750 mililitros. As cantinas são mais bem equipadas e contam até mesmo com desengaçadeiras, adquiridas normalmente em parceria com outra família. As pipas de aço inoxidável são as mais utilizadas e alguns também possuem balança, máquina para engarrafamento e rolhadora (ambas manuais), filtro e prensa pneumática. Como nem todas as cantinas dispõem destes equipamentos, devido aos altos preços, os mesmos não são considerados na construção do modelo que representa o tipo. Até mesmo cantineiros menos capitalizados, associados a Aprovele, evitam construir uma unidade própria de engarrafamento, o que exige elevados investimentos, e utilizam a infraestrutura de vinícolas mais bem equipadas.

Além da transformação da matéria-prima na unidade de produção familiar, existe o fornecimento de parte da produção para outras empresas. Para a uva comum são de 38.000 a 70.000 quilos e, para a uva vinífera, são de 15.000 a 58.000 quilos que recebem, respectivamente, preços de comercialização de R\$ 0,45 ou R\$ 0,42 e de R\$ 0,60 a 1,30 o quilo. Os rendimentos são de 23.000 quilos por hectare para as uvas americanas e híbridas e de 12.000 quilos por hectare para as européias.

4.7 Considerações sobre os tipos

Apesar de existirem outras atividades agrícolas sendo desenvolvidas nas unidades de produção, a especialização regional em torno da vitivinicultura transcende o distrito de Bento Gonçalves²¹ e envolve as áreas adjacentes que compõem a região delimitada do Vale dos

²¹ Outros distritos de Bento Gonçalves também são importantes produtores vitícolas, como é o caso dos distritos de Tuiuty e Faria Lemos, que se destacam pela produção de uvas e vinhos comuns. No distrito de São Pedro, o cultivo

Vinhedos. As condições de solo e clima favoráveis, a existência de uma intensa atividade institucional voltada a atender ao setor e a diversidade e intensidade da atividade industrial presente no território e nos arredores, permitiram a especialização.

O que se observa, contudo, é que muitos viticultores situados nas proximidades dos limites da área demarcada desconhecem que suas propriedades fazem parte da mesma. Alguns cantineiros associados a Aprovale, da mesma forma, acabam comprando uvas produzidas fora da delimitação, em volumes que excedem os previstos pelo estatuto da indicação de procedência, e têm suas produções vinícolas impossibilitadas de participar do processo de obtenção dos selos da indicação. Nem todos os atores locais estão cientes desta distinção geográfica e, portanto, de todos os benefícios, comprometimentos e restrições dela decorrentes.

A pouca extensão da área demarcada (de 81,23 km²), por outro lado, poderia parecer interessante, no que diz respeito a uma certa facilidade de implementação de projetos e políticas públicas, já que a diversidade de interesses, dentro de uma região quase que exclusivamente viticultora, não teria grande amplitude. O que se constata, no entanto, é uma multiplicidade muito grande de situações, indo desde produtores que desenvolvem suas atividades de maneira totalmente manual, até aqueles que utilizam técnicas atuais em seus parreirais e equipamentos de ponta em suas cantinas. As diferenças entre casos implicam, sem dúvida, em necessidades e procedimentos distintos. Será evidenciado adiante que, apesar das diferenças existentes entre

das videiras não é expressivo e as atividades agrícolas são diversificadas. No distrito de Pinto Bandeira, a produção de uvas viníferas e vinhos finos começam a despontar, inclusive com o encaminhamento de uma indicação de procedência. Em Pinto Bandeira também é muito importante a fruticultura do pêssego e da ameixa.

sistemas de produção, a viticultura tem permitido a reprodução social de todos os tipos de agricultores estudados.

Outro fenômeno característico da região é o expressivo êxodo entre jovens e permanência dos idosos²² junto à propriedade agrícola. Observa-se que a população que persiste no Vale passou a se relacionar com outros agricultores ou com indivíduos sem tradições no trabalho da viticultura. Dessa forma, os vinhedos puderam continuar sendo manejados e a exploração pôde ser mantida, oportunizando, inclusive, emprego e renda para trabalhadores sem origem agrícola. A intensificação da introdução de trabalhadores sem laços históricos para com a viticultura, por outro lado, pode desencadear um processo de descaracterização e desqualificação das atividades desenvolvidas na região, sobretudo porque a indicação de procedência também se refere ao saber fazer local e as atividades turísticas, de certa forma, também sobrevivem dos aspectos da cultura e das tradições.

Ocorre ainda, no Vale dos Vinhedos, uma intensa valorização imobiliária das propriedades rurais que pode, até mesmo, dificultar a venda das terras das famílias que já não mais possuem herdeiros interessados em perpetuar as tradições vitivinícolas. Isso porque, dentre as estratégias das grandes cantinas do Vale, que dispõem de recursos para adquirir essas áreas, a prioridade tem sido a compra de terrenos com potencialidade para uma produção vitícola de qualidade em outras regiões, como no município de Candiota, no Rio Grande do Sul, ou no Vale

²² A presença de jovens trabalhando na propriedade paterna é diagnosticada, principalmente, entre parceiros da vinícola Miolo e entre cantineiros legalizados ou não.

do Rio São Francisco, no Nordeste brasileiro, onde também instalam novas unidades de vinificação²³.

A capacidade de geração de riqueza e os níveis de reprodução social dos tipos de agricultores e de sistemas de produção aqui caracterizados serão apresentados e avaliados no capítulo 5. Antes, porém, serão detalhadas questões referentes aos sistemas de produção praticados, enfatizando os sistemas de condução das videiras e as relações entre agricultores e empresas vinícolas.

4.8 A questão da condução das videiras: o sistema de condução em latada e o sistema de condução em espaldeira

A introdução dos cultivos em espaldeiras, no Vale dos Vinhedos, em substituição às latadas, aconteceu no final dos anos de 1980 e, principalmente, durante os anos de 1990, processo esse acompanhado pela entrada das uvas viníferas, expansão dos cultivos e intensificação da produção de vinhos finos, que ocorreu durante o mesmo período. O modelo de viticultura de uvas viníferas em espaldeiras, empregado em outras regiões do mundo, tradicionais na produção desta matéria-prima e de vinhos finos, estimulou a substituição dos cultivos horizontais. As primeiras experiências foram frustrantes porque as formas de condução eram simplesmente copiadas e não-adaptadas às condições regionais, conforme explica Jaime Milan, diretor executivo da Aprovale, em entrevista cedida durante a pesquisa de campo.

23 Quanto a uma possível ocupação das terras supervalorizadas, já começam a surgir grandes empreendimentos imobiliários (como condomínios residenciais) e empreendimentos voltados a atender às demandas do público visitante. Para áreas que não pertencem ao município de Bento Gonçalves, não-atingidas pelo Plano Diretor do Vale dos Vinhedos, não há nenhum tipo de padronização e controle de edificações.

Nos primeiros anos, o êxito da produção e comercialização de vinhos finos aparecia acompanhado da escassez da matéria-prima e, conseqüentemente, dos altos preços pagos pela uva vinífera. O fato serviu de estímulo para que o viticultor substituísse as cultivares. Atualmente é possível encontrar, entre viticultores, posicionamentos distintos em relação à adoção das latadas e sua possível substituição pelas espaldeiras. A situação também é divergente quando o questionamento é substituir variedades cultivadas.

A intenção de trocar uvas comuns por viníferas, substituir o sistema de condução horizontal pelo vertical e intensificar ou iniciar uma produção de vinhos em uma cantina própria é mais comumente encontrado entre viticultores associados da Miolo e entre aqueles que já dispõem de uma infraestrutura de vinificação. De acordo com informações obtidas nas entrevistas realizadas na região, os viticultores que tradicionalmente fornecem matéria-prima para cooperativas e demais empresas não pretendem realizar esses investimentos.

Os fornecedores de uvas para a indústria percebem que, nos sistemas de espaldeiras, o rendimento médio da produção é menor e o diferencial de preço não chega a ser um estímulo às transformações. A substituição implicaria em investimentos para implantação, baixas produtividades nos primeiros anos, exigiria a adaptação dos hábitos de trabalho além dos cultivos verticais não serem apropriados para as condições topográficas de parte dos terrenos do Vale.

É igualmente importante referenciar que a opção de conduzir verticalmente o parreiral aparece sempre acompanhada da substituição das variedades cultivadas, uma vez que as uvas comuns não são mantidas em espaldeiras. Essa relação traz outras implicações que tornam o sistema de produção desinteressante ao viticultor. Por exemplo, a necessidade de maior número

de tratos culturais, o alto custo das mudas quando importadas, a maior suscetibilidade a doenças e altos índices de mortalidade das cultivares européias, implicando em reposição.

4.9 As relações entre agricultores e empresas: o caso de parceria entre viticultores e a vinícola Miolo

Situada no Vale dos Vinhedos, a vinícola Miolo surge no final da década de 80 do século XX, após crises sucessivas que atingiram o setor e que dificultaram a comercialização de uvas finas, forçando as famílias viticultoras à busca de novos destinos para suas produções. A família Miolo, assim como outras, inicia a vinificação de suas colheitas para a venda a granel.

A empresa familiar prospera a ponto de, no ano de 2002, propor integração aos agricultores do Vale, visando suprir não apenas a demanda por matéria-prima, mas também conquistar maior qualidade e padronização. A vinícola reúne, atualmente, 130 viticultores em seu sistema de parceria, sendo que foram mantidos somente aqueles que se adaptaram ao sistema de trabalho da empresa e que conseguiram cumprir com as exigências, não havendo previsão para ampliar o número de integrados.

Uma área de 300 hectares no Vale dos Vinhedos é explorada através desta relação empresa-viticultor, o que representa uma vinificação de 3 milhões e 200 mil quilos de uvas viníferas, ao ano. De vinhedos próprios, no Vale, a empresa possui 100 hectares (adquiridos de outros viticultores), dos quais 25 recentemente implantados e somente 2 em latadas, o que rende aproximadamente 250.000 quilos de matéria-prima de produção própria.

A partir de entrevistas com viticultores parceiros, constatou-se que a vinícola oferece uma assistência técnica sempre disponível, realizando visitas constantes às propriedades e acompanhamento nos diferentes estádios fenológicos da videira. Em contrapartida, as exigências em relação à qualidade da matéria-prima e em relação ao cumprimento das recomendações técnicas são bastante severas, conforme depoimentos dados pelos agricultores, que historicamente trabalharam desvinculados da realidade da indústria e raras vezes tiveram acesso a uma assistência técnica tão ativa e presente.

A parceria não limita o relacionamento do viticultor com empresas fornecedoras de insumos e equipamentos ou com aquelas que transformam a matéria-prima colhida nas propriedades. Os vinhedos não-mantidos sob as técnicas de cultivo da Miolo podem abastecer outras indústrias, ou seja, a parceria envolve apenas uma parte de área cultivada com parreirais e é nesta área que o agricultor deve aplicar as recomendações técnicas feitas pela vinícola.

As principais orientações técnicas acontecem, segundo relatos coletados, nos momentos de adubação e correção do solo, no período de poda e raleio de cachos, no controle da maturação e determinação do ponto de colheita e na orientação e definição do quadro geral de produtos químicos aplicados no tratamento. Existem produtos cuja utilização é permitida e outros vetados de serem empregados nos parreirais. O viticultor pode contar com a assistência técnica sempre que precisar e tem acesso a todas as exigências e orientações feitas pela empresa.

O pagamento pela colheita está relacionado a diversos aspectos. Estão inclusos: o nível de adoção das técnicas recomendadas; a avaliação do parreiral²⁴, observada em visitas dos técnicos aos viticultores integrados; o grau da uva (grau Babo)²⁵ e a avaliação das condições sanitárias, integridade e maturação da matéria-prima na ocasião de seu recebimento.

A integração entre vinícola familiar e viticultores não assegura a aquisição da matéria-prima, caso esta não se encontre dentro dos padrões exigidos. Agricultores não-vinculados a este sistema de integração e não-vinculados às cooperativas vinícolas locais (Garibaldi e Aurora, dos municípios de Garibaldi e Bento Gonçalves, respectivamente) não têm qualquer garantia de que comercializarão suas safras. Os preços atrativos pagos pela uva e a segurança de receber o pagamento também podem estabelecer algum tipo de fidelidade do viticultor para com as cantinas.

O viticultor integrado, que conseguiu assumir as exigências feitas pela indústria vinícola, conquistou resultados econômicos positivos. Não é possível inferir, contudo, as razões que teriam permitido, a alguns agricultores, a operacionalização das práticas recomendadas pela empresa parceira, uma vez que todos os tipos diagnosticados teriam condições de promover mudanças em seus vinhedos, dadas as rendas conquistadas com os sistemas atualmente praticados. Essa discussão é retomada no capítulo 5, que apresenta as análises econômicas dos tipos de agricultores.

²⁴ A avaliação do parreiral é um procedimento que permite enquadrá-lo em quatro categorias distintas, denominadas “AA”, “A”, “B” e “C”. A avaliação “AA” é atribuída exclusivamente a parreirais conduzidos em espaldeiras, em ótimo estado sanitário, com aplicação das práticas recomendadas. As categorias seguintes, A, B e C servem para as uvas viníferas conduzidas nas latadas.

²⁵ Quantidade percentual de açúcares contidos no mosto; cada grau Babo corresponde a 1% de açúcar.

5 ANÁLISE DA CAPACIDADE DE REPRODUÇÃO DOS DIFERENTES TIPOS DE AGRICULTORES DO VALE DOS VINHEDOS

No capítulo 4 foi apresentada a caracterização dos tipos e dos sistemas de produção, envolvendo a identificação da diversidade de agriculturas praticadas e a construção da tipologia de agricultores. Essa caracterização é complementada por uma nova etapa de entrevistas com os produtores, possibilitando o levantamento de dados para a realização de cálculos econômicos, cujos resultados são apresentados neste capítulo e cuja síntese pode ser consultada no Apêndice B – Cálculos econômicos.

Os cálculos econômicos tornam possível: obter informações quanto ao desempenho das unidades de produção; perceber a capacidade de reprodução social ocasionada pelas atividades desenvolvidas, ao se comparar a renda agrícola com o limiar de renovação estimado para a região, e explicitar o potencial de acréscimo de riqueza em função do valor agregado produzido pelos sistemas de produção. Esta etapa da análise diagnóstica permite discutir processos de desenvolvimento territorial porque os resultados econômicos explicam parte da trajetória de evolução da agricultura e da diferenciação dos agricultores ao longo do tempo. O desempenho econômico das propriedades reflete: as decisões tomadas pelos agricultores; o acesso ao crédito, às inovações, à assistência técnica e aos meios de produção; a adequação das políticas públicas; os acontecimentos de ordem econômica; a disponibilidade e a capacitação da mão-de-obra, dentre outros.

A seguir são apresentados os resultados dos cálculos econômicos desenvolvidos para os tipos diagnosticados, utilizando tabelas e gráficos. Os resultados também são discutidos no contexto das estratégias de reprodução adotadas pelos agricultores.

5.1 O tipo familiar produtor de uva comum e uva vinífera

O tipo "familiar produtor de uva comum e uva vinífera" é proprietário dos meios de produção. Nas propriedades dos agricultores pertencentes a este tipo os parreirais são conduzidos em latadas e podem ou não ser mecanizados. A produção de vinhos abastece exclusivamente o consumo doméstico. O tipo é descrito no capítulo 4, que apresenta as categorias sociais e sistemas de produção praticados pelos agricultores do Vale dos Vinhedos.

Para os cálculos foi considerado que as latadas dos agricultores desse tipo cobrem uma área de 6,00 hectares, 1,50 hectare de videiras européias e 4,50 hectares de videiras comuns. A superfície total é de 8,00 hectares, sendo que destes, 6,90 são agricultáveis. O restante da área é ocupado com potreiro (0,40 hectare), culturas de subsistência (0,50 hectare) e áreas não-úteis para a prática agrícola (1,10 hectare).

A uva comum apresenta uma produtividade de 22.000 quilos por hectare, contra uma produtividade de 10.000 quilos por hectare de uva vinífera. O agricultor recebe R\$ 0,40 pelo quilo da uva comum e R\$ 0,97 pelo quilo da uva européia.

Na figura 7 estão apresentados indicadores técnicos e econômicos gerais desse tipo de produtor.

Indicadores	Valores
Superfície Agrícola Útil – SAU	6,90 ha
Unidade de Trabalho Familiar – UTF	3,00
Unidade de Trabalho Contratada – UTC	0,22
Valor Agregado – VA	R\$ 30.267,54
Renda Agrícola – RA	R\$ 26.528,64
Remuneração do Trabalho Familiar – RA/UTF	R\$ 8.842,88
Valor Agregado por unidade de trabalho – VA/UT	R\$ 9.399,86
Valor Agregado por unidade de área – VA/SAU	R\$ 4.386,60

Figura 7: Resultados globais do tipo familiar produtor de uva comum e uva vinífera do Vale dos Vinhedos (2004-2005)

Fonte: Dados da pesquisa de análise-diagnóstico realizada pelo autor no Vale dos Vinhedos em 2005

Com o sistema de produção que desenvolvem, os agricultores pertencentes a esse tipo conseguem gerar um acréscimo de riqueza de R\$ 30.267,54. Do acréscimo gerado, se apropriam de R\$ 26.528,64 sob a forma de renda. Como são três os membros da família que se envolvem no processo produtivo, cada um recebe renda anual de R\$ 8.842,88. De acordo com dados apresentados na figura 7, o valor agregado por unidade de trabalho desse tipo de agricultor é de R\$ 9.399,86 e o valor agregado por unidade de área é de R\$ 4.386,60.

A figura 8 representa o gráfico da renda agrícola por unidade de trabalho familiar, decomposta nas várias atividades desenvolvidas no sistema de produção praticado pelo tipo. A

renda também aparece comparada ao nível de reprodução social (NRS)²⁶, ou seja, ao limiar de renovação do sistema de produção.

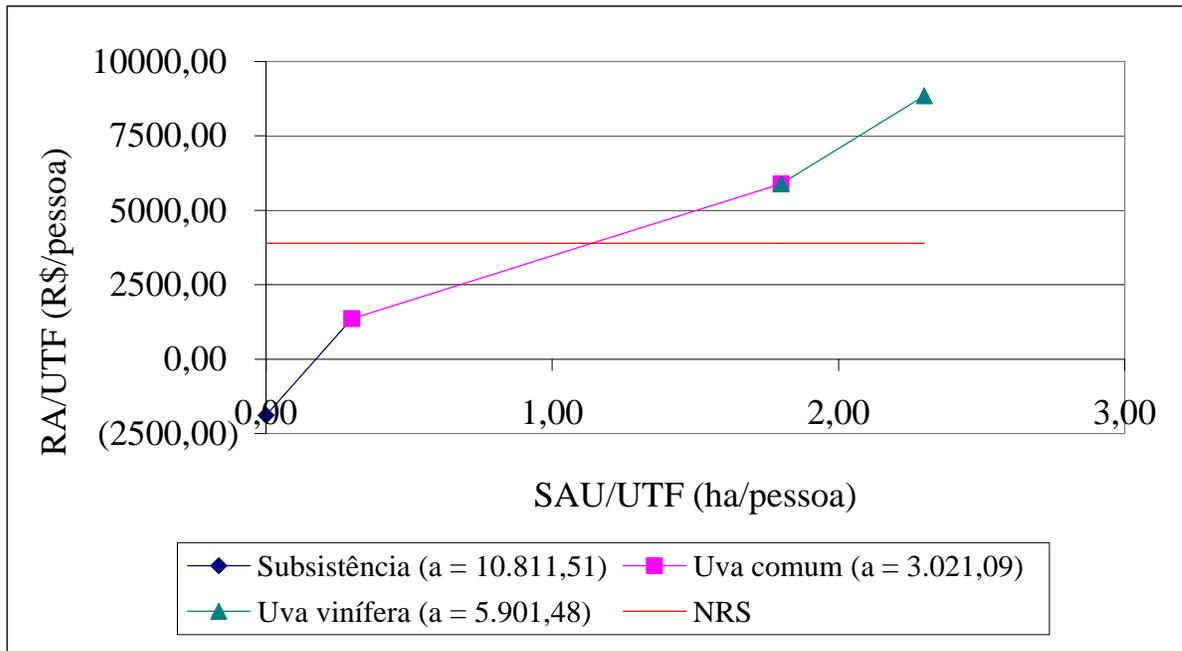


Figura 8: Composição da renda do tipo familiar produtor de uva comum e uva vinífera
 Fonte: Dados da pesquisa de análise-diagnóstico realizada pelo autor no Vale dos Vinhedos em 2005

Na figura 8, o gráfico de composição da renda indica que as produções comerciais (tanto de uvas comuns quanto de uvas viníferas) e as atividades de subsistência geram uma renda agrícola anual de R\$ 8.842,88 para cada uma das 3,00 unidades de trabalho familiar envolvidas (indicada pelo valor de RA/UTF do último ponto da reta). Esta renda não é mais elevada porque grande parte da área é alocada à atividade que representa a menor contribuição de renda, o que pode ser percebido por meio da análise dos valores de “a”²⁷, que representam a margem de

²⁶ O nível de reprodução social, ou seja, o custo de oportunidade do trabalho, que também representa o limiar de renovação, foi fixado, para todos os tipos, no valor do salário mínimo nacional para um trabalhador nos doze meses do ano mais o décimo terceiro salário, totalizando R\$ 3.900,00.

²⁷ Os valores de “a” representam a inclinação dos segmentos de reta e o cálculo desse índice pode ser encontrado no Apêndice B – Cálculos econômicos. Em outras palavras, “a” representa a margem de contribuição da renda agrícola,

contribuição de renda agrícola por unidade de área (de R\$ 3.021,09 por hectare para a uva comum e de R\$ 5.0901,48 para a uva vinífera).

A observação dos valores de "a" obtidos para a cultura da uva vinífera (de R\$ 5.901,09 por hectare) e para a cultura da uva comum (de R\$ 3.021,09 por hectare) indica que as cultivares européias estão permitindo, a esse tipo de agricultor, rendas diferenciadas em relação às obtidas nas áreas cultivadas com as uvas americanas e híbridas.

Apesar das videiras européias possibilitarem uma renda superior, o comportamento do produtor, que muitas vezes deseja substituir os vinhedos de viníferas por vinhedos de americanas e híbridas e não pretende realizar investimentos para substituir latadas por espaldeiras (o que também serve para outros tipos de viticultores), pode estar associado ao fato de que a *Vitis vinifera* requer maiores cuidados e é muito mais suscetível a doenças que as videiras comuns.

Historicamente, a uva comum produzida no local sempre encontrou mercado e, se a indústria do Vale não a absorve, pode chegar até a outros estados brasileiros, com a possibilidade de ser comercializada inclusive como uva de mesa. A empresa Tecnovin, localizada no Vale dos Vinhedos, é atualmente a principal compradora e transformadora das uvas americanas e híbridas produzidas no território e garante mercado certo para grande parte da matéria-prima produzida localmente. Além disso, a indústria vinícola ali estabelecida também está embasada em uma tradição de produção de vinhos comuns e muitas são as cantinas que compram as uvas híbridas e americanas para vinificação.

ou seja, a renda conquistada por determinada atividade em cada unidade de área. Quanto maior a inclinação do segmento de reta, mais intensivamente é realizada a atividade e maior a renda atingida por unidade de área.

O sistema de produção praticado por esse tipo está permitindo que a renda agrícola seja superior ao nível de reprodução social (NRS), com pouco mais de 1,00 hectare cultivado por trabalhador. Mesmo as unidades de produção que não contam com mecanização, assim, conseguem atingir e ultrapassar o nível de reprodução social com a cultura da uva conduzida sob a forma de latadas, garantindo a renovação de equipamentos e estruturas de produção. Condições como: a topografia, que em muitos casos dificulta o trabalho em espaldeiras e o cultivo de uvas viníferas; o mercado garantido para as uvas produzidas nos sistemas mais tradicionais; os investimentos necessários para mudança na forma de produção; os baixos rendimentos atingidos, nos primeiros anos, pelos vinhedos implantados, e o trabalho exigido na mudança do sistema de produção, resultam na decisão de manter parreirais tal como estão, já que com eles o agricultor conquista uma renda que permite a reprodução social da família.

As atividades de subsistência, por sua vez, são desenvolvidas de forma bastante intensiva e geram uma agregação de renda de R\$ 10.811,51 por hectare (a maior dentre os tipos estudados). É válido referenciar que as culturas de subsistência são praticadas de acordo com a capacidade de consumo das famílias e que estão atingindo, nas propriedades desse tipo, margens de contribuição de renda superiores às alcançadas pelas culturas comerciais, demonstrando sua importância na composição da renda agrícola e para a reprodução social das famílias.

5.2 O tipo patronal parceiro da vinícola Miolo

O tipo de agricultor integrado da vinícola Miolo é proprietário das terras e dos meios de produção e precisa contar com um empregado fixo, ao longo de todo o ano, para manejar os parreirais de acordo com as exigências impostas pela empresa parceira. Cultiva principalmente as

videiras européias e as atividades de subsistência praticadas não são muito diversificadas. O tipo é caracterizado em detalhes no capítulo 4.

Para construção do modelo considerou-se que o viticultor parceiro da Miolo dispõe de uma área total de 12,00 hectares de terra, dos quais 7,50 hectares utilizados com atividades agrícolas. A quase totalidade desta superfície é coberta por parreirais (7,00 hectares): 5,50 hectares ocupados com uvas viníferas (comercializadas com a Miolo) e 1,50 hectare com uvas comuns. Em uma área de 0,70 hectare as videiras são conduzidas em espaldeiras e no restante dos parreirais são mantidas as latadas.

Dentre todos os tipos de agricultores estudados, os parceiros da Miolo recebem a maior remuneração pela uva vinífera e estão obtendo os melhores resultados com a cultura. A empresa parceira pagou, em média, R\$ 1,30 o quilo desta matéria-prima na safra de 2005. Para a uva comum, os preços de comercialização não sofrem distinção (R\$ 0,42 o quilo). Os rendimentos são de 24.000 quilos por hectare para as uvas americanas e híbridas e 12.000 quilos por hectare, no máximo, para as uvas européias (rendimento sempre determinado pela Miolo²⁸).

A figura 9 apresenta alguns indicadores gerais, técnicos e econômicos, do tipo patronal parceiro da vinícola Miolo.

²⁸ A vinícola oferece preços superiores àqueles praticados no mercado mas estima rendimentos máximos de 12.000 quilos de uvas viníferas por hectare.

Indicadores	Valores
Superfície Agrícola Útil – SAU	7,50 ha
Unidade de Trabalho Familiar – UTF	3,00
Unidade de Trabalho Contratada – UTC	1,11
Valor Agregado – VA	R\$ 75.370,30
Renda Agrícola – RA	R\$ 66.561,14
Remuneração do Trabalho Familiar – RA/UTF	R\$ 22.187,25
Valor Agregado por unidade de trabalho – VA/UT	R\$ 18.338,27
Valor Agregado por unidade de área – VA/SAU	R\$ 10.049,40

Figura 9: Resultados globais do tipo patronal parceiro da vinícola Miolo do Vale dos Vinhedos (2004-2005)

Fonte: Dados da pesquisa de análise-diagnóstico realizada pelo autor no Vale dos Vinhedos em 2005

Os indicadores expostos na figura 9 mostram que, com o sistema de produção que desenvolvem, os parceiros da Miolo conseguem produzir um acréscimo de riqueza anual de R\$ 75.370,30. Deste acréscimo produzido, R\$ 66.561,14 são apropriados por esses agricultores sob a forma de renda agrícola. Como são três os membros da família que se envolvem no processo produtivo, cada um recebe renda de R\$ 22.187,25. O valor agregado por unidade de trabalho desse tipo é de R\$ 18.338,27 e o valor agregado por unidade de área é de R\$ 10.049,40. É de 1,11 a unidade de trabalho contratada, porque existe um empregado fixo e também aqueles contratados no período de colheita.

Dentre os tipos que realizam somente o cultivo da matéria-prima, e não a transformam, é aquele que consegue atingir a maior renda agrícola (R\$ 66.561,14). Os viticultores parceiros da Miolo, conforme possível constatar nas etapas anteriores da pesquisa, possuem suas propriedades

localizadas na zona 3, onde estão situados os terrenos de topografia menos acidentada e com as exposições solares mais apropriadas para uma produção vitícola de qualidade, no Vale dos Vinhedos.

Na figura 10 estão apresentadas informações quanto à composição da renda do tipo.

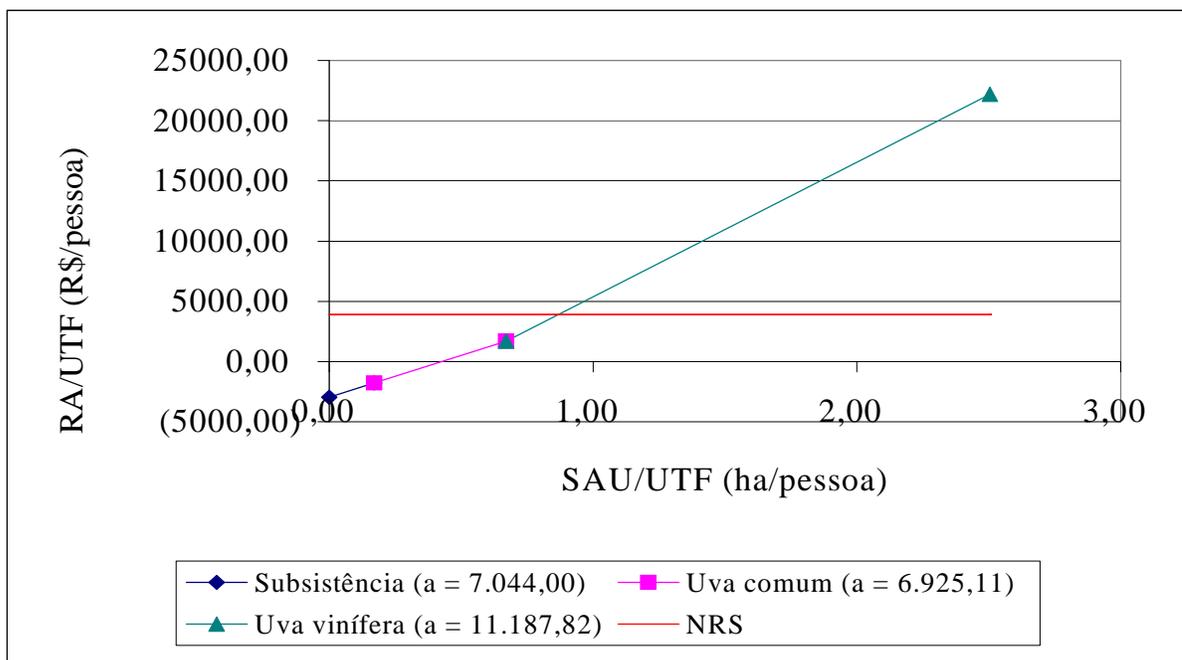


Figura 10: Composição da renda do tipo patronal parceiro da vinícola Miolo

Fonte: Dados da pesquisa de análise-diagnóstico realizada pelo autor no Vale dos Vinhedos em 2005

O gráfico da figura 10 retrata a racionalidade do agricultor integrado da Miolo, que destina a maior parte da área para a prática da atividade que mais contribui com geração de renda, que é a cultura da uva vinífera.

O agricultor integrado à vinícola Miolo dispõe de uma renda agrícola que lhe permite atingir o nível de reprodução social com menos de 1,00 hectare cultivado por unidade de trabalho

familiar. Assim, tal como no tipo anteriormente apresentado, esse viticultor também consegue remunerar sua mão-de-obra e investir na manutenção e renovação de suas máquinas, equipamentos, instalações e parreirais.

A renda ocasionada pela comercialização das frutas de cultivares européias é a maior obtida no Vale, de R\$ 11.187,82 por hectare e, para a uva comum, é semelhante à renda conquistada por outros tipos, de R\$ 6.925,11 por hectare (as rendas por hectare referem-se aos valores de “a” apresentados na legenda da figura 10). Os melhores resultados obtidos com as cultivares viníferas estimularam investimentos para que, atualmente, a área cultivada atingisse uma maior extensão (de 5,50 hectares) em relação à área cultivada com uva comum (de 1,50 hectare) e para que ocorresse a substituição da forma de condução dos parreirais, já que nessas unidades de produção existem vinhedos em espaldeiras.

Como todos os tipos de viticultores diagnosticados dispõem de condições que permitem a realização de investimentos, já que as rendas agrícolas são sempre superiores ao limiar de renovação, a questão da inclusão no sistema de integração com a vinícola não está relacionada às rendas obtidas com as colheitas. Não é possível esclarecer todas as razões que levaram alguns agricultores a aceitarem as exigências e, ao mesmo tempo, outros não terem conseguido se enquadrar e serem eliminados. Possivelmente, a necessidade de investir maior trabalho e dedicação para com os cultivos destinados à parceria e a necessidade de contratar empregados fixos sejam fatores relacionados à decisão de não se vincular à empresa. Questões de localização da propriedade, em terrenos de exposição solar deficiente, também podem ter feito com que alguns viticultores obtivessem pouco sucesso com as uvas viníferas e nem mesmo desajassem voltar a produzi-las.

Apesar do trabalho intenso que requerem os vinhedos destinados à vinícola Miolo, o agricultor ainda se dedica à atividade de subsistência que promove uma agregação de R\$ 7.044,00 por hectare, desenvolvida muito intensivamente (valor de “a” na figura 10). A margem de contribuição de renda é superior à obtida com a cultura da uva comum. Esse indicador demonstra, também nesse caso, a importância das atividades de subsistência para a composição da renda agrícola e reprodução social da família.

5.3 O tipo familiar proprietário e arrendatário

O agricultor do tipo familiar proprietário e arrendatário, além de manejar seus próprios parreirais, é responsável pela produção dos vinhedos de vizinhos ou parentes que já não mais dispõem da mão-de-obra necessária para cultivá-los. Possui máquinas e equipamentos que são utilizados também na área arrendada. Na maior parte dos casos, os parreirais arrendados são de uvas americanas e híbridas e as cultivares européias podem estar presentes, mas em menores extensões ou em processo de substituição pelas comuns. Por essas razões, o modelo que representa a situação dessas propriedades envolve somente a cultura da uva comum. Uma descrição mais minuciosa desse tipo pode ser encontrada na seção 4.3, "O tipo familiar proprietário e arrendatário".

Considerou-se, para os cálculos, uma superfície própria de 6,00 hectares e uma superfície arrendada de 3,70 hectares, totalizando 9,70 hectares, dos quais 7,00 efetivamente usados para a agricultura. A uva comum está disposta em 5,00 hectares de latadas, atinge rendimentos de 22.000 quilos por hectare e preços de comercialização de R\$ 0,42 o quilo. O restante da área é ocupado com potreiro e eucalipto.

A figura 11 apresenta indicadores técnicos e econômicos gerais do tipo de agricultores em questão.

Indicadores	Valores
Superfície Agrícola Útil – SAU	7,00 ha
Unidade de Trabalho Familiar – UTF	2,00
Unidade de Trabalho Contratada – UTC	0,16
Valor Agregado – VA	R\$ 38.396,57
Renda Agrícola – RA	R\$ 29.738,97
Remuneração do Trabalho Familiar – RA/UTF	R\$ 14.869,49
Valor Agregado por unidade de trabalho – VA/UT	R\$ 17.740,19
Valor Agregado por unidade de área – VA/SAU	R\$ 5.485,22

Figura 11: Resultados globais do tipo familiar proprietário e arrendatário do Vale dos Vinhedos (2004-2005)

Fonte: Dados da pesquisa de análise-diagnóstico realizada pelo autor no Vale dos Vinhedos em 2005

A figura 11 mostra que o sistema de produção praticado pelo tipo proprietário arrendatário gera um acréscimo na riqueza de R\$ 38.396,57 anuais. Do acréscimo produzido, R\$ 29.738,97 compõem a renda agrícola dos agricultores. Cada um dos dois membros da família que se envolve no processo produtivo recebe renda de R\$ 14.869,49. O valor agregado por unidade de trabalho é de R\$ 17.740,19 e o valor agregado por unidade de área é de R\$ 5.485,22.

Na figura 12 estão apresentadas informações referentes à composição da renda do tipo, confrontada com o nível de reprodução social (NRS) adotado nos cálculos.

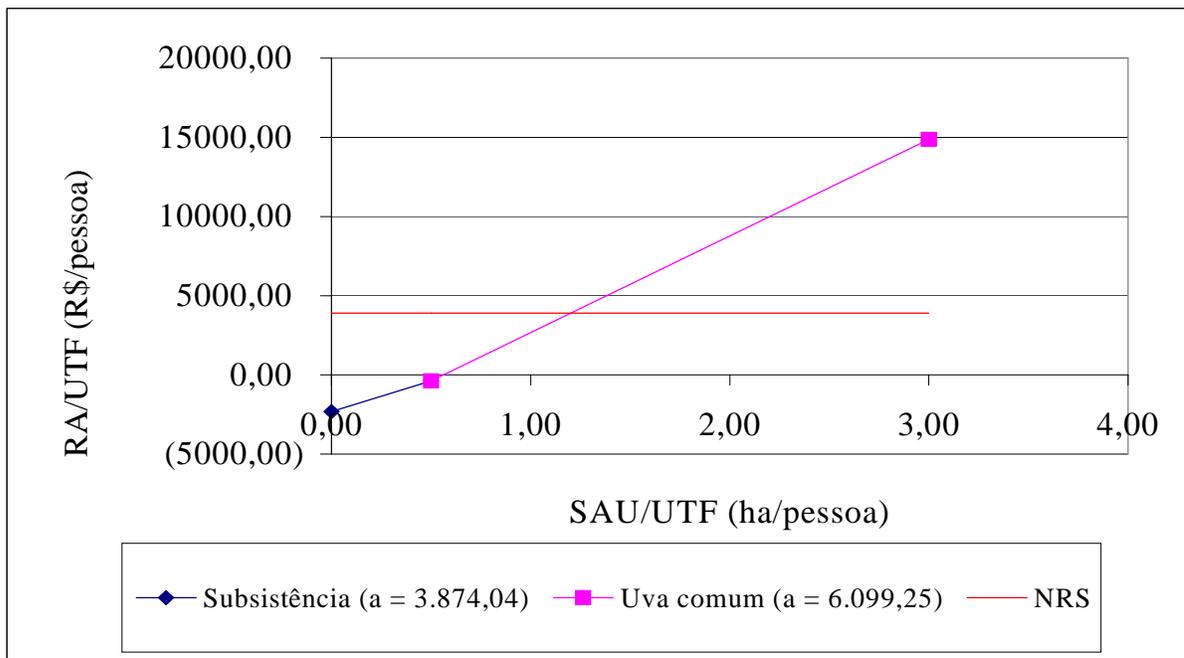


Figura 12: Composição da renda do tipo familiar proprietário e arrendatário

Fonte: Dados da pesquisa de análise-diagnóstico realizada pelo autor no Vale dos Vinhedos em 2005

A produção comercial, garantida exclusivamente pela uva comum, proporciona uma renda por hectare de R\$ 6.099,25, semelhante à renda conseguida por outros tipos com a mesma cultura (valor de “a” apresentado na legenda da figura 12). Como está mantendo a família e renovando os meios de produção (cada unidade de trabalho familiar conquista uma renda anual de R\$ 14.869,49), o agricultor enquadrado nesse tipo não se vê impelido a investir nas uvas viníferas, que representam o maior potencial em termos de geração de renda, não implanta parreirais destas cultivares e, aquelas poucas áreas que ainda dispõe em produção, elimina gradativamente. Além disso, também pode ter sua propriedade situada em locais de insolação deficiente para crescimento e desenvolvimento satisfatório da *Vitis vinifera*, principalmente se está posicionada na zona 1, e não encontra estímulo para renovar estruturas produtivas quando a unidade não mais possui sucessor interessado em se dedicar à viticultura.

Para atingir o nível de reprodução social, esse tipo precisa dispor de mais de 1,00 hectare cultivado por unidade de trabalho familiar. Mesmo com pagamento do arrendamento, o sistema de produção garante os investimentos necessários para permanência em atividade da unidade de produção e a remuneração da mão-de-obra pelo valor do salário mínimo nacional.

Para os proprietários dos vinhedos arrendados, que já não mais conseguem manejá-los e mantê-los em exploração, com um sistema de produção estruturado conforme descrito no capítulo 4, a remuneração anual pelo uso da terra gira em torno de R\$ 5.775,00.

A concorrência pelo uso da mão-de-obra, entre as atividades desenvolvidas nas unidades de produção representadas pelo tipo, faz com que esses agricultores dediquem maior atenção às atividades comerciais, em detrimento da subsistência. Por esta razão, as atividades de subsistência apresentam uma margem de contribuição para a composição da renda inferior à encontrada para outros tipos (de R\$ 3.874,04 por hectare).

5.4 O tipo familiar parceiro proprietário e parceiro não-proprietário

Este tipo representa um relacionamento de parceria entre um proprietário de terras e dos meios de produção, que não mais executa atividades junto aos parreirais, e uma família que vende sua força de trabalho em troca do rendimento de 50% do produto bruto das colheitas, descrito com detalhamento no capítulo 4.

Para a construção do tipo, considerou-se a situação de famílias compostas por um casal de idosos, que já não mais desenvolve o trabalho agrícola, que dividem sua propriedade com um casal parceiro. Para o cálculo, considerou-se uma relação de parceria de 50% do produto bruto

para ambos os envolvidos, que se apresentou como sendo aquela mais comum. O consumo intermediário (CI) e distribuições do valor agregado (DVA) são igualmente divididos (com exceção do ITR-Imposto Territorial Rural). Ao proprietário caberia a reposição dos meios de produção, que se depreciam ao longo do tempo. O que se observa, porém, é que investimentos na renovação dos meios de produção já não são mais executados porque inexistem perspectivas de perpetuação da atividade, uma vez que os herdeiros partiram do campo²⁹. Os valores das depreciações, nesse caso, acabam compondo parte da renda agrícola que o proprietário obtém. A renda agrícola (RA) conquistada por cada um dos parceiros é exatamente a mesma, igual ao valor agregado bruto (VAB) do qual se subtrai a distribuição do valor agregado (DVA) e dividido o resultado entre os dois.

Considerou-se uma unidade de produção com área de 20,00 hectares, dos quais 5,50 agricultáveis. Com vinhedos são 4,50 hectares, 3,00 hectares com videiras comuns e 1,50 hectare com videiras européias, todas conduzidas em latadas. Para subsistência existe 1,00 hectare e a área restante, de 14,50 hectares, ocupada com mata nativa e superfícies não-agricultáveis.

A produção vitícola destina-se, sobretudo, para empresas como Tecnovin, Cooperativa Vinícola Aurora, cantinas do Vale e de outros municípios. Os rendimentos médios da uva comum e da uva de origem européia são, respectivamente, de 22.000 quilos e 10.000 quilos por hectare. A comercialização, a preços de R\$ 0,39 o quilo de uvas americanas e híbridas e de R\$ 0,70 o quilo das uvas viníferas.

²⁹ Sem herdeiros, a unidade de produção pode acabar sendo desmembrada e vendida juntamente com meios de produção.

A figura 13 apresenta indicadores gerais, técnicos e econômicos, para o tipo familiar parceiro proprietário e parceiro não-proprietário.

Indicadores	Valores
Superfície Agrícola Útil – SAU	5,50 ha
Unidade de Trabalho Familiar – UTF	2,00
Unidade de Trabalho Contratada – UTC	0,11
Valor Agregado mais depreciações – VA	R\$ 33.287,87
Renda Agrícola do parceiro proprietário sem depreciações – RA	R\$ 15.430,67
Renda Agrícola do parceiro proprietário com depreciações – RA	R\$ - 3.643,76
Renda Agrícola do parceiro não-proprietário – RA	R\$ 15.430,67
Remuneração do Trabalho Familiar do parceiro não-proprietário – RA/UTF	R\$ 7.715,34
Valor Agregado por unidade de trabalho – VA/UT	R\$ 6.733,27
Valor Agregado por unidade de área – VA/SAU	R\$ 2.582,63

Figura 13: Resultados globais do tipo familiar parceiro proprietário e parceiro não-proprietário do Vale dos Vinhedos (2004-2005)

Fonte: Dados da pesquisa de análise-diagnóstico realizada pelo autor no Vale dos Vinhedos em 2005

Os indicadores dispostos na figura 13 mostram que o sistema de produção praticado pelo tipo parceiro proprietário e parceiro não-proprietário gera um acréscimo de riqueza de R\$ 33.287,87 anuais, considerando que os recursos que seriam destinados à reposição de instalações, equipamentos e parreirais depreciados são gastos, como renda, pelo proprietário. Dessa forma, do

acréscimo produzido, R\$ 15.430,67 compõem a renda agrícola de ambos os parceiros. Cada um dos dois membros da família não-proprietária, que executa todo o trabalho, recebe renda de R\$ 7.715,34. O valor agregado por unidade de trabalho é de R\$ 6.733,27 e o valor agregado por unidade de área é de R\$ 2.582,63.

Na figura 14 estão apresentadas informações quanto à composição da renda do tipo, confrontada com o nível de reprodução social (NRS) adotado.

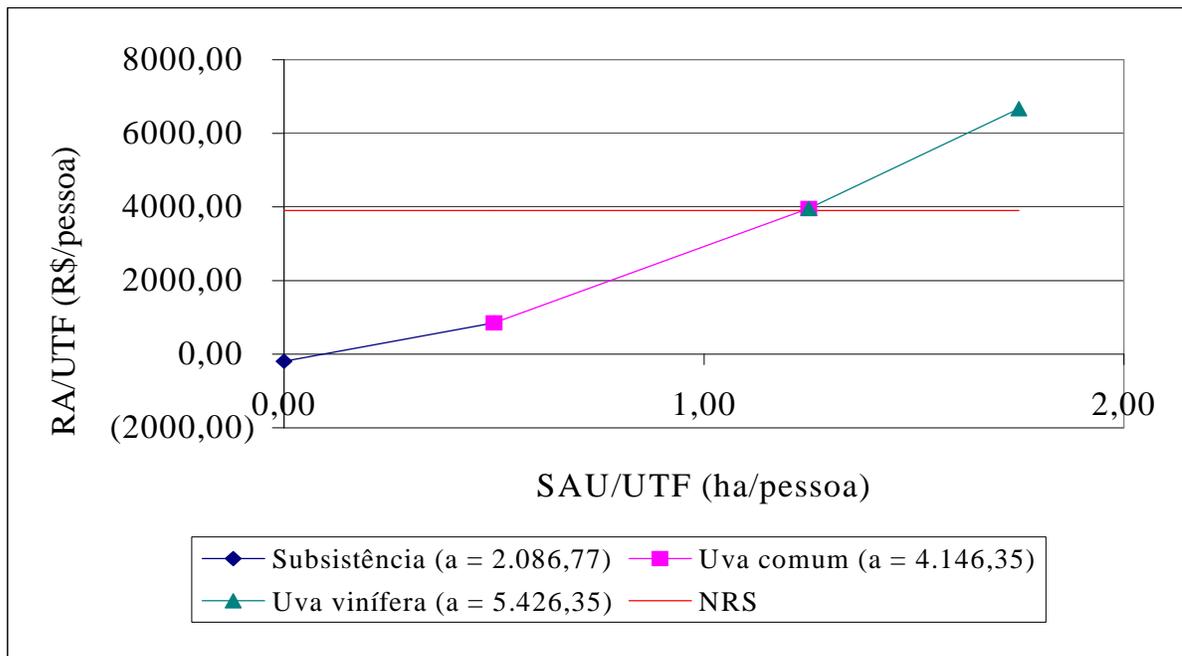


Figura 14: Composição da renda do tipo familiar parceiro proprietário e parceiro não-proprietário
Fonte: Dados da pesquisa de análise-diagnóstico realizada pelo autor no Vale dos Vinhedos em 2005

Entre os parceiros ocorre a mais baixa remuneração pela uva vinífera³⁰ (de R\$ 0,70 o quilo), ocasionando uma renda de R\$ 5.426,35 por hectare (valor de “a” apresentado na legenda

³⁰ A maior parte dos parceiros que participaram das entrevistas e compuseram o tipo construído é cooperado das vinícolas Aurora ou Garibaldi, vinícolas que podiam estar fixando preços mais baixos para as variedades européias do que outras empresas, na ocasião da pesquisa.

da figura 14). As uvas comuns permitem margem de contribuição de renda de R\$ 4.146,35 em cada hectare cultivado. Existe uma pequena diferença, de R\$ 1.316,00 no hectare, entre as rendas obtidas com uma e outra, mas que não está servindo de incentivo para que os parceiros mantenham os parreirais de viníferas e se dediquem à produção mais trabalhosa destas uvas, já que por vezes estão substituindo variedades. Impulsionados pela crescente demanda por uvas viníferas de alguns anos atrás, implantaram parreirais de *Vitis vinifera*. Atualmente, já não mais encontram motivação para manter ou aumentar as áreas com esta espécie, considerando que a propriedade pode estar situada em terrenos não-favoráveis ao cultivo e que pode não haver herdeiro interessado em perpetuar a atividade. Além disso, os parceiros proprietários muitas vezes contam com as aposentadorias que garantem a manutenção da família, sem a necessidade direta das rendas provenientes dos vinhedos, não havendo interesse em investir nos mesmos. A família não-proprietária das terras e dos meios de produção, que executa todo o trabalho, também não realiza investimentos na unidade que não lhe pertence, já que objetiva somente garantir renda e gêneros para subsistência, enquanto o sistema puder ser explorado.

Com superfície inferior a 1,00 hectare manejado por unidade de trabalho da família não-proprietária o sistema permite que se atinja o nível de reprodução social. A renda do parceiro não-proprietário é de R\$ 7.715,34 por unidade de trabalho familiar e a renda do parceiro proprietário é de R\$ 15.430,67, considerando que o fundo para depreciações é gasto como renda³¹.

³¹ O valor agregado líquido, sem o custo das depreciações, de R\$ de 19.074,43, iguala-se ao valor agregado bruto, de R\$ 33.278,87. Deste valor subtrai-se a distribuição do valor agregado, de R\$ 2.417,52 (que corresponde ao FUNRURAL, Imposto Territorial Rural, Sindicato Rural e salários com diaristas), obtendo-se a renda que é dividida entre os dois parceiros, de R\$ 15.430,67 para cada uma das famílias.

Salienta-se que o relacionamento de parceria se torna interessante ao proprietário, não somente pela renda que gera, mas também por permitir que continue vivendo no local, já que tem apego ao Vale e ao modo de vida. Por outro lado, a parceria também está ocasionando geração de renda e oportunidade de emprego para outra família.

5.5 O tipo familiar com cantina não-legalizada

O tipo “familiar com cantina não-legalizada” é composto por agricultores que, nos porões de suas casas, vinificam pequenos volumes de vinhos finos e volumes mais significativos de vinhos comuns, não têm seus estabelecimentos legalizados e, por consequência, não contribuem com pagamento de impostos sobre a produção. Comercializam os vinhos em garrações e garrafas plásticas, vinificando suas próprias uvas. Parte das uvas também é comercializada na região, (informações detalhadas sobre o tipo podem ser vistas na seção 4.5).

Para compor os cálculos, a área considerada foi de 14,50 hectares, dos quais 8,50 agricultáveis. São 5,00 hectares, em média, cobertos por videiras americanas e híbridas e 2,00 hectares com videiras européias, ambas conduzidas em latadas.

Os agricultores que se enquadram no tipo são também fornecedores de matéria-prima (tanto de uvas comuns quanto de viníferas) para outras empresas do Vale e de Bento Gonçalves, como Tecnovin e cantinas. Para a composição do tipo, considerou-se que esse produtor vinifica em torno de 42.500 quilos de uvas americanas e híbridas, o que lhe rende cerca de 34.000 litros de vinho comum para comercializar, e 3.750 quilos de uva vinífera, proporcionando um rendimento em vinho fino de aproximadamente 3.000 litros. Ainda restam, para comercialização, 57.500 quilos de uva comum e 16.500 quilos de uva vinífera.

O vinho de viníferas é vendido em garrafas plásticas de 2 litros ou em garrafões de 5 litros e o preço médio recebido é de R\$ 4,00 o litro, valor bem abaixo daquele geralmente praticado pelas cantinas legalizadas. O vinho comum é vendido a R\$ 1,60 o litro. Pela uva vinífera esses produtores receberam R\$ 1,00 o quilo e, para uvas americanas e híbridas, R\$ 0,42 o quilo.

A figura 15 apresenta indicadores gerais, técnicos e econômicos, para o tipo.

Indicadores	Valores
Superfície Agrícola Útil – SAU	8,50 ha
Unidade de Trabalho Familiar – UTF	3,00
Unidade de Trabalho Contratada – UTC	0,30
Valor Agregado – VA	R\$ 92.312,62
Renda Agrícola – RA	R\$ 90.605,42
Remuneração do Trabalho Familiar – RA/UTF	R\$ 30.201,81
Valor Agregado por unidade de trabalho – VA/UT	R\$ 27.973,52
Valor Agregado por unidade de área – VA/SAU	R\$ 10.860,31

Figura 15: Resultados globais do tipo familiar com cantina não-legalizada do Vale dos Vinhedos (2004-2005)

Fonte: Dados da pesquisa de análise-diagnóstico realizada pelo autor no Vale dos Vinhedos em 2005

Com o sistema de produção que praticam, os agricultores que pertencem a esse tipo conseguem gerar um acréscimo de riqueza anual de R\$ 92.312,62, se apropriando de R\$ 90.605,42 sob a forma de renda. Cada uma das três unidades de trabalho familiar recebe renda anual de R\$ 30.201,81 e, de acordo com dados apresentados na figura 15, o valor agregado por unidade de trabalho é de R\$ 27.973,52 e o valor agregado por unidade de área é de R\$10.860,31.

A figura 16 apresenta informações quanto à composição da renda do tipo, confrontada com o nível de reprodução social (NRS).

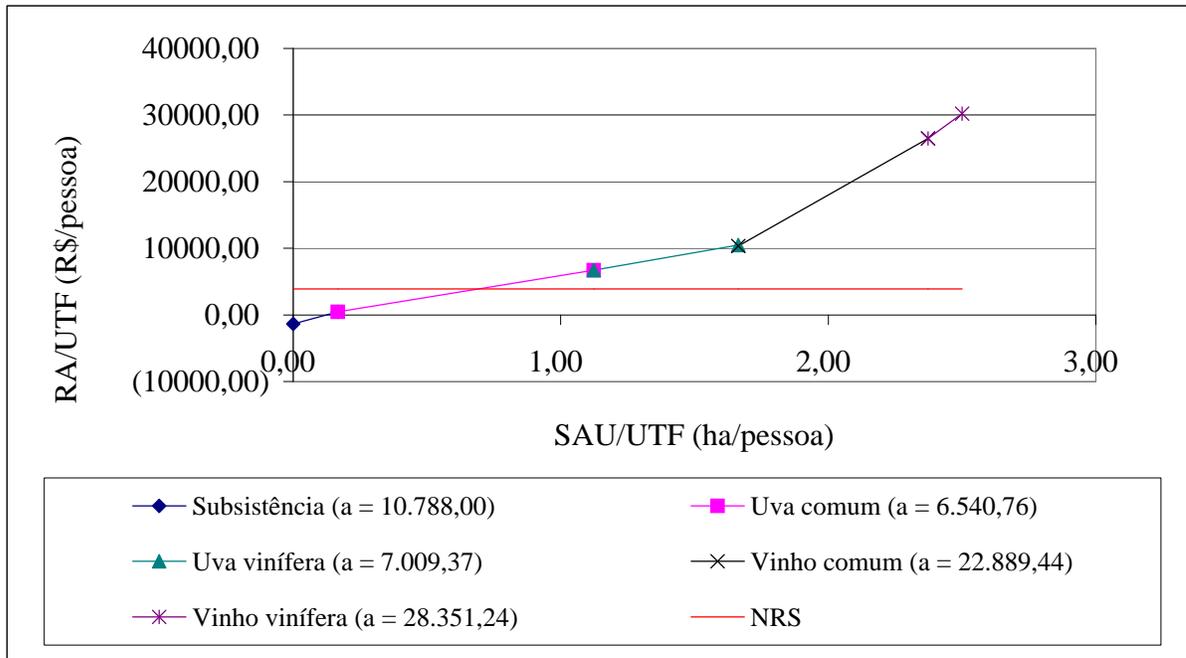


Figura 16: Composição da renda do tipo familiar com cantina não-legalizada

Fonte: Dados da pesquisa de análise-diagnóstico realizada pelo autor no Vale dos Vinhedos em 2005

A figura 16 evidencia que, no sistema de produção em questão, a agregação de renda ocasionada pelo cultivo de uvas viníferas é pouco superior àquela gerada pelas variedades comuns, de R\$ 7.009,37 e R\$ 6.540,76 por hectare, respectivamente (constatado pelos valores de “a” apresentados na legenda da figura 16). Assim, é mais intensivo em termos de agregação de renda do que os praticados pelos tipos anteriormente apresentados. A vinificação de parte de produção e a venda de vinhos contribui para isso. A renda proporcionada pela comercialização da produção transformada em vinhos e pelos tributos dos quais o agricultor desse tipo se apropria,

permitem que a renda conquistada com o sistema de produção atinja o nível de reprodução social com pouco menos de 0,50 hectare por unidade de trabalho familiar³².

Muito provavelmente esses viticultores não estão transformando maior parte de suas uvas porque não encontram mercado certo para os vinhos, já que a própria condição de ilegalidade cria empecilhos para uma comercialização mais intensa, e porque a venda da matéria-prima, que historicamente proveu as necessidades da família e a manutenção da estrutura produtiva, é garantida no Vale.

Mesmo havendo emprego da mão-de-obra familiar com vinificação e comercialização do produto vinícola, os membros da família se dedicam à atividade de subsistência e com ela conseguem uma agregação de R\$ 10.788,00 em cada hectare. Novamente, a produção de subsistência garante renda, por hectare, superior àquela atingida pelos cultivos vitícolas.

5.6 O tipo familiar com cantina legalizada

Os vitivinicultores classificados neste tipo são aqueles que dispõem de uma infraestrutura mais especializada de cantina, tanto em termos de equipamentos quanto em termos de instalações, e que possuem seus estabelecimentos legalizados. Comercializam os vinhos finos em garrafas de 750 mililitros e os vinhos comuns em garrafões de 5 litros. Vinificam suas próprias uvas e também comercializam uma parte desta matéria-prima com outras empresas.

³² Caso essas cantinas se legalisassem, pagariam tributos, mas poderiam praticar preços mais elevados para seus vinhos, como ocorre com as cantinas legalizadas.

Para os cálculos, considerou-se uma unidade de produção com 10,00 hectares, dos quais 7,00 aptos a serem explorados com atividades agrícolas. A maior parte desta superfície agrícola útil é coberta por parreirais, sendo 3,50 hectares de videiras americanas e híbridas e 3,00 hectares de videiras européias. A superfície restante, de 0,50 hectare, é destinada a atividades de subsistência. Quanto à forma de condução dos parreirais, as espaldeiras ocupam uma área de 1,00 hectare suportando somente as viníferas. Uma parte do parreiral de viníferas, de 2,00 hectares, é mantida nas latadas, assim como a totalidade do parreiral comum.

Os volumes vinificados atingem 16.000 litros de vinho fino, comercializado a R\$ 14,00 a garrafa de 750 mililitros (incluindo o custo de garrafas, rótulos e rolha, que fica em torno de R\$ 2,00) e 20.000 litros de vinho comum, comercializado a R\$ 1,60 o litro, sem o custo das embalagens. São comercializados, ainda, 50.000 quilos de uvas americanas e híbridas a um preço médio de R\$ 0,42 o quilo e em torno de 16.000 quilos de uvas viníferas, a preços de R\$ 1,10 o quilo.

A figura 17 apresenta indicadores gerais, técnicos e econômicos, para este tipo de produtor.

Indicadores	Valores
Superfície Agrícola Útil – SAU	7,00 ha
Unidade de Trabalho Familiar – UTF	3,00
Unidade de Trabalho Contratada – UTC	0,05
Valor Agregado – VA	R\$ 282.960,71
Renda Agrícola – RA	R\$ 154.781,78
Remuneração do Trabalho Familiar – RA/UTF	R\$ 51.593,93
Valor Agregado por unidade de trabalho – VA/UT	R\$ 92.628,39
Valor Agregado por unidade de área – VA/SAU	R\$ 40.422,96

Figura 17: Resultados globais do tipo familiar com cantina legalizada do Vale dos Vinhedos (2004-2005)

Fonte: Dados da pesquisa de análise-diagnóstico realizada pelo autor no Vale dos Vinhedos em 2005

Esse é o tipo de agricultor que contribui com a maior geração de valor agregado, o que se reflete nos excelentes índices de valor agregado por unidade de trabalho (R\$ 92.628,39) e por unidade de área efetivamente utilizada (R\$ 40.422,96). Do total de acréscimo de riqueza produzido, de R\$ 282.960,71 anuais, esses produtores se apropriam, sob a forma de renda agrícola, de R\$ 154.781,78.

Na figura 18 estão apresentadas informações quanto à composição da renda do tipo, confrontada com o nível de reprodução social (NRS).

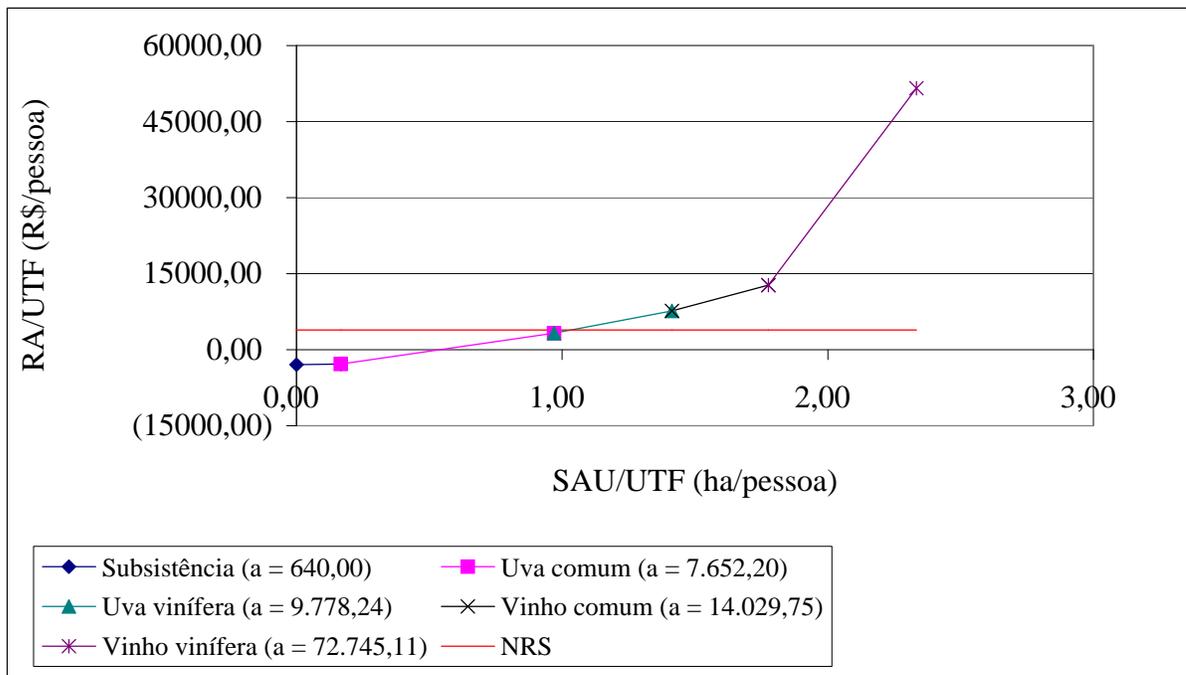


Figura 18: Composição da renda do tipo familiar com cantina legalizada

Fonte: Dados da pesquisa de análise-diagnóstico realizada pelo autor no Vale dos Vinhedos em 2005

Integram esse tipo os agricultores que obtêm as melhores rendas agrícolas e as melhores rendas por unidade de trabalho familiar (de R\$ 51.593,93, referente ao valor de RA/UTF do último ponto da reta apresentada na figura 18). Os resultados conquistados com a comercialização da matéria-prima são semelhantes àqueles atingidos pelos demais tipos investigados. A comercialização do vinho comum ocasiona uma agregação de renda inferior àquela obtida pelo tipo anteriormente descrito (dos cantineiros não-legalizados), de R\$ 14.029,75 por hectare (valores de “a” são apresentados na legenda da figura 18). O grande diferencial, em termos de geração de renda para as famílias pertencentes a esse tipo, é o vinho fino, cujo valor de “a” indica uma margem de contribuição da renda de R\$ 72.745,11 por hectare.

Uvas européias, mais uma vez, representam resultados superiores, em termos de renda atingida por área cultivada, quando comparadas às americanas e híbridas destinadas à

comercialização. As primeiras permitem que R\$ 9.778,24 sejam gerados por hectare, enquanto as segundas promovem uma margem de renda de R\$ 7.652,20 na mesma área (as maiores dentre todos os tipos descritos). Os resultados superiores certamente estão relacionados à localização das propriedades, situadas em sua maioria na zona agroecológica de número 3, onde se encontram os melhores terrenos para a viticultura, no Vale dos Vinhedos.

Diante de uma agregação muito superior permitida pela vinificação é provável que o vitivicultor que compõe o tipo não esteja transformando toda a uva que produz por encontrar dificuldades de acesso ao mercado. A comercialização da uva *in natura* para outras empresas, por sua vez, também representa uma forma de antecipação da renda para esses agricultores, que precisam saldar compromissos (como liquidação de empréstimos, pagamento a fornecedores, prestadores de serviços e trabalhadores).

É importante salientar que esses cantineiros não estão vinculados a Aprovale, mesmo dispondo de uma infraestrutura muito semelhante à de cantinas que o são, e que, portanto, não podem participar dos processos para obtenção dos selos da indicação de procedência, que são exibidos nas garrafas, nem podem participar dos eventos organizados pela associação. Essas empresas, assim, encontram a concorrência das cantinas da Aprovale e, mesmo que estejam situadas nas regiões por onde circulam os turistas, não estão incluídas nos materiais de divulgação produzidos e distribuídos pela associação.

Como a unidade rural se especializou na produção de uvas e vinhos e a família passou a se dedicar a estas atividades, inclusive recebendo turistas e comercializando os produtos, as

atividades de subsistência passaram a ocupar um segundo plano na estratégia de aproveitamento da mão-de-obra e ocasionam uma margem de renda de R\$ 640,00 por hectare.

5.7 Considerações sobre a capacidade de reprodução dos tipos

É possível constatar, por meio dos resultados obtidos a partir dos cálculos da análise econômica, que todos os tipos de agricultores diagnosticados no Vale dos Vinhedos estão conseguindo se desenvolver, já que estão atingindo rendas superiores ao nível de reprodução social adotado (de um salário mínimo mais o décimo terceiro salário, equivalendo a de R\$ 3.900,00 anuais). Estão, portanto, remunerando a mão-de-obra e investindo, quando necessário, na renovação dos meios de produção. Isso pode ser visualizado na figura 19, que mostra as rendas agrícolas globais de todos os tipos, em conjunto. Os cálculos realizados para obtenção das retas apresentadas no gráfico da figura 19 podem ser encontrados no Apêndice B – Cálculos econômicos.

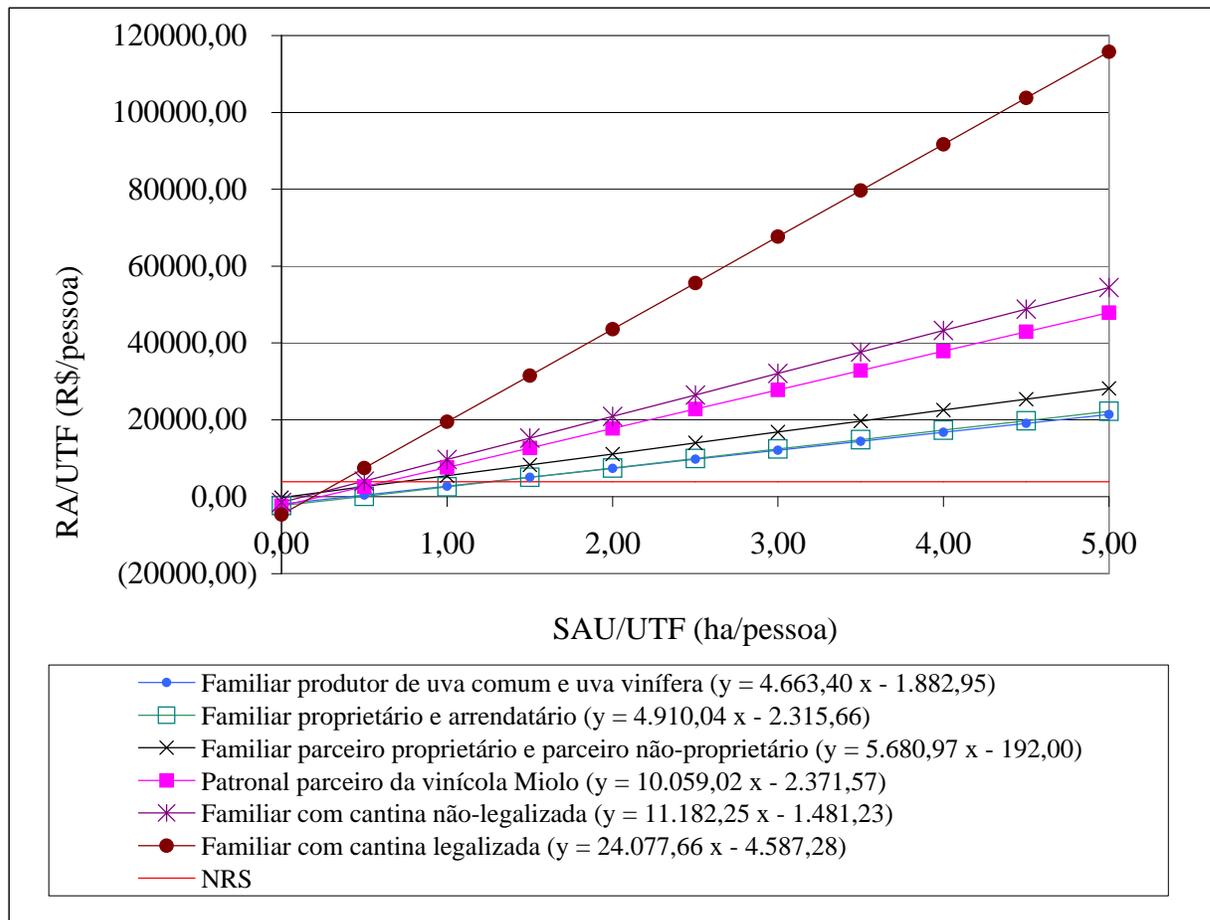


Figura 19: Renda agrícola global por unidade de trabalho na unidade de área manejada por pessoa dos tipos de agricultores do Vale dos Vinhedos

Fonte: Dados da pesquisa de análise-diagnóstico realizada pelo autor no Vale dos Vinhedos em 2005

Percebe-se, por meio da observação das retas de renda global, que a uva vinífera e a atividade de vinificação são responsáveis pelas agregações de renda mais significativas entre os tipos investigados. Isso porque, os melhores resultados, em termos de renda agrícola total, estão entre os agricultores que desenvolvem a cultura da uva vinífera em maiores parcelas de área da propriedade e que realizam a vinificação (caso das cantinas e parceiros da Miolo). Cantineiros não-legalizados cultivam a uva vinífera em 2,00 hectares, cantineiros legalizados em 3,00 hectares e parceiros da vinícola Miolo em 5,50 hectares. Já entre parceiros proprietários e não-proprietários e produtores de uva comum e vinífera, que desenvolvem a cultura em 1,50 hectare,

e para os arrendatários, que geralmente não cultivam *Vitis vinifera*, as rendas situam-se nos patamares mais inferiores, sendo que esses tipos, quando vinificam, o fazem somente para o consumo próprio. Isso indica a importância das cultivares européias para a geração de renda de cantineiros e parceiros da Miolo.

Não existem distinções significativas entre a renda agrícola de parceiros da Miolo e cantinas não-legalizadas, o que pode ser constatado a partir da observação dos valores de “a”, apresentados nas equações de reta da legenda da figura 19, equivalendo respectivamente a R\$ 10.059,02 e R\$ 11.182,25 por hectare. O mesmo ocorre entre produtores de uvas comuns e viníferas, arrendatários e parceiros proprietários e não-proprietários, cujas margens de renda atingidas por hectare são de R\$ 4.663,40, R\$ 4.910,04 e R\$ 5.680,97.

Mesmo com rendas agrícolas sempre superiores ao nível de reprodução social, contudo, existe o êxodo rural no território do Vale dos Vinhedos, principalmente de agricultores mais jovens, atraídos pelos salários oferecidos por outros setores da economia local e desinteressados dos trabalhos agrícolas devido à penosidade dos mesmos. A viticultura, em especial, exige dedicação do agricultor em todas as épocas do ano, inclusive durante o pleno inverno e no verão, quando as condições climáticas no Vale, por vezes, são bastante severas e tornam árduo o manejo dos parreirais.

Os tipos que sofrem com o êxodo da mão-de-obra dos jovens para as cidades encontram alternativas que, no momento, estão servindo para suprir as carências de mão-de-obra familiar, como é o caso dos parceiros e arrendatários. As unidades de produção que se encontram nessa situação podem ficar sujeitas à venda para outros tipos, em sua totalidade ou desmembradas,

quando os herdeiros não estão interessados em assumir as atividades de vitivinicultura e perpetuar a produção familiar. Caso esse fenômeno se intensifique, um processo de desvinculação da produção local das tradições legadas pelos colonizadores poderá ser desencadeado, causando prejuízos à viticultura e aos vinhos elaborados no Vale, ainda embasados nestas tradições.

A tabela 2 apresenta a distribuição do valor agregado - DVA³³, dos sistemas de produção praticados pelos tipos de agricultores do Vale dos Vinhedos.

³³ Na composição do DVA entram impostos pagos sobre a produção vitícola (no caso o FUNRURAL), todos os impostos incidentes sobre a produção vinícola, discriminados no Apêndice A-Metodologia, pagamento de salário e encargos, pagamento de diaristas, juros, ITR-Imposto Territorial Rural, sindicalização dos agricultores, arrendamento da terra e cadastro vitícola. Em cantinas legalizadas também estão incluídos o licenciamento ambiental, o alvará de funcionamento, o registro profissional e o sindicato do enólogo responsável. Parte do valor agregado, portanto, é localmente distribuído e parte constitui-se de arrecadações federais. O DVA pode ser obtido da subtração dos valores da renda agrícola (RA) do valor agregado (VA) de cada tipo. A exceção é feita ao tipo familiar parceiro proprietário e parceiro não-proprietário, porque neste caso o DVA é obtido da subtração da renda agrícola gerada pelo sistema de produção do valor agregado bruto (VAB), já que não são feitos descontos referentes às depreciações porque o proprietário da terra e dos meios de produção não realiza investimentos na renovação da infraestrutura produtiva. Portanto, o valor agregado não representa a subtração das depreciações do valor agregado bruto, como para os demais tipos.

Tabela 2

Distribuição do valor agregado (DVA), em R\$, para os tipos de agricultores diagnosticados no Vale dos Vinhedos em 2005

Tipos	Impostos (1) (R\$)	Aluguel (R\$)	Salários (R\$)	Outros (2) (R\$)	DVA (3) Total (R\$)	Renda Agrícola (R\$)	Renda Mensal/ UTF (4) (R\$)
Familiar produtor de uva comum e uva vinífera	1.251,60	-	2.409,30	78,00	3.738,90	26.528,00	680,21
Patronal parceiro da vinícola Miolo	2.331,16	-	6.400,00	78,00	8.809,16	66.561,00	1.706,70
Familiar proprietário e arrendatário	1.072,60	5.775,00	1.800,00	10,00	8.657,60	29.738,00	1.143,81
Familiar parceiro proprietário e parceiro não-proprietário	1.139,52	-	1.200,00	78,00	2.417,52	15.430,00	593,49 (5)
Familiar com cantina não-legalizada	939,20	-	600,00	168,00	1.707,20	90.605,00	2.323,22
Familiar com cantina legalizada	124.790,93	-	600,00	2.788,00	128.178,93	155.096,00	3.976,84

Fonte: Dados da pesquisa de análise-diagnóstico realizada pelo autor no Vale dos Vinhedos em 2005

(1) Estão inclusos: ITR, FUNRURAL e tributações sobre o vinho fino e vinho comum.

(2) Estão inclusos: Sindicalizações, juros, cadastro vitícola, alvará, registro ambiental e profissional do enólogo.

(3) Distribuição do Valor Agregado.

(4) UTF: Unidade de Trabalho Familiar.

(5) Salário mensal do parceiro não-proprietário.

Para o tipo familiar produtor de uva comum e uva vinífera, a maior parte do valor agregado distribuída acontece sob a forma de pagamentos de salário (R\$ 2.409,30), o que também se repete para o patronal parceiro da vinícola Miolo, que contrata mão-de-obra permanente e temporária (R\$ 6.400,00), e para o familiar parceiro proprietário e não-proprietário (R\$ 1.200,00). Para arrendatários, a maior parte do valor agregado distribuído ocorre sob a forma de pagamento pelo uso da terra (R\$ 5.775,00). Cantinas não-legalizadas e legalizadas distribuem a maior parte de seu valor agregado por meio dos impostos. As distribuições mais significativas, assim, ocorrem: entre os parceiros da Miolo, que contribuem com expressivos pagamentos de FUNRURAL e salários; entre os arrendatários, por meio do aluguel da terra, e entre os cantineiros legalizados, através de impostos sobre o produto vinícola.

Ao comparar valores totais de distribuição de valor agregado, observa-se que a distribuição assume valores que se assemelham para parceiros da vinícola Miolo e para proprietários arrendatários (R\$ 8.809,16 e R\$ 8.657,60, respectivamente). Também assume valores muito próximos entre parceiros proprietários e não-proprietários e produtores de uva comum e uva vinífera (R\$ 2.417,25 e R\$ 3.738,90). Entre cantineiros acontece um grande distanciamento: para os estabelecimentos não-legalizados, a distribuição do valor agregado é de R\$ 1.707,20 e, para os legalizados, este indicador sobe para os R\$ 128.178,93. A baixa distribuição que ocorre entre as cantinas não-legalizadas está relacionada à apropriação do FUNRURAL, que seria pago caso a matéria-prima vinificada fosse comercializada com outros estabelecimentos, e ao não pagamento de muitos dos impostos e taxaões aos quais estão sujeitos os vitivicultores legalizados.

O acréscimo de riqueza produzido pelos sistemas de produção praticados e a contribuição dos diferentes tipos de produtores para o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos são apresentados e discutidos no capítulo 6.

6 A CONTRIBUIÇÃO DE DIFERENTES ATORES NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DOS VINHEDOS

Neste capítulo são apresentados alguns resultados, obtidos por meio de cálculos econômicos, referentes à geração de valor agregado pelas atividades de viticultura e vinificação e expostas as conseqüentes contribuições destas atividades para a promoção do desenvolvimento local (os cálculos, propriamente ditos, podem ser encontrados no Apêndice B – Cálculos econômicos). Também são evidenciadas algumas considerações sobre o processo de desenvolvimento do Vale dos Vinhedos, resgatando parte das informações coletadas, assim como a projeção de situações futuras.

Os processos de desenvolvimento territoriais acontecem em espaços geográficos delimitados, onde existem certas especificidades construídas ao longo da história, influenciadas por hábitos e costumes, pelos recursos naturais disponíveis, por ações políticas, econômicas e sociais e onde também existem atividades capazes de produzir riquezas que, ao serem distribuídas, promovem a melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem e trabalham nesses espaços.

No Vale dos Vinhedos, o processo de desenvolvimento está associado às atividades vitivinícolas desempenhadas pelos diferentes tipos de agricultores e cantineiros, associados ou não a Aprovale, e está também relacionado à ação do Estado e à ação de diferentes instituições, quer sejam elas de pesquisa, de qualificação da mão-de-obra, de representação de trabalhadores e do setor vitivinícola, como também àquelas estabelecidas pelos costumes e tradições, influentes no comportamento dos atores locais.

6.1 A geração de riqueza das atividades desenvolvidas: o valor agregado produzido pelos tipos

Nesta seção apresenta-se e discute-se a contribuição dos diferentes tipos de agricultores e sistemas de produção para o desenvolvimento da região. Para determinar a importância da contribuição utiliza-se a capacidade de geração de acréscimo de riqueza de cada sistema de produção investigado, representada pelo valor agregado por unidade de trabalho familiar e contratada. A figura 20 apresenta as margens de contribuição do valor agregado por unidade de trabalho dos tipos de agricultores e sistemas de produção estudados, simbolizadas pelo coeficiente angular “a” das equações de reta, que expressam o grau de inclinação das mesmas. Os cálculos realizados para obtenção das retas do gráfico da figura 20 encontram-se no Apêndice B – Cálculos econômicos.

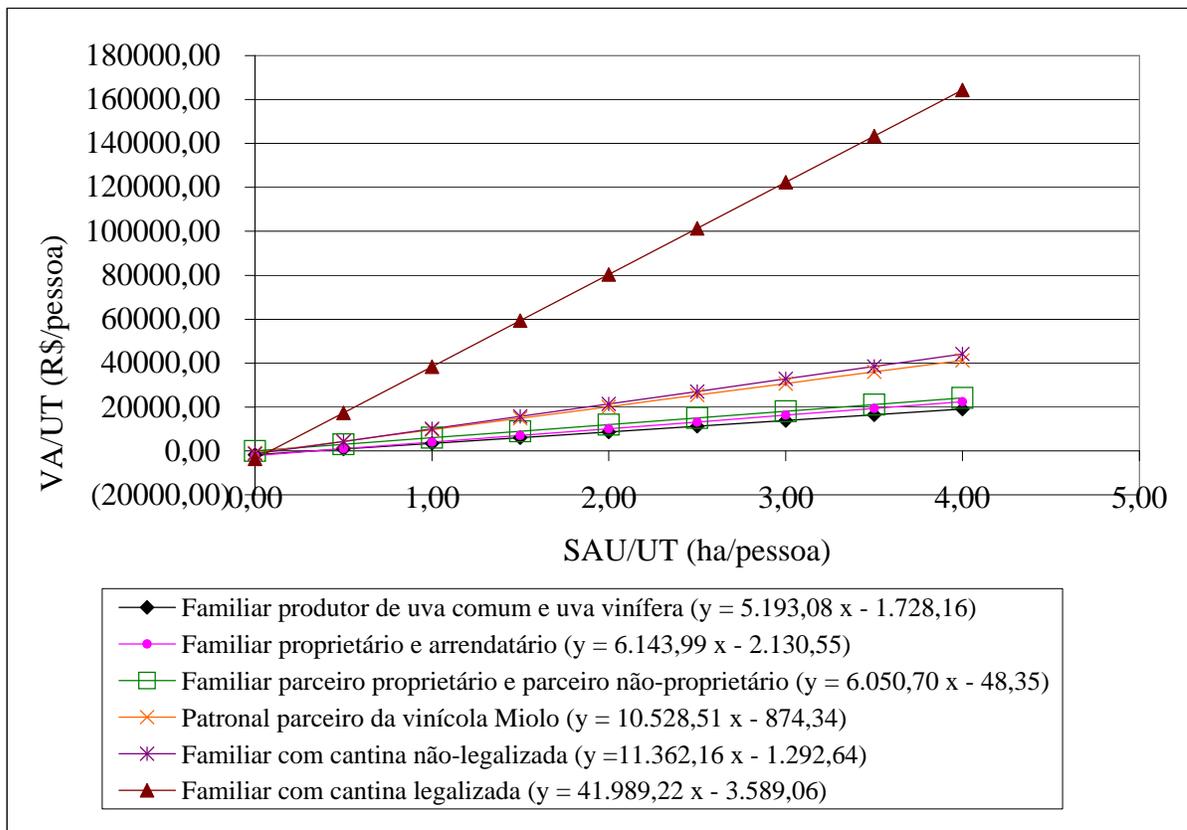


Figura 20: Valor agregado por unidade de trabalho na unidade de área manejada por pessoa da viticultura e vinicultura desenvolvidas no Vale dos Vinhedos

Fonte: Dados da pesquisa de análise-diagnóstico realizada pelo autor no Vale dos Vinhedos em 2005

O que se observa, a partir do gráfico apresentado na figura 20, é a capacidade de gerar excedentes de cada um dos sistemas produtivos e, com isso, contribuir para o processo de desenvolvimento local. O gráfico informa que o tipo de viticultores cantineiros legalizados é aquele que desempenha os melhores resultados, em termos da contribuição social ocasionada pelas atividades desenvolvidas. Num segundo patamar, encontram-se os cantineiros não-legalizados, seguidos dos parceiros da vinícola Miolo. Ocupando praticamente a mesma posição estão os arrendatários e parceiros e, por último, aparecem os proprietários rurais que produzem e comercializam uvas comuns e viníferas.

Para a sociedade, portanto, a produção de acréscimo de riquezas pelo agricultor que transforma sua produção aparece como sendo aquele mais interessante. Por outro lado, nem todos os viticultores do Vale dispõem de recursos (acesso à orientação técnica e disponibilidade de mão-de-obra) que permitam investimentos em uma estrutura de vinificação e, como já referenciado, algumas propriedades situam-se em regiões cujas condições agroecológicas pouco favorecem uma produção vitícola apropriada e de qualidade para a vinificação, quer seja em termos de introdução de espaldeiras, quer seja em termos de exposição solar.

A proximidade entre alguns valores de “a”, ou seja, entre coeficientes de inclinação das retas³⁴, permite agrupar os tipos de agricultores em três patamares distintos. No primeiro patamar, “a” varia de R\$ 5.193,08 a R\$ 6.143,99 por hectare e nele estão os produtores de uva comum e uva vinífera, os proprietários e arrendatários, os parceiros proprietários e parceiros não-proprietários. Em um segundo patamar, “a” assume valores de R\$ 10.528,51 e R\$ 11.362,16 por hectare e nele estão os parceiros da vinícola Miolo e as cantinas não-legalizadas. Por fim, destacando-se de todos os demais, encontram-se os cantineiros legalizados, com “a” de R\$ 41.989,22 por hectare. Esses três patamares distintos indicam que, entre os componentes de cada um deles, a geração de excedente se equivale e a contribuição para a promoção do desenvolvimento local é praticamente a mesma.

Sobre a posição bastante diferenciada que ocupam os tipos familiar com cantina não-legalizada e familiar com cantina legalizada, em relação à contribuição para o desenvolvimento local, dados os valores de “a” bastante distanciados, é importante salientar distinções entre os

³⁴ Os valores de “a” indicam a agregação de valor do conjunto de atividades desenvolvidas na unidade de área, ou seja, no hectare.

volumes de vinhos comuns e finos produzidos por um e outro tipo, bem como entre preços de comercialização. Nas cantinas não-legalizadas, os vinhos comuns atingem os 34.000 litros, comercializados a R\$ 1,60 o litro. Vinhos finos alcançam os 3.000 litros, vendido a R\$ 4,00 o litro. Nas cantinas legalizadas, os vinhos comuns atingem os 20.000 litros, comercializados pelo mesmo valor, e os vinhos finos alcançam os 16.000 litros, vendidos a R\$ 14,00 a garrafa de 750 mililitros. Isso significa que são os vinhos finos os responsáveis pelo grande diferencial, em termos de valor agregado, entre os dois tipos e, apesar dos estabelecimentos legalizados contribuírem com pagamento de impostos sobre esse produto, os preços praticados podem ser mais elevados.

Cantinas legalizadas, pode-se dizer, geram valor agregado e renda agrícola muito superiores aos conquistados pelas cantinas não-legalizadas, mas exigem para isso maiores investimentos em estrutura fixa para implantação do sistema de produção. Isso pode ser constatado a partir da análise do coeficiente “b”, ou seja, do ponto de intercepção da reta com o eixo das ordenadas, encontrado nas equações globais do valor agregado na figura 20, cujo valor é de R\$ 3.589,06 para as cantinas legalizadas e R\$ 1.292,64 para cantinas não-legalizadas. Indica, portanto, que para um sistema de produção gerar excedentes, de forma mais expressiva, pode necessitar maiores investimentos em estrutura produtiva. Esse diferencial torna desinteressante, para alguns vitivinicultores, a construção de prédios que abriguem as cantinas, bem como o melhor equipamento das mesmas.

Todos os tipos de agricultores investigados contribuem para a geração de valor agregado, por meio das atividades por eles desempenhadas, e, com isso, impulsionam outros setores da economia local, promovendo o desenvolvimento do território em questão.

Ao comparar os valores de “a” obtidos para a renda agrícola (das equações globais da renda, apresentadas na figura 19 do capítulo 5) com os valores de “a” obtidos para o valor agregado (das equações apresentadas na figura 20), observa-se que grande parte da riqueza produzida, contudo, é apropriada pelos agricultores. Cantineiros não-legalizados atingem renda agrícola de R\$ 11.182,25 e valor agregado de R\$ 11.362,16 por hectare. O que se constata é uma grande proximidade entre as rendas agrícolas e valores agregados por unidade de área, indicando que grande parte da riqueza gerada é apropriada pelo agricultor, sob a forma de renda, que, quando gasta localmente, impulsiona o desenvolvimento da região. Isso se repete para todos os demais tipos, com maior ou menor intensidade. Para cantineiros legalizados, por sua vez, ocorre uma exceção, já que entre estes o valor agregado no hectare é de R\$ 41.989,22 e a renda agrícola obtida na mesma área é de R\$ 24.077,66, pois parte do valor agregado pelas atividades desempenhadas por esse tipo geram significativas somas em termos de impostos.

Em relação à parcela de valor agregado que é distribuída sob a forma de arrendamentos e salários pagos pelos tipos de agricultores investigados, é possível dizer que, aparentemente, permanece quase que por completo no local. Os proprietários das terras arrendadas geralmente habitam no Vale ou no seu entorno e muito provavelmente consomem, na região, o valor apropriado pelo arrendamento. Quanto aos salários pagos, apesar da maioria dos trabalhadores contratados no período da colheita da uva ser proveniente de outros municípios, os contingentes não são elevados e o tempo de contratação normalmente não ultrapassa os 20 dias, fazendo com que os salários de diaristas não assumam grandes valores que se evadem, assim, da região. Exceção se faz aos empregados pelos parceiros da vinícola Miolo que vivem no território.

Em relação ao valor agregado que é dividido com o Estado, sob a forma de impostos, destaca-se que, por meio da ação pública local, somas significativas são reinvestidas no território, na construção e manutenção de estradas, nas redes de energia elétrica e de telefonia, na construção da escola recentemente inaugurada, no posto de saúde do distrito e também por meio das aposentadorias.

Quanto à decisão do viticultor de alguns tipos em investir na implantação de parreirais de uvas comuns, e por vezes até mesmo optando em eliminar aqueles poucos vinhedos de *Vitis vinifera* que ainda dispõe, é preciso dissertar sobre outros fatores envolvidos, além da necessidade de maior trabalho e dedicação para com as cultivares viníferas, dos preços ocasionalmente pouco atrativos pagos pela indústria e das questões topográficas que dificultam a construção e manejo das espaldeiras.

Questões referentes à qualidade da matéria-prima colhida, resultante do manejo empregado e da exposição solar, também são fatores subentendidos nas decisões de investimento dos agricultores. Manejo e exposição interferem diretamente na qualidade da uva. A indústria tem condições de medir e remunerar esta qualidade através da quantidade de açúcares presentes, informada pelo grau Babo, e o viticultor recebe bonificações pela matéria-prima que atinge as maiores concentrações de açúcares. Além disso, nas unidades de produção que já não mais contam com a mão-de-obra dos jovens, evadidos dos trabalhos agrícolas e atraídos por oportunidades regionais de emprego na indústria, comércio e serviços, não existe a motivação para realização de novos investimentos e incrementos na estrutura produtiva, já que as propriedades não dispõem de sucessores interessados em manter a atividade.

Constata-se, da mesma forma, que a cultura das uvas européias se torna realmente interessante ao viticultor quando ele pode transformá-la, ao menos em parte, em vinhos e, com isso, agregar maior valor à sua produção, gerar mais renda para a família e acréscimo de riqueza para a sociedade. Existem dificuldades, como pôde ser observado, para implementar a infraestrutura necessária. Mas devem ser consideradas as possibilidades de expansão do setor, dado que o mercado interno recebe anualmente grande quantidade do produto importado e o consumo de vinhos pelo brasileiro ainda pode aumentar (é muito inferior ao consumo em outros países). Sem contar que novos grupos de agricultores podem se organizar para explorar a dinâmica, a atividade vitivinícola, o potencial turístico e as tradições existentes no Vale.

6.2 O processo de desenvolvimento do Vale dos Vinhedos: considerações e projeções

A partir dos procedimentos adotados na análise-diagnóstico foi possível coletar uma diversidade de informações que servem para explicar parte do processo de desenvolvimento do Vale dos Vinhedos.

No território investigado, a paisagem se torna elemento que determina a ocupação e exploração diferenciada do espaço. Nas áreas mais propícias à adoção de práticas vitícolas atuais, surgem cantinas pioneiras no emprego de técnicas de produção que visam a obtenção de vinhos finos. Aos produtos são agregados elementos da tradição familiar e a produção é favorecida pelo potencial agroecológico.

Nas áreas onde as condições agroecológicas não resultaram na obtenção de colheitas com qualidade superior e onde a adoção de formas diferenciadas de condução dos vinhedos não puderam ser adotadas, a viticultura permaneceu caracterizada por práticas historicamente

empregadas, utilizando sistemas herdados dos primeiros viticultores gaúchos, voltada a atender às demandas das cantinas produtoras de vinhos comuns e da indústria de sucos e outros derivados.

A introdução da videira aconteceu logo após os primeiros anos de ocupação e, na Linha Leopoldina, a produção vinícola, que teve por objetivo inicial abastecer as necessidades de consumo da família, em pouco tempo já era localmente reconhecida. Com o passar dos anos, o produto passa a ser distribuído em outras regiões do estado e ganha também o sudeste do país. Por serem muito resistentes a doenças, por se apresentarem extremamente produtivas e adaptadas às condições agroecológicas locais e por se prestarem às mais diferentes formas de utilização, quer seja *in natura*, na forma de sucos, doces e vinhos comuns, *Vitis labrusca* e videiras híbridas (chamadas videiras comuns) formam a base sobre a qual a viticultura gaúcha e também a viticultura do Vale dos Vinhedos puderam se desenvolver. Foram as vinhas americanas e híbridas que impulsionaram o surgimento da indústria vinícola local, contribuíram para o surgimento de cantinas particulares e cooperativas vitivinícolas e atraíram empresas multinacionais para a região.

As videiras européias são introduzidas em diferentes períodos, ganhando maior êxito após a entrada das videiras comuns e experimentos de enxertia que tornam a *Vitis vinifera* mais adaptada e resistente às condições edafo-climáticas gaúchas (entre 1927 e 1930). No Vale dos Vinhedos, os parreirais de viníferas proliferam à medida que prosperam as vinícolas familiares produtoras de vinhos finos, como Miolo e Brandelli, que surgem no final da década de 80 do século XX. A produção de vinhos finos se intensifica nos anos de 1990 e estimula outros viticultores a vinificarem a matéria-prima que já dispunham, incentivando a introdução de novos parreirais e a busca por técnicas que amparem esta nova produção.

Os agricultores mais jovens de algumas das famílias encontram, na profissionalização em enologia, o conhecimento que atenderia às demandas técnicas que surgiam. Ao retornarem às propriedades rurais, dão início ao movimento que hoje se observa no Vale, voltado à produção de vinhos finos de qualidade, a partir de vinhedos próprios, e de conquista, preservação e exploração da indicação de procedência. Mais recentemente, esse movimento é favorecido pela constituição da associação (Aprovale), que surge em 1995 para prover as necessidades de organização e congregação das cantinas familiares que começam a despontar.

A união dos cantineiros em torno do ideal de alcançar uma indicação de procedência encontra o amparo da Embrapa Uva e Vinho³⁵ de Bento Gonçalves, que conduz o processo, juntamente com a Aprovale, desenvolvendo a caracterização geográfica da região e orientando nos procedimentos necessários, junto ao Governo Federal, para instituição das indicações geográficas no Brasil. Atualmente, como foi possível constatar, um grupo restrito de atores pode desfrutar dessa indicação, apesar dela se referir a condições de saber fazer da coletividade e condições edafo-climáticas do território.

Se formaram, assim, resultantes de fatos históricos e de uma diversidade agroecológicas, os tipos de agricultores diagnosticados no Vale. Produtores de uva comum e uva vinífera surgem a partir da introdução destas videiras e o aparecimento de viticultores que se dedicam à vinificação ocorre simultaneamente. Parceiros e arrendatários decorrem das necessidades em termos de mão-de-obra, que se desencadeiam, principalmente, a partir do êxodo dos agricultores jovens e envelhecimento dos trabalhadores que permanecem no Vale. Cantineiros legalizados,

³⁵ A Embrapa Uva e Vinho também tem atuado, ao longo dos anos, no desenvolvimento de tecnologias que viabilizem as produções vitivinícolas nas pequenas propriedades rurais e que aperfeiçoem, qualitativamente, as produções de uva e derivados da Serra Gaúcha e de outras regiões vitivinícolas do país.

por sua vez, aparecem essencialmente nas zonas agroecológicas que melhor se prestam à produção de uvas para a vinificação, onde havia um excedente que precisava ser comercializado e a mão-de-obra era suficiente para organização da atividade de transformação. Associados da Aproveale ocorrem nas áreas mais propícias ao desenvolvimento de uma vitivinicultura voltada à produção de vinhos finos, nas regiões onde as espaldeiras foram mais facilmente empregadas, nas propriedades onde os jovens agricultores puderam se profissionalizar, introduzindo inovações ao sistema de produção, e, portanto, onde também haviam herdeiros interessados em manter produtiva a unidade familiar.

Nesse contexto, o Centro Federal de Educação Tecnológica também adquire importância, uma vez que é a única escola de formação técnica e superior em vitivinicultura no Brasil. Responsabiliza-se por liberar ao mercado a mão-de-obra especializada que hoje atua nas vinícolas locais.

Com o passar do tempo, a produção de vinhos finos se intensifica cada vez mais no Vale. Vários produtos recebem premiações em concursos nacionais, durante a década de 90 do século XX e também nos primeiros anos do século XXI, e ganham projeção internacional com a indicação de procedência, aumentando a demanda de matéria-prima. Os preços atrativos pagos pelas vinícolas locais estimulam a introdução de videiras européias por grande parte dos agricultores, ainda que em pequenas áreas da propriedade e em conduções horizontais. Como pôde ser diagnosticado, alguns tipos de viticultores não dispõem de mão-de-obra, assistência técnica apropriada e, sobretudo, propriedades rurais situadas em locais com exposições solares que favoreçam o desenvolvimento e produção de *Vitis vinifera*. Os resultados das tentativas de transformação dos sistemas de produção ocasionam a obtenção de matérias-primas sem a

qualidade exigida pela indústria, mais trabalho para o viticultor e, por vezes, remunerações pouco atrativas e alguns anos de condições climáticas pouco favoráveis, promovem frustrações em relação à cultura. Esses eventos culminam, hoje, em um novo processo de substituição de variedades e a videira comum volta a ganhar espaço nos parreirais, particularmente nas áreas de exposição solar mais deficiente. Por outro lado, como é possível constatar, apesar das dificuldades que o agricultor encontra para cultivar *Vitis vinifera*, os resultados obtidos com a cultura são superiores aos obtidos com variedades americanas e híbridas.

A rede institucional que se formou, voltada a atender o setor vitivinícola em toda sua extensão, não foi suficiente para orientar os agricultores em seus investimentos quando a indústria vinícola se ressentiu da carência de uvas européias para produzir os vinhos finos. Além de não ser a totalidade das áreas do Vale dos Vinhedos apropriada para o cultivo de *Vitis vinifera*, o viticultor local parece não ter recebido orientações para o manejo desta espécie, menos rústica e menos resistente a doenças que as variedades com as quais ele estava habituado a trabalhar.

Videiras americanas e híbridas, por sua vez, permitem a reprodução social das famílias e a renovação dos sistemas de produção. O sistema agrário investigado, que se originou a partir da introdução da videira comum, historicamente foi mantido pelo trabalho familiar, gerando rendas agrícolas atuais superiores ao nível de reprodução social.

Os patamares de renda alcançados pela viticultura, no entanto, não foram suficientemente interessantes para manter a mão-de-obra dos jovens agricultores, que emigraram para a cidade, atraídos por oportunidades de emprego em outros segmentos importantes da economia local, como é o caso da indústria moveleira, do segmento de transportes e da metalurgia. Em muitas

propriedades do Vale dos Vinhedos hoje se encontra um proprietário rural já aposentado e levando adiante sua produção vitícola por apego aos parreirais que construiu e à vida que sempre levou no Vale, por vezes auxiliado por uma mão-de-obra externa, sem tradição alguma na atividade.

Cantinas legalizadas, não-legalizadas e reunidas pela Aprovale transformam parte da uva e agregam valor à produção. Enquanto alguns cantineiros trabalham pela legalização de seus estabelecimentos, e, com isso, poderem se inserir com competitividade ao mercado, já que estão vinificando quantidades significativas e não encontram perspectivas de expansão, devido à condição de ilegalidade, outros já começam a conquistar projeção internacional para seus produtos, auxiliados pela promoção que a Aprovale lhes confere, assim como pela indicação de procedência conquistada. Também existem aqueles cantineiros que, já estando com suas empresas em situação legal, almejam a associação. Além da possibilidade de poder participar das avaliações para obtenção dos certificados e selos da indicação de procedência, que ocasionam maior agregação de valor ao produto vinícola, a associação também dá acesso aos eventos, nos quais o conjunto de cantineiros vinculados participa, e ainda dá direito à inclusão do estabelecimento nos materiais de promoção turística da Aprovale.

O ato de associar-se, portanto, apesar de requerer do produtor investimentos em matrícula (jóia da associação) e mensalidades, auxilia na maior divulgação da empresa e de seus produtos, quer seja localmente ou em eventos nacionais e internacionais, quer seja em termos da promoção das atrações turísticas da propriedade ou da vitivinicultura ali praticada. Permite, assim, uma maior projeção no mercado, assim como a expansão das possibilidades de comercialização, além de introduzir novas rendas na unidade de produção no momento em que a insere, de maneira mais

efetiva, às rotas de visitação do Vale. Possivelmente, cantinas legalizadas venham a se unir a Aprovele dentro dos próximos anos, para competir, em condição de maior igualdade, com aquelas que já o são e, aquelas que atualmente operam em condição de ilegalidade, venham a se legalizar, diante das possibilidades de mudanças na legislação em vigor e das possibilidades de intensificação da comercialização.

A Aprovele, contudo, não vem atuando somente em questões relacionadas à indicação de procedência e promoção das empresas, produtos e serviços a ela vinculados. A entidade também vem operando na promoção de profundas modificações locais ao liderar atividades que permitem novos relacionamentos entre diferentes tipos de agentes; geram oportunidades de renda para famílias vitivinícolas, emprego para aquelas que se inserem de outra maneira à dinâmica da produção e acréscimos de riqueza distribuídos localmente; promovem a melhoria da infraestrutura em algumas localidades (como o asfaltamento de algumas das estradas do Vale e o policiamento do território); estimulam o aperfeiçoamento de parte da mão-de-obra; incentivam o desenvolvimento de pesquisas que investigam sobre particularidades da dinâmica local e tecnologias que atendam ao setor vitivinícola; impulsionam ações que reavivam tradições e recuperam a história (como restauração do patrimônio imóvel e trabalhos de resgate histórico); movimentam intercâmbios de tecnologias e de profissionais com outros países; ocasionam, por meio de exigências relacionadas à indicação de procedência e à atividade turística, a preservação ambiental.

Em se tratando da uva comum, que garante a renda da maior parte dos agricultores do Vale dos Vinhedos, também essa começa a ser avaliada por sua qualidade e sua produção controlada pela indústria de transformação. A indústria de transformação já utiliza a graduação de

açúcares e a integridade física dos cachos como parâmetros para estabelecer preços pagos aos viticultores, implanta sistemas computadorizados de controle e rastreamento do produtor, estipula produtos químicos permitidos para o tratamento das videiras e determina práticas de cultivo, colheita e transporte. A tradição local, de obter altas produtividades em detrimento da qualidade das safras, começa a perder espaço e o viticultor precisa se adaptar às novas técnicas de cultivo e a técnicas de pós-colheita.

Apesar das necessidades de adaptação e de incorporação de inovações aos sistemas de produção, as dinâmicas turísticas e de produção vitivinícola que se desenvolvem no Vale ocasionam o surgimento de novas oportunidades de inserção econômica para os agricultores. Outros tipos de associações se tornam possíveis, como as que congregam, organizam e capacitam o conjunto de agentes para atuar em segmentos ainda pouco explorados, em torno da história e tradições locais, em torno da gastronomia e da hotelaria, da produção de sucos, vinhos e outros derivados da uva comum, para aquisição de equipamentos e até mesmo para compra de insumos, já que atualmente os viticultores os adquirem individualmente e, com isso, não conseguem os preços mais vantajosos.

Outra estratégia que poderia ser implementada é a utilização da mão-de-obra dos agricultores em atividades desempenhadas tanto pela Aprovale quanto pelas cantinas a ela vinculadas. Inserir a força de trabalho local de forma mais efetiva à dinâmica que hoje movimenta o Vale, ao menos nos períodos em que as videiras não exigem tanta dedicação, promoveria, além do sentimento de participação, estímulos à perpetuação dos elementos históricos e culturais desse território e dos valores dessa sociedade. Essa participação favoreceria

a todos os segmentos de atividades desenvolvidos no território, uma vez que até mesmo o turismo se beneficia dos recursos históricos, naturais e culturais da região.

Parcerias semelhantes à proposta pela vinícola Miolo, entre indústrias de transformação e viticultores, também poderiam representar alternativas interessantes para o aumento do valor agregado gerado pela viticultura e para a promoção do desenvolvimento local. A indústria, ao atualizar seus sistemas de produção, ofereceria aos mercados nacional e internacional produtos padronizados e de qualidade, por meio da transformação de uma matéria-prima com características definidas, mas também promoveria condições para que os produtores rurais substituíssem suas técnicas de produção e se enquadrassem às novas normas. O agricultor, por seu lado, receberia maior remuneração pela uva produzida e garantiria mercado certo para suas colheitas.

Para inferir sobre os fluxos migratórios até então predominantes, do campo em direção à cidade, sobre a redução de sua intensidade ou mudança de direção, dadas as oportunidades de emprego e renda que se originam no Vale, estudos mais específicos são necessários, que investiguem de forma mais aprofundada a dimensão atual do êxodo, que especulem sobre a real entrada de novos trabalhadores rurais, que questionem sobre as intenções dos jovens e projetem a situação futura. O estacionamento do fluxo de trabalhadores que se apresenta até então predominante e a permissão, por parte da comunidade local, da entrada de uma mão-de-obra externa, atuariam o sentido de melhorar o quadro de envelhecimento do trabalhador da agricultura, no Vale dos Vinhedos. A introdução de mão-de-obra proveniente de outras regiões do estado, trabalhando como parceiros ou arrendatários, muitas vezes sem conhecimento algum das práticas vitícolas, está garantindo a perpetuação das atividades, ameaçando, porém, o

contexto de tradição local à qual a produção das cantinas está vinculada. Atualmente, esse fenômeno também oferece riscos à renovação dos meios de produção da propriedade, já que não mais existem herdeiros interessados em manter a viticultura e os investimentos dessa natureza ficam reduzidos, mesmo havendo parceiros e arrendatários executando as tarefas de viticultura nas unidades familiares.

Por outro lado, como relatam alguns agricultores entrevistados, o êxodo da mão-de-obra jovem parece estar reduzido nos últimos anos. Alguns jovens estão optando por se profissionalizarem em viticultura e enologia e retornarem às propriedades rurais com a intenção de fazê-las prosperar além do que já o são.

Até o momento o que se observa como predominante, porém, é que a atividade vitivinícola não atrai parte da população rural, apesar dos sistemas de produção estarem garantindo a reprodução social das famílias. Na região de Bento Gonçalves, especificamente, o custo de oportunidade do trabalho na indústria, comércio e serviços é atrativo³⁶. A intensa dinâmica do mercado de trabalho e atividades menos penosas, desempenhadas em outros setores, acabam atraindo a força de trabalho rural, principalmente dos mais jovens. Esses fenômenos resultam, no entanto, na elevação da renda individual daqueles que permanecem vinculados à vitivinicultura e, somando esta renda agrícola mais elevada às aposentadorias presentes em

³⁶ De acordo com dados fornecidos pelo Centro da Indústria e Comércio de Bento Gonçalves (2004), sistematizados pelo autor, de um universo de 26.394 trabalhadores, todos responsáveis por domicílios particulares permanentes em Bento Gonçalves, as rendas mensais são assim distribuídas: 6,2% possuem renda de até 1 salário mínimo; 13,5% dispõem de renda entre 1 e 2 salários mínimos; 40% contam com renda entre 2 e 5 salários mínimos; 25,8% têm renda de 5 a 10 salários mínimos e, para 14,5%, a renda é superior a 10 mínimos. Observa-se que a maior parte dos trabalhadores de Bento Gonçalves (65,8%) dispõe de salários mensais que variam entre 2 e 10 mínimos. Comparando essas informações com aquelas apresentadas na coluna “Renda Mensal/UTF (R\$)” da tabela 2, exposta no capítulo 5, e sabendo que o tipo de agricultor predominante no Vale dos Vinhedos é o familiar produtor de uva comum e uva vinífera, cuja renda por trabalhador é de aproximadamente 2 salários mínimos mensais, deduz-se que as rendas oferecidas pelos empregos urbanos realmente exercem atração sobre parte da mão-de-obra do Vale.

muitas das unidades rurais, a perpetuação dos sistemas produtivos é garantida, mesmo sem adequação às inovações propostas pelo conjunto de empresas transformadoras e cantineiros vinculados à associação, impondo dificuldades à implementação de mudanças nas técnicas de produção.

No Vale dos Vinhedos, assim, a intensificação da produção proposta pela Aprovale encontra dificuldades de concretização devido ao êxodo dos trabalhadores jovens, atraídos pelo custo de oportunidade da mão-de-obra em outras atividades localmente desenvolvidas e, por outro lado, pelas rendas que os sistemas de produção mais antigos ainda garantem aos agricultores, permitindo que se perpetuem sem que haja necessidade de introduzir inovações. É possível afirmar, então, que o nível de reprodução social, para o grupo investigado, não corresponde ao salário mínimo. Em outras palavras, para o sistema agrário em questão, o custo de oportunidade do trabalho é superior ao salário mínimo.

Por fim, apesar de muitos cantineiros vinificarem sua própria matéria-prima, existe uma dependência entre a atividade vinícola e a viticultura praticadas no local, que possivelmente venha a se estreitar pela prática de uma vitivinicultura relacionada aos atributos do território, pelas exigências da indústria de transformação e dos mercados consumidores, demandando uma atuação cada vez mais sinérgica por parte de empresários e viticultores. Assim, a relação de parceria, como aquela praticada pela vinícola Miolo, pode representar um referencial a ser seguido por outras cantinas e famílias do Vale.

CONCLUSÃO

No Vale dos Vinhedos, as características agroecológicas condicionaram a ocupação do espaço e as atividades desenvolvidas e desempenharam influência determinante na viticultura praticada e na possibilidade de estabelecimento de uma produção vinícola a partir de videiras européias.

A videira comum aparece na história do território já no princípio de sua ocupação pelo imigrante italiano, que a leva para as regiões por ele colonizadas iniciando cultivos para abastecer as necessidades de seu consumo. A perpetuação da atividade até os dias de hoje, provendo a família viticultora e mantendo produtiva e renovada a unidade de produção, está relacionada às rendas auferidas pela cultura e pela intensidade das atividades vinícola e institucional que se formaram nos arredores, garantindo mercado, provendo as necessidades do setor em pesquisa, normatização e controle e atendendo os trabalhadores da vitivinicultura.

Interações entre condições agroecológicas e fatos históricos promoveram a diferenciação dos agricultores ao longo dos anos, produzindo a diversidade de tipos atualmente observada, fortemente influenciada por condições de acesso às inovações (marcada, sobretudo, pela profissionalização dos agricultores jovens), ao crédito para renovação de parreirais e construção e

equipamento das cantinas e pelas condições topográficas e de insolação dos terrenos das propriedades rurais. No Vale dos Vinhedos coexistem produtores não-viticultores e aqueles exclusivamente viticultores, podendo ser proprietários da terra e dos meios de produção, arrendatários ou parceiros, produtores de uvas comuns ou de uvas comuns e viníferas, mecanizados ou não, cantineiros com seus estabelecimentos não-legalizados, legalizados ou associados a Aprovale.

Compõem a tipologia de agricultores diagnosticada e investigada: produtor familiar de uvas comuns e uvas viníferas; patronal parceiro da vinícola Miolo; familiar proprietário e arrendatário; familiar parceiro proprietário e parceiro não-proprietário; familiar com cantina não-legalizada e familiar com cantina legalizada. Todos os tipos de agricultores praticam sistemas de produção vitícolas capazes de gerar rendas agrícolas que superam o limiar de renovação, ou seja, que ultrapassam o nível de reprodução social. Todos os tipos, portanto, estão tendo condições de se desenvolverem e viabilizarem a renovação do sistema de produção quando adotado, como nível de reprodução social, como limiar de renovação, o valor do salário mínimo nacional mais um décimo terceiro salário por trabalhador, totalizando R\$ 3.900,00. O que se constata, no entanto, é que este patamar de renda não está sendo suficiente para garantir a reprodução social das famílias, uma vez que alguns de seus membros estão buscando, nos empregos urbanos, melhores remunerações.

A geração de valor agregado, pelos tipos de viticultores e pequenos cantineiros, demonstra que tanto a viticultura quanto a vinicultura promovem a geração de acréscimos de riquezas que contribuem para a promoção do desenvolvimento local. Em patamares semelhantes de contribuição, encontram-se: em um nível de menor geração de valor por hectare, os produtores

de uva comum e uva vinífera, os proprietários e arrendatários e os parceiros proprietários e parceiros não-proprietários; em um nível intermediário, em termos de geração de valor agregado por hectare, os cantineiros não-legalizados e os parceiros da vinícola Miolo; por fim, em um nível superior de geração de valor agregado por hectare, as cantinas legalizadas. A vinificação legalizada na unidade de produção familiar, onde se sobressai a produção de vinhos finos, mesmo não sendo estes vinhos portadores de indicação de procedência, mostra-se como sendo a atividade de maior geração de valor agregado e, portanto, como sendo interessante para a sociedade e também para pequeno cantineiro, devido aos níveis de renda atingidos.

A Aprovale surge como entidade que também atua na promoção do desenvolvimento local porque suas iniciativas alteraram estruturas de produção, de organização e de relacionamento, até então vigentes, entre atores locais, sobretudo quando se considera a conquista da indicação de procedência, que exigiu transformações. Ao divulgar o território, os produtos e serviços por ele oferecidos e o trabalho do homem que habita nesse espaço; ao atrair turistas e expandir oportunidades de comercialização; ao contribuir para a preservação da cultura, das tradições e do meio ambiente, as ações favorecidas pela Aprovale, assim como as possibilidades de emprego, renda e geração de riquezas pelas empresas a ela vinculadas, promovem o desenvolvimento do território.

Por outro lado, parte dos vitivinicultores do Vale não é diretamente inserida na dinâmica promovida pelas ações lideradas pela associação e poucos são aqueles que se encontram preparados para obter e explorar a indicação de procedência e usufruir do fluxo turístico que ali ocorre. Nesse espaço onde já existe intensa visitação e demanda por serviços que atendam o setor turístico, surgem novas oportunidades de inserção econômica para as famílias agricultoras que

dispõem de mão-de-obra. Além disso, o reconhecimento nacional e internacional do Vale dos Vinhedos como região tradicionalmente vitivinicultora, onde tradições do imigrante ainda formam a base dos processos produtivos, abre caminho para que novas formas de exploração da matéria-prima ali produzida sejam organizadas e permitam incrementos de renda para um conjunto maior de viticultores.

A uva vinífera, conforme foi possível constatar, encontra condições agroecológicas favoráveis ao seu cultivo apenas em algumas regiões do Vale (nas zonas demarcadas 3 e 4). Além disso, somente em algumas unidades de produção existe mão-de-obra suficiente para obter dela os melhores rendimentos e que justifique investimentos na sua introdução. Nas áreas assim caracterizadas, a uva comum ainda representa a melhor opção em termos de atividade para exploração econômica, o que é ressaltado pelas decisões de agricultores de algumas localidades em substituírem parreirais de *Vitis vinifera* por parreirais constituídos de videiras americanas e híbridas, já que estas também se prestam a uma maior diversidade de processos. Em um futuro próximo, viticultores locais deverão se adaptar cada vez mais às exigências impostas pelas indústrias de transformação, exigências estas que se referem à qualidade das safras que são entregues ao processamento, já que a inserção das empresas locais no mercado internacional demandou a padronização dos produtos.

Este processo de introdução de exigências, de inovações no sistema de produção, quer sejam estas inovações aplicadas aos parreirais, à colheita ou ao transporte da matéria-prima, pode ocasionar novas frustrações por parte do viticultor que, por dificuldades de implementar normas, seja por carência de mão-de-obra, por ausência de uma assistência técnica instrutiva ou por disposição pouco favorável dos terrenos da propriedade em termos de insolação, acabará

recebendo remunerações que desestimulem a cultura e venham até mesmo a intensificar o êxodo. Por essas razões, as modificações que as indústrias de transformação implantarem deverão ser conduzidas com responsabilidade, oferecendo condições para que as famílias viticultoras se adaptem a tais modificações.

A vinificação na unidade de produção familiar, como foi possível verificar, é responsável por uma significativa agregação de renda aos agricultores. Para promover incrementos na renda agrícola, contudo, o produto vinícola elaborado na propriedade rural precisa ter sua comercialização garantida, para que os empreendimentos desse tipo se tornem interessantes. A legalização de estabelecimentos vinícolas em funcionamento ilegal e medidas que venham a estimular a produção e o consumo do vinho nacional, assim como o estímulo às exportações, podem ser medidas de grande importância para aumento do alcance do produto local, bem como para intensificação da comercialização. Estas medidas, por sua vez, ganham maior significado se estiverem embasadas em esforços coletivos, o que intensifica a necessidade de fortalecer o tecido social historicamente construído no Vale dos Vinhedos.

A questão da mão-de-obra surge como limitante para a implantação de atividades econômicas não-agrícolas nas propriedades rurais ou para a renovação dos meios de produção em muitas delas. Inferências seguras sobre a fixação do agricultor a essa região e sobre a reversão das correntes migratórias, melhorando o quadro de envelhecimento do trabalhador da agricultura do Vale dos Vinhedos, exigem investigações mais específicas.

A diversidade socioeconômica encontrada no Vale indica para a necessidade de políticas diferenciadas, que possam prover recursos e atender a interesses distintos, tanto de cantineiros

quanto de agricultores e demais empreendedores. O processo de desenvolvimento atualmente observado no Vale dos Vinhedos, por fim, é resultante das relações que, historicamente, os agricultores deste território mantiveram com o meio natural, com atores econômicos, políticos e sociais, locais e externos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, [s. l.], v. 28, n. 1/3, jan./dez. 1998. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/1999/Agricultura_familiar.pdf> Acesso em: 10 out. 2005.

_____. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. _____, [s. l.], v. 29, n. 1, jan./ago. 1999. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/1999/Agricultura_familiar.pdf> Acesso em: 10 out. 2005.

_____. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, [s. l.], v. IV, n. 2, abr./jun. 2000.

APROVALE. **Indicação de Procedência**. Disponível em: <<http://www.valedosvinhedos.com.br/principal2.htm>> Acesso em 20 out. 2005.

BEDUSCHI FILHO, Luiz Carlos; ABRAMOVAY, Ricardo. **Desafios para a gestão territorial do desenvolvimento sustentável no Brasil**. São Paulo: SOBER, 2003. 23 p.

CAMPAGNOLO, Ivana Coelho. et al. **Monte Belo do Sul constrói sua história**. Porto Alegre: Evangraf, 1996.

CAPRARA, Bernadete Schiavo; LUCHESE, Terciane Ângela. **Bento Gonçalves: História e Memória-Distrito do Vale dos Vinhedos**. Bento Gonçalves: Prefeitura de Bento Gonçalves, Fundação Casa das Artes, Secretaria Municipal de Turismo, Secretaria Municipal de Educação, s.d.

CASAROTTO FILHO, Nelson; PIRES, Luis Henrique. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista de competitividade global com base na experiência italiana**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2001. 173 p.

CEFET BENTO GONÇALVES. **Um pouco da história.** Disponível em: <<http://www.cefetbg.gov.br/>> Acesso em 20 out. 2005.

CENTRO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BENTO GONÇALVES. **Hierarquia sócio-econômica de Bento Gonçalves.** 32. ed. Bento Gonçalves: Arte e Texto Editoração Eletrônica, 2004.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Gobernanza y planificación territorial: para la institucionalización de una práctica de “concertación público-privada”. In: **Documentos y Aportes en Administración Pública.** Santa Fé (AR): Ediciones UNL – Universidad Nacional del Litoral, 2003.

DAL PIZZOL, Rinaldo. A história da uva e do vinho no Rio Grande do Sul – I. **Revista do Vinho,** Bento Gonçalves, v. 4, n. 1, p. 30-26, jan./fev. 1988a.

_____. A história da uva e do vinho no Rio Grande do Sul – II. _____, Bento Gonçalves, v. 5, n. 1, p. 32-30, mar./abr. 1988b.

_____. A história da uva e do vinho no Rio Grande do Sul – III. _____, Bento Gonçalves, v. 6, n. 1, p. 10-9, mai./jun., 1988c.

_____. A história da uva e do vinho no Rio Grande do Sul – X. _____, Bento Gonçalves, v. 13, n. 3, p. 28-26, jul./ago., 1989a.

_____. A história da uva e do vinho no Rio Grande do Sul – XI. _____, Bento Gonçalves, v. 14, n. 3, p. 30-26, set./out., 1989b.

_____. A história da uva e do vinho no Rio Grande do Sul – XII. _____, Bento Gonçalves, v. 15, n. 3, p. 32-39, nov./dez., 1989c.

_____. A história da uva e do vinho no Rio Grande do Sul – XIII. _____, Bento Gonçalves, v. 16, n. 3, p. 34-30, jan./fev., 1990.

DAMA, Remi A. **Aqüicultura e sustentabilidade:** um estudo baseado na análise-diagnóstico da agricultura do município de Ajuricaba-RS. Ijuí: UNIUI, 2006. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2006.

DE BONI, Luis Alberto; COSTA, Rovílio. **Far la Mérica-A presença italiana no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: RIOCELL, 1991. 212 p.

DE PARIS, Assunta (coord.). **A trajetória do comércio de Bento Gonçalves.** Bento Gonçalves: CDL, Sindilojas, 1997.

EVANGELISTA, Francisco Raimundo. **A agricultura familiar no Brasil e no Nordeste.** [s. l.]: Banco do Nordeste do Brasil, Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste-ETENE, 2000. 12 p. Disponível em:

<http://www.bnb.gov.br/Content/Aplicacao/ETENE/rede_irrigacao/Docs/Agricultura%20Familiar%20no%20Brasil%20e%20no%20Nordeste.PDF> Acesso em: 10 out. 2003.

FALCADE, Ivanira; MANDELLI, Francisco (orgs.). et al. **Vale dos Vinhedos – Caracterização Geográfica da Região**. Caxias do Sul: EDUSC, 1999. 144 p.

FAMURS. Disponível em: <http://ww2.famurs.com.br/informacoesMunicipais/salaEntidade.php?acao=A_inicia_sala&codOntologia=32&setPortalIndex=1> Acesso em 21 nov. 2005.

FRANTZ, Telmo Rudi; SILVA NETO, Benedito. A dinâmica dos sistemas agrários e o desenvolvimento rural. In: SILVA NETO, Benedito; BASSO, David (orgs.). **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. 312 p.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 10. ed. rev. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 355 p.

GARCIA FILHO, Danilo Prado. **Guia Metodológico - Diagnóstico de sistemas agrários**. [s.l.]: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO; Ministério Extraordinário de Política Fundiária - MEPF, 1999. 57 p.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. **Processo de industrialização na Zona Italiana: estudo de caso da primeira indústria têxtil do Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

IBGE. **Tabela 202 - População residente por sexo e situação**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?z=t&o=4&i=P>> Acesso em 21 nov. 2005.

IBGE. **Tabela comparativa 1288: censo demográfico de 1940 a 2000 – Brasil e RS**. [s.l.], 2002. 1 p.

IBRAVIN. **O Ibravin**. Disponível em: <<http://www.ibravin.org.br>> Acesso em 21 nov. 2005.

LIMA, Arlindo Prestes de. et al. **Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores**. 3. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. 224 p.

LORENZONI, Júlio. **Memórias de imigrante italiano**. Traduzido por Armida Lorenzoni Parreira. Porto Alegre: Sulina, 1975.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Traduzido por José Luís Godinho. Lisboa: Instituto Piaget, 1998. 520 p.

MELLO, Loiva Maria Ribeiro de. et al. **Cadastro Vitícola**. Bento Gonçalves: IBRAVIN, Embrapa, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2005. CD-ROM.

POLITA, Fabíola Sostmeyer. **Diagnóstico territorial do Vale dos Vinhedos: um estudo de caso.** Florianópolis: UFSC, 2002. 111 p. Monografia de conclusão do curso de graduação em Agronomia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

PRADO JUNIOR, Caio. **História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

RS VIRTUAL. **Tabela I - Classificação dos Estados Brasileiros Segundo o Índice de Desenvolvimento Humano - IPEA.** Disponível em: <<http://www.riogrande.com.br/indicadores/data9.htm>> Acesso em 21 nov. 2005.

SILVA NETO, Benedito. et al. **Procedimentos teórico-metodológicos para estudos de desenvolvimento da agricultura.** [s.l.]: [s.ed.], [s.d.].

SILVA NETO, Benedito; LIMA, Arlindo de Jesus Prestes; BASSO, David. Teoria dos sistemas agrários: uma nova abordagem do desenvolvimento da agricultura. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. anual, n. 4, p. 19-6, jan./dez. 1997.

SILVA NETO, Benedito. Objetivos e aspectos metodológicos dos estudos municipais. In: SILVA NETO, Benedito; BASSO, David (orgs). **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. 312 p.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização.** Traduzido por Ricardo Brinco. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2002. 280 p.

VEIGA, José Eli da. A face territorial do desenvolvimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 28, 1999, Belém. **Anais:** Belém: ANPEC, 1999.

APÊNDICE A - Metodologia

Para obtenção das informações que compõem as análises e conclusões obtidas neste trabalho, realizaram-se, como já foi mencionado, diversas etapas de entrevistas com diferentes atores relacionados à dinâmica territorial.

Na etapa de entrevistas históricas foram ouvidas oito pessoas e algumas informações também buscadas no Museu do Vinho, situado no Vale dos Vinhedos.

Durante as entrevistas técnicas, visando iniciar o conhecimento dos sistemas de produção praticados e auxiliar na construção da pré-tipologia, foram entrevistados 42 agricultores residentes na região delimitada do Vale dos Vinhedos.

No momento seguinte, quando se desenvolveram as entrevistas econômicas, objetivando coletar dados para efetivamente construir a tipologia e encontrar informações quanto à geração de riqueza e renda pelo sistema agrário praticado, 18 entrevistas foram conduzidas, sendo os entrevistados selecionados do universo dos 42 da etapa anterior.

Somam-se a estas entrevistas outras de caráter exploratório realizadas com atores que de alguma forma mantêm interações com a dinâmica do Vale: empresários, professores, comerciantes, funcionários de empresas e profissionais envolvidos com os trabalhos da Aprovale.

Quanto aos cálculos econômicos, propriamente, foram utilizados os preços da uva da safra 2004 e os preços de insumos fornecidos por empresas locais referentes ao ano de 2005. Também os preços de comercialização dos vinhos são aqueles estabelecidos para o ano de 2005. As uvas recebem preços diferenciados, de acordo com o grau de açúcares contidos. O agricultor informou

preços médios recebidos em condições normais de produção e estes é que foram empregados nos cálculos.

O nível de reprodução social (NRS) equivale ao valor do salário mínimo de R\$ 300,00 mensais para 12 meses do ano, mais o décimo terceiro salário (considerando que parte da população agrícola ativa do Vale é formada por adultos ou idosos sem experiência em outras atividades e que, trabalhando fora da agricultura, dificilmente obteriam remuneração superior a esta considerada nos cálculos).

Os preços de máquinas e equipamentos (para determinar os valores das depreciações) são atualizados e, para algumas máquinas e equipamentos não mais produzidos, aplicaram-se preços dos artefatos usados tendo, então, sua duração reduzida para os cálculos.

Para os cálculos de depreciação dos parreirais foram empregadas informações coletadas junto aos agricultores. Para videiras européias, a vida produtiva considerada foi de 15 anos e, para as videiras híbridas e americanas, a duração de 30 anos. Salienta-se que em muitas propriedades é possível encontrar vinhedos centenários ainda em produção. O custo para implantação e manutenção de um parreiral vinífera, nos dois primeiros anos (até que a videira entre em produção), é de R\$ 28.035,55 para um hectare de latada e R\$ 44.192,17 para a mesma área em espaldeira. Para um parreiral de uvas comuns (em latada, portanto), o custo atinge os R\$ 13.035,55 por hectare³⁷.

³⁷ Os parreirais de uvas viníferas se sobressaem, em termos de custo de implantação, em relação aos parreirais de uvas comuns devido ao investimento necessário em mudas, que são importadas. Num hectare de cultivo horizontal são empregadas 2.500 mudas e, nos cultivos verticais, são 3.360. No hectare de européias em espaldeira, portanto, os custos com mudas podem representar até 45,62% do investimento em implantação e manutenção. Além disso, as

As depreciações de instalações partiram de correções feitas sobre o CUB (de R\$ 837,00) para cada tipo de material empregado nas construções (de alvenaria, de madeira ou mista, de zinco, de pedra ou de pedra com alvenaria).

O produto bruto (PB) atingido com as atividades de subsistência é determinado levando em consideração os preços locais de comercialização dos gêneros produzidos, quando as vendas são realizadas entre vizinhos e parentes.

O FUNRURAL³⁸, por sua vez, representa 2,3% do produto bruto estimado pela comercialização da matéria-prima com empresas de transformação ou como fruta para consumo *in natura*.

Quanto aos impostos que incidem sobre a produção vinícola, a taxa utilizada foi de 43%³⁹ do preço de comercialização do produto que sai da cantina (tanto para vinhos comuns quanto para vinhos finos produzidos por empresas legalizadas).

Em se tratando de gastos com mão-de-obra, aquela contratada temporariamente, no período de colheita, geralmente recebe R\$ 30,00 por dia de trabalho. A relação com a mão-de-obra fixa se estabelece ou com pagamento de salário mais uma porcentagem sobre a produção

uvas viníferas requerem maiores tratamentos fitossanitários, que elevam custos com manutenção, em algumas propriedades.

³⁸ Arrecadação destinada ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural.

³⁹ De acordo com informações cedidas pela Uvibra, União Brasileira de Vitivinicultura, na tributação do produto vinícola incidem: ICMS de 17%, quando a comercialização acontece no Rio Grande do Sul; 12%, quando o produto é destinado a comerciantes da região Sudeste, com exceção do Espírito Santo, e 7% quando destinado a comerciantes dos demais estados. O IPI nunca é inferior a 10% e se somam a ele 1,65% de PIS e 7,6% de COFINS. Outros tributos, não-incidentes sobre o preço de venda, como contribuição previdenciária, FGTS, CPMF, Imposto de Renda e contribuição social sobre o lucro líquido ficam estimados em 8,53%.

obtida ou somente com salário fixo. Para os cálculos, porém, consideram-se o pagamento de um salário mínimo, o décimo terceiro e a carteira assinada, totalizando um custo de R\$ 408,75 ao mês para o empregador⁴⁰.

O arrendamento se estabelece em relações de 10 ou 15% do produto das colheitas e, para compor os modelos, considerou-se um pagamento de 12,5% do produto bruto pelo uso das terras.

As parcerias geralmente se instituem, como pôde ser constatado no trabalho a campo, em contratos que fixam 60% do produto bruto para o parceiro proprietário dos meios de produção e 40% para o parceiro não-proprietário, sendo este, inclusive, dispensado de arcar com custos de produção, ou em relações de 50% de lucros e custos para ambos os envolvidos, o que é mais comumente encontrado.

Rendas de origem não-agrícola, como aposentadorias, venda de mão-de-obra, comércio de produtos não-agrícolas, que participam dos rendimentos das famílias, não são consideradas nos cálculos para que por meio destes se verifique, justamente, a capacidade de geração de renda dos sistemas de produção praticados.

⁴⁰ O FGTS, Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, representa 8,00% sobre o salário mínimo de R\$ 300,00; o INSS, arrecadação destinada ao Instituto Nacional de Seguro Social, representa 25,50% e as férias, 2,75%. Totalizam 36,25% do salário mínimo.

APÊNDICE B – Cálculos econômicos

1. Tipo familiar produtor de uva comum e uva vinífera

Caracterização do sistema de produção

Superfície Própria (ha)	8,00
Superfície Arrendada (ha)	0,00
Superfície Total (ha)	8,00
Superfície Agrícola Útil (ha)	6,90
Superfície efetivamente utilizada (ha)	6,90
Unidades de Trabalho Contratadas	0,22
Unidades de Trabalho Familiar	3,00

Cálculo do produto bruto (PB)

Produto bruto das atividades comerciais					
Atividades	Produção total (kg ou l)	Área (ha)	Rendimento (kg/ha)	Preço (R\$)	Valor total (R\$)
Uva comum	99.000,00	4,50	22.000,00	0,40	39.600,00
Uva vinífera	15.000,00	1,50	10.000,00	0,97	14.550,00
Total	114.000,00	6,00	-	-	54.150,00

Produto bruto das atividades de subsistência				
Atividades	Unidade	Produção	Preço (R\$)	Valor total (R\$)
Bovino	kg	200,00	4,00	800,00
Aves	kg	312,00	2,90	904,80
Suíno	kg	240,00	4,00	960,00
Leite	l	3285,00	1,10	3.613,50
Queijo	kg	365,00	7,00	2.555,00
Ovos	dz	180,00	2,00	360,00
Bata doce	kg	30,00	1,00	30,00
Feijão	kg	50,00	1,70	85,00
Mandioca	kg	26,00	0,50	13,00
Amendoim	kg	20,00	2,50	50,00
Abóbora	kg	50,00	0,80	40,00
Uva	kg	70,00	0,42	29,40
Vinho	l	800,00	1,60	1.280,00
Total	-	-	-	10.720,70

Produto bruto total	
Atividades	Valor (R\$)
Produto bruto das atividades comerciais	54.150,00
Produto bruto das atividades de subsistência	10.720,70
Total	64.870,70

Cálculo do consumo intermediário (CI)

Consumo intermediário das atividades comerciais: uva comum e vinífera				Área: 6,00 ha
Insumos	Unidade	Quantidade usada	Preço unitário (R\$)	Valor total (R\$)
NPK 05:30:15	Saco 50 kg	12,00	40,00	480,00
Calcário	Tonelada	12,00	100,00	300,00
Sulfato de cobre	kg	300,00	1,70	510,00
Cal	kg	300,00	0,50	150,00
Dithane	kg	150,00	14,00	2.100,00
Cercobin	Galão 5 l	2,00	250,00	500,00
Fitofos	l	60,00	18,00	1.080,00
Manzate	kg	60,00	15,00	900,00
Formicida em pó (arsênico)	kg	3,00	15,00	45,00
Formicida granulado	kg	4,00	6,00	24,00
Roundap	Galão 5 l	4,00	58,00	232,00
Gramoxone	Galão 5 l	2,00	70,00	140,00
Dormex	l	2,00	75,00	150,00
Vime	kg	250,02	1,20	300,02
Diesel	l	720,00	1,70	1.224,00
Gasolina	l	12,00	2,50	30,00
Manutenção de máquinas e equipamentos	-	-	-	2.000,00
Total	-	-	-	10.165,02
CI/ha	-	-	-	1.694,17

Consumo intermediário das atividades de subsistência				Área: 0,50 ha
Insumos	Unidade	Quantidade usada	Preço unitário (R\$)	Valor total (R\$)
Farelo soja	kg	300,00	1,54	461,54
Milho	kg	1000,00	0,46	460,00
Sementes para horta	-	-	-	20,00
Medicamentos/Vacinas	-	-	-	20,00
Total	-	-	-	990,34
CI/ha	-	-	-	1.980,68

Consumo intermediário total	
Atividades	Valor (R\$)
Consumo intermediário das atividades comerciais	10.165,02
Consumo intermediário das atividades de subsistência	990,34
Total	11.155,36

Cálculo da distribuição do valor agregado (DVA)

Itens	Valor (R\$)
FUNRURAL Uva (2,3% do PB)	1.245,45
ITR	6,15
Sindicato	78,00
Diarista	2.409,30
Total	3.738,90

Cálculo das depreciações (DP)

Depreciação das instalações					
Tipo	Área (m ²)	Valor (R\$/m ²)	Valor total (R\$)	Duração (anos)	Depreciação anual (R\$)
Galpão madeira	60,00	125,55	7.533,00	30,00	225,99
Galpão alvenaria	60,00	209,25	12.555,00	50,00	225,98
Total	-	-	-	-	451,98

Depreciação de máquinas e equipamentos					
Tipo	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)	Duração (anos)	Depreciação anual (R\$)
Trator Agrale 4100 tracionado	1,00	7.000,00	7.000,00	5,00	1.120,00
Pulverizador Jacto 200 l	1,00	2.500,00	2.500,00	12,00	166,67
Lâmina	1,00	1.000,00	1.000,00	15,00	53,33
Roçadeira	1,00	3.500,00	3.500,00	15,00	186,67
Grampo (Pé-de-pato)	1,00	1.600,00	1.600,00	15,00	85,33
Carreta agrícola	1,00	2.000,00	2.000,00	12,00	133,33
Motor	1,00	1.500,00	1.500,00	8,00	150,00
Motor Tobatta	1,00	1.500,00	1.500,00	8,00	150,00
Bomba	1,00	1.500,00	1.500,00	8,00	150,00
Mangueiras	200,00 m	2,00	400,00	5,00	64,00
Canos	150,00 m	2,00	300,00	5,00	48,00
Lava-jato	1,00	800,00	800,00	12,00	53,33
Motosserra	1,00	1.200,00	1.200,00	12,00	80,00
Pulverizador costal manual	2,00	100,00	200,00	12,00	13,33
Caixas de colheita	370,00	30,00	11.100,00	8,00	1.110,00
Tesoura de poda nacional	3,00	30,00	90,00	5,00	14,40
Tesoura de poda importada	3,00	150,00	450,00	7,00	51,43
Tuc-tuc ⁽¹⁾	1,00	25.000,00	25.000,00	15,00	1.333,33
Total	-	-	-	-	4.963,16

(1) Veículo utilizado para transportar a uva, formado pelo conjunto carreta agrícola e motor.

Depreciação de máquinas e equipamentos de cantina					
Tipo	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)	Duração (anos)	Depreciação anual (R\$)
Pipa madeira 200 l	4,00	290,00	1160,00	30,00	30,93
Pipa madeira 1.200 l	1,00	1.320,00	1.320,00	30,00	35,20
Pipa madeira 1.300 l	1,00	1.430,00	1.430,00	30,00	38,13
Pipa madeira 1.700 l	1,00	1.500,00	1.500,00	30,00	40,00
Mangueira	3,00 m	22,00	66,00	10,00	5,28
Total	-	-	-	-	149,55

Depreciação do parreiral					
Tipo	Área total (ha)	Valor/ha (R\$)	Valor total (R\$)	Duração (anos)	Depreciação anual (R\$)
Parreiral comum latada	4,50	13.035,55	586.509,98	30,00	15.640,27
Parreiral vinífera latada	1,50	28.035,55	42.053,33	15,00	2.242,84
Total	-	-	-	-	17.883,11

Depreciação anual total	
Tipo	Valor (R\$)
Depreciação das instalações	451,98
Depreciação de máquinas e equipamentos	4.963,16
Depreciação de máquinas e equipamentos da cantina	149,55
Depreciação do parreiral	17.883,11
Total	23.447,80

Síntese dos resultados econômicos globais

UTF	3,00	UTC	0,22	SAU	6,90
Itens		Total		Ha	%
Produto Bruto		64.870,70		9.401,55	100%
Consumo Intermediário		11.155,36		1.616,72	17,20
Valor Agregado Bruto		53.715,34		7.784,83	82,80
Depreciação Total		23.447,80		3.398,23	36,15
Valor Agregado Líquido		30.267,54		4.386,60	46,66
Distribuição do Valor Agregado		3.738,90		541,87	5,76
Renda Agrícola		26.528,64		3.844,73	40,89
Valor Agregado por unidade de trabalho		9.399,86		-	-
Valor Agregado por unidade de área		4.386,60		-	-
Remuneração do Trabalho Familiar		8.842,88			

Quadro síntese dos resultados econômicos por atividade

Atividade	Área (ha)	PB (R\$)	CI (R\$)	VAB total (R\$)	VAB/ha (R\$)
Uva comum	4,50	39.600,00	7.623,77	3.1976,23	7.105,83
Uva vinífera	1,50	14.550,00	2.541,26	12.008,74	8.005,83
Subsistência	0,90	10.720,70	990,34	9.730,36	10.811,51
Total	6,90	64.870,70	11.155,36	53.715,34	7.784,83

Cálculo de Distribuição do Valor Agregado Proporcional (DVAP), Distribuição do Valor Agregado não Proporcional (DVAnP), Depreciação Proporcional (DP) e Depreciação não Proporcional (DnP)

Distribuição do Valor Agregado Proporcional (DVAP) (Salário de diarista + FUNRURAL)		
Total (R\$)	Uva comum (R\$)	Uva vinífera (R\$)
	4,50 ha	1,50 ha
3.654,75	2.741,06	913,69

Distribuição do Valor Agregado não Proporcional (DVAnP) (Impostos + Salários fixos + ITR + Sindicato)		
Total (R\$)	Uva comum (R\$)	Uva vinífera (R\$)
84,15	0,00	0,00

Depreciação Proporcional (DP) (Depreciação do parreiral + Depreciação das pipas)		
Total (R\$)	Uva comum (R\$)	Uva vinífera (R\$)
	4,50 ha	1,50 ha
17.883,11	15.640,27	2.242,84

Depreciação não Proporcional (DnP) (Depreciação de máquinas e equipamentos + Depreciação de instalações + Depreciação da cantina + Depreciação dos demais equipamentos de cantina)		
Total (R\$)	Uva comum (R\$)	Uva vinífera (R\$)
5.564,69	0,00	0,00

Cálculo do coeficiente angular (a) e do coeficiente linear (b)

$a = PB - CI - DP - DVAP/SAU$	4.663,40
$b = (DnP + DVAnP)/UTF$	1.882,95

Modelo global da renda

$y = ax + b$	
$a = PB - CI - DP - DVAP/SAU$	4.663,40
$x = SAU/UTF$	2,30
$b = (DnP + DVAnP)/UTF$	1.882,95
NRS (R\$)	3.900,00

Modelo de composição da renda

$y = ax + b$					
Atividades	$a = RA \text{ marginal}$	$x = SAU/UTF$	$b = (DnP+DVAnP)/UTF$	Saldo ($ax-b$)	Acumulado
Subsistência	10811,51	0,30	1882,95	1360,51	1360,51
Uva comum	3021,09	1,50	0,00	4531,63	5892,14
Uva vinífera	5901,48	0,50	0,00	2950,74	8842,88

Dados de origem do gráfico de composição da renda

SAU/UTF (x)	Subsistência	Uva comum	Uva vinífera	NRS
0,00	-1.882,95			3.900,00
0,30	1.360,51	1.360,51		3.900,00
1,80		5.892,14	5.892,14	3.900,00
2,30			8.842,88	3.900,00

2. Tipo patronal parceiro da vinícola Miolo

Caracterização do sistema de produção

Superfície Própria (ha)	12,00
Superfície Arrendada (ha)	0,00
Superfície Total (ha)	12,00
Superfície Agrícola Útil (ha)	7,50
Superfície efetivamente utilizada (ha)	7,50
Unidades de Trabalho Contratadas	1,11
Unidades de Trabalho Familiar	3,00

Cálculo do produto bruto (PB)

Produto bruto das atividades comerciais					
Atividades	Produção total (kg ou l)	Área (ha)	Rendimento (kg/ha)	Preço (R\$)	Valor total (R\$)
Uva comum	36.000,00	1,50	24.000	0,42	15.120,00
Uva vinífera	66.000,00	5,50	12.000	1,30	85.800,00
Total	102.000,00	7,00	-	-	100.920,00

Produto bruto das atividades de subsistência				
Atividades	Unidade	Produção	Preço (R\$)	Valor total (R\$)
Suíno	kg	320,00	4,00	1.280,00
Bata doce	kg	20,00	1,00	20,00
Mandioca	kg	20,00	0,50	10,00
Uva	kg	100,00	0,42	42,00
Vinho	l	1.500,00	1,60	2.400,00
Total	-	-	-	3.752,00

Produto bruto total	
Atividades	Valor (R\$)
Produto bruto das atividades comerciais	100.920,00
Produto bruto das atividades de subsistência	3.752,00
Total	104.672,00

Cálculo do consumo intermediário (CI)

Consumo intermediário das atividades comerciais: uva comum e vinífera				Área: 7,00 ha
Insumos	Unidade	Quantidade usada	Preço unitário (R\$)	Valor total (R\$)
Calcário	Tonelada	35,00	100,00	875,00
Sulfato de cobre	kg	30,00	1,70	51,00
Cal	kg	30,00	0,50	15,00
Sulfato pronto	kg	35,00	2,08	72,80
Dithane	kg	90,00	14,00	1.260,00
Cercobin	Galão 5 l	2,00	250,00	500,00
Delan	kg	7,00	135,00	945,00
Folicur	kg	7,00	121,00	847,00
Folpan	kg	40,00	23,00	920,00
Midas	kg	10,00	49,00	490,00
Kumulus	kg	28,00	8,00	224,00
Fitofos	l	42,00	18,00	756,00
Fosfitos	l	60,00	18,00	1.080,00
Manzate	kg	100,00	15,00	1.500,00
Positron	kg	30,00	40,00	1.200,00
Roundap	Galão 5 l	7,00	58,00	406,00
Gramoxone	Galão 5 l	1,00	70,00	70,00
Gramoxil	l	1,00	33,00	33,00
Dormex	l	9,00	75,00	675,00
Óleo mineral	l	50,00	10,00	500,00
Vime	kg	400,00	1,20	480,00
Diesel	l	800,00	1,70	1.360,00
Gasolina	l	80,00	2,50	200,00
Manutenção de máquinas e equipamentos	-	-	-	1.000,00
Espalhante	l	1,00	140,00	140,00
Cialex	kg	2,00	100,00	200,00
Adubo foliar	Galão 5 l	2,00	130,00	260,00
Calda sulfocálcica	Balde 20 l	2,00	35,00	70,00
Total	-	-	-	16.129,80
CI/ha	-	-	-	2.304,26

Consumo intermediário das atividades de subsistência				Área: 0,50 ha
Insumos	Unidade	Quantidade usada	Preço unitário (R\$)	Valor total (R\$)
Batata semente	kg	-	-	50,00
Concentrado	kg	100,00	1,00	100,00
Sementes para horta	-	-	-	30,00
Total	-	-	-	230,00
CI/ha	-	-	-	460,00

Consumo intermediário total	
Atividades	Valor (R\$)
Consumo intermediário das atividades comerciais	16.129,80
Consumo intermediário das atividades de subsistência	230,00
Total	16.359,80

Cálculo da distribuição do valor agregado (DVA)

Itens	Valor (R\$)
FUNRURAL Uva (2,3% do PB)	2.321,16
ITR	10,00
Sindicato	78,00
Diarista	1.200,00
Empregado fixo	5.200
Total	8.809,16

Cálculo das depreciações (DP)

Depreciação das instalações					
Tipo	Área (m ²)	Valor (R\$/m ²)	Valor total (R\$)	Duração (anos)	Depreciação anual (R\$)
Galpão alvenaria	100,00	209,25	20.925,00	50,00	376,65
Galpão alvenaria	90,00	209,25	18.832,50	50,00	338,99
Total	-	-	-	-	715,64

Depreciação de máquinas e equipamentos					
Tipo	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)	Duração (anos)	Depreciação anual (R\$)
Trator Yanmar 1045	1,00	15.000,00	15.000,00	5,00	2.400,00
Trator Massey F. 35	1,00	13.000,00	13.000,00	5,00	2.080,00
Pulverizador Jacto 300 l	1,00	2.500,00	2.500,00	12,00	166,67
Grade	1,00	8.000,00	8.000,00	15,00	426,67
Lâmina	1,00	1.000,00	1.000,00	15,00	53,33
Enxada rotativa	1,00	7.500,00	7.500,00	15,00	400,00
Motor	1,00	1.500,00	1.500,00	8,00	150,00
Bomba	1,00	1.500,00	1.500,00	8,00	150,00
Mangueiras	300,00 m	2,00	600,00	5,00	96,00
Motosserra	1,00	1.200,00	1.200,00	12,00	80,00
Roçadeira manual	1,00	1.300,00	1.300,00	12,00	86,67
Caixas de colheita	400,00	30,00	12.000,00	8,00	1.200,00
Tesoura de poda importada	4,00	150,00	600,00	7,00	68,57
Total	-	-	-	-	2.877,90

Depreciação do parreiral					
Tipo	Área total (ha)	Valor/ha (R\$)	Valor total (R\$)	Duração (anos)	Depreciação anual (R\$)
Parreiral comum latada	1,50	13.035,55	19.553,33	30,00	521,42
Parreiral vinífera latada	4,80	28.035,55	134.570,65	15,00	7.177,10
Parreiral vinífera espaldeira	0,70	44.192,17	30.934,52	15,00	1.649,84
Total	-	-	-	-	9.348,36

Depreciação anual total	
Tipo	Valor (R\$)
Depreciação das instalações	715,64
Depreciação de máquinas e equipamentos	2.877,90
Depreciação de máquinas e equipamentos da cantina	0,00
Depreciação do parreiral	9.348,36
Total	12.941,90

Síntese dos resultados econômicos globais

UTF	3,00	UTC	1,11	SAU	7,50
Itens	Total		Ha	%	
Produto Bruto	104.672,00		139.56,27	100%	
Consumo Intermediário	16.359,80		21.81,31	15,63	
Valor Agregado Bruto	88.312,20		11.774,96	84,37	
Depreciação Total	12.941,90		1.725,59	12,36	
Valor Agregado Líquido	75.370,30		10.049,37	72,01	
Distribuição do Valor Agregado	8.809,16		1.174,55	8,42	
Renda Agrícola	66.561,14		8.874,82	63,59	
Valor Agregado por unidade de trabalho	18.338,27		-	-	
Valor Agregado por unidade de área	10.049,40		-	-	
Remuneração do Trabalho Familiar	22.187,25				

Quadro síntese dos resultados econômicos por atividade

Atividade	Área (ha)	PB (R\$)	CI (R\$)	VAB total (R\$)	VAB/ha (R\$)
Uva comum	1,50	15.120,00	3.456,39	11.663,61	7.775,74
Uva vinífera	5,50	85.800,00	12.673,41	73.126,59	13.295,74
Subsistência	0,50	3.752,00	230,00	3.522,00	7.044,00
Total	7,50	104.672,00	16.359,8	88.312,20	28.115,49

Cálculo de Distribuição do Valor Agregado Proporcional (DVAP), Distribuição do Valor Agregado não Proporcional (DVAnP), Depreciação Proporcional (DP) e Depreciação não Proporcional (DnP)

Distribuição do Valor Agregado Proporcional (DVAP) (Salário de diarista + FUNRURAL)		
Total (R\$)	Uva comum (R\$)	Uva vinífera (R\$)
	1,50 ha	5,50 ha
3.521,16	754,53	2.766,63

Distribuição do Valor Agregado não Proporcional (DVAnP) (Impostos + Salários fixos + ITR + Sindicato)		
Total (R\$)	Uva comum (R\$)	Uva vinífera (R\$)
5.288,00	0,00	0,00

Depreciação Proporcional (DP) (Depreciação do parreiral + Depreciação das pipas)		
Total (R\$)	Uva comum (R\$)	Uva vinífera (R\$)
	1,50 ha	5,50 ha
9.348,36	521,42	8.826,94

Depreciação não Proporcional (DnP) (Depreciação de máquinas e equipamentos + Depreciação de instalações + Depreciação da cantina + Depreciação dos demais equipamentos da cantina)		
Total (R\$)	Uva comum (R\$)	Uva vinífera (R\$)
3.593,54	0,00	0,00

Cálculo do coeficiente angular (a) e do coeficiente linear (b)

$a = PB - CI - DP - DVAP/SAU$	10.059,02
$b = (DnP + DVAnP)/UTF$	2.371,57

Modelo global da renda

$y = ax + b$	
$a = PB - CI - DP - DVAP/SAU$	10.059,02
$x = SAU/UTF$	2,50
$b = (DnP + DVAnP)/UTF$	2.371,57
NRS (R\$)	3.900,00

Modelo de composição da renda

$y = ax + b$					
Atividades	$a = RA \text{ marginal}$	$x = SAU/UTF$	$b = (DnP+DVAnP)/UTF$	Saldo (ax-b)	Acumulado
Subsistência	7.044,00	0,17	2.960,51	- 1786,51	- 1786,51
Uva comum	6925,11	0,50	0,00	3462,55	1676,04
Uva vinífera	11187,82	1,83	0,00	20511,01	22187,05

Dados de origem do gráfico de composição da renda

SAU/UTF (x)	Subsistência	Uva comum	Uva vinífera	NRS
0,00	-2.960,51			3.900,00
0,17	-1.786,51	-1.786,51		3.900,00
0,67		1.676,04	1.676,04	3.900,00
2,50			22.187,05	3.900,00

3. Tipo familiar proprietário e arrendatário

Caracterização do sistema de produção

Superfície Própria (ha)	6,00
Superfície Arrendada (ha)	3,70
Superfície Total (ha)	9,70
Superfície Agrícola Útil (ha)	7,00
Superfície efetivamente utilizada (ha)	7,00
Unidades de Trabalho Contratadas	0,16
Unidades de Trabalho Familiar	2,00
Arrendamento	12,50% do PB

Cálculo do produto bruto (PB)

Produto bruto das atividades comerciais					
Atividades	Produção total (kg ou l)	Área (ha)	Rendimento (kg/ha)	Preço (R\$)	Valor total (R\$)
Uva comum	110.000,00	5,00	22.000,00	0,42	46.200,00
Total	110.000,00	5,00	-	-	46.200,00

Produto bruto das atividades de subsistência				
Atividades	Unidade	Produção	Preço (R\$)	Valor total (R\$)
Aves	kg	120,00	2,90	348,00
Leite	l	1.550,00	1,10	1.705,00
Queijo	kg	210,00	7,00	1.470,00
Ovos	dz	400,00	2,00	800,00
Mandioca	kg	40,00	0,50	20,00
Abóbora	kg	20,00	0,80	16,00
Uva	kg	50,00	0,42	21,00
Vinho	l	800,00	1,60	1.280,00
Total	-	-	-	5.660,00

Produto bruto total	
Atividades	Valor (R\$)
Produto bruto das atividades comerciais	46.200,00
Produto bruto das atividades de subsistência	5.660,00
Total	51.860,00

Cálculo do consumo intermediário (CI)

Consumo intermediário das atividades comerciais: uva comum				Área: 5,00 ha
Insumos	Unidade	Quantidade usada	Preço unitário (R\$)	Valor total (R\$)
Supertriplo	Saco 50 kg	25,00	40,00	1.000,00
Sulfato de cobre	kg	400,00	1,70	680,00
Cal	kg	400,00	0,50	200,00
Dithane	kg	35,00	14,00	490,00
Cercobin	Galão 5 l	2,00	250,00	500,00
Formicida pó (arsênico)	kg	2,00	15,00	30,00
Formicida granulado	kg	2,00	6,00	12,00
Roundap	Galão 5 l	4,00	58,00	232,00
Diesel	l	600,00	1,70	1.020,00
Gasolina	l	50,00	2,50	125,00
Manutenção de máquinas e equipamentos	-	-	-	1.000,00
Total	-	-	-	5.289,00
CI/ha	-	-	-	1.057,80

Consumo intermediário das atividades de subsistência				Área: 1,00 ha
Insumos	Unidade	Quantidade usada	Preço unitário (R\$)	Valor total (R\$)
Farelo de soja	kg	350,00	1,54	538,46
Ração	kg	300,00	0,50	150,00
Milho	kg	1600,00	0,46	736,00
Sementes para horta	-	-	-	30,00
Medicamentos/Vacinas	-	-	-	50,00
Pintos	Unidade	40,00	1,10	44,00
Coalho	Potes	-	7,00	0,00
Sal	kg	50,00	1,53	76,50
Total	-	-	-	1.785,96
CI/ha	-	-	-	1.785,96

Consumo intermediário total	
Atividades	Valor (R\$)
Consumo intermediário das atividades comerciais	5.289,00
Consumo intermediário das atividades de subsistência	1.785,96
Total	7.074,96

Cálculo da distribuição do valor agregado (DVA)

Itens	Valor (R\$)
FUNRURAL Uva (2,3% do PB)	1.062,60
ITR	10,00
Cadastro vitícola	10,00
Diarista	1.800,00
Arrendamento	5.775,00
Total	8.657,60

Cálculo das depreciações (DP)

Depreciação das instalações					
Tipo	Área (m ²)	Valor (R\$/m ²)	Valor total (R\$)	Duração (anos)	Depreciação anual (R\$)
Galpão misto	160,00	167,40	26.784,00	40,00	602,64
Total	-	-	-	-	602,64

Depreciação de máquinas e equipamentos					
Tipo	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)	Duração (anos)	Depreciação anual (R\$)
Trator Agrale 4200	1,00	7.000,00	7.000,00	5,00	1.120,00
Pulverizador Jacto 200 l	1,00	2.500,00	2.500,00	12,00	166,67
Grade	1,00	8.000,00	8.000,00	15,00	426,67
Enxada rotativa	1,00	7.500,00	7.500,00	15,00	400,00
Grampo (Pé-de-pato)	1,00	1.600,00	1.600,00	15,00	85,33
Carreta agrícola	1,00	2.000,00	2.000,00	12,00	133,33
Motor	1,00	1.500,00	1.500,00	8,00	150,00
Bomba	1,00	1.500,00	1.500,00	8,00	150,00
Mangueiras	150,00 m	2,00	300,00	5,00	48,00
Lava-jato	1,00	800,00	800,00	12,00	53,33
Motosserra	1,00	1.200,00	1.200,00	12,00	80,00
Pulverizador costal manual	1,00	100,00	100,00	12,00	6,67
Caixas de colheita	380,00	30,00	11.400,00	8,00	1.140,00
Tesoura de poda nacional	3,00	30,00	90,00	5,00	14,40
Tesoura de poda importada	2,00	150,00	300,00	7,00	34,29
Total	-	-	-	-	4.008,69

Depreciação de máquinas e equipamentos de cantina					
Tipo	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)	Duração (anos)	Depreciação anual (R\$)
Pipa polipropileno 200 l	3,00	195,00	585,00	30,00	15,60
Pipa polipropileno 250 l	4,00	220,00	880,00	30,00	23,47
Total	-	-	-	-	39,07

Depreciação do parreiral					
Tipo	Área total (ha)	Valor/ha (R\$)	Valor total (R\$)	Duração (anos)	Depreciação anual (R\$)
Parreiral comum latada	5,00	13.035,55	65.177,76	30,00	1.738,07
Total	-	-	-	-	1.738,07

Depreciação anual total	
Tipo	Valor (R\$)
Depreciação das instalações	602,64
Depreciação de máquinas e equipamentos	4.008,69
Depreciação de máquinas e equipamentos da cantina	39,07
Depreciação do parreiral	1.738,07
Total	6.388,47

Síntese dos resultados econômicos globais

UTF	2,00	UTC	0,16	SAU	7,00
Itens	Total		Ha	%	
Produto Bruto	51.860,00		7.408,57	100%	
Consumo Intermediário	7.074,96		1.010,71	13,64	
Valor Agregado Bruto	44.785,04		6.397,86	86,36	
Depreciação Total	6.388,47		912,64	12,32	
Valor Agregado Líquido	38.396,57		5.485,22	74,04	
Distribuição do Valor Agregado	8.657,60		1.236,80	16,69	
Renda Agrícola	29.738,97		4.248,42	57,34	
Valor Agregado por unidade de trabalho	17.740,19		-	-	
Valor Agregado por unidade de área	5.485,22		-	-	
Remuneração do Trabalho Familiar	14.869,49				

Quadro síntese dos resultados econômicos por atividade

Atividade	Área (ha)	PB (R\$)	CI (R\$)	VAB total (R\$)	VAB/ha (R\$)
Uva comum	5,00	46.200,00	5.289,00	40.911,00	8.182,20
Subsistência	1,00	5.660,00	1.785,96	3.874,04	3.874,04
Total	6,00	51.860,00	7.074,96	44.785,04	7.464,17

Cálculo de Distribuição do Valor Agregado Proporcional (DVAP), Distribuição do Valor Agregado não Proporcional (DVAnP), Depreciação Proporcional (DP) e Depreciação não Proporcional (DnP)

Distribuição do Valor Agregado Proporcional (DVAP) (Salário de diarista + FUNRURAL)	
Total (R\$)	Uva comum (R\$)
	5,00 ha
8.637,60	8.637,60

Distribuição do Valor Agregado não Proporcional (DVAnP) (Impostos + Salários fixos + ITR + Sindicato)	
Total (R\$)	Uva comum (R\$)
20,00	0,00

Depreciação Proporcional (DP) (Depreciação do parreiral + Depreciação das pipas)	
Total (R\$)	Uva comum (R\$)
1.777,14	1.777,14

Depreciação não Proporcional (DnP) (Depreciação de máquinas e equipamentos + Depreciação de instalações + Depreciação da cantina + Depreciação dos demais equipamentos da cantina)	
Total (R\$)	Uva comum (R\$)
4.611,33	4.611,33

Cálculo do coeficiente angular (a) e do coeficiente linear (b)

$a = PB - CI - DP - DVAP/SAU$	4.910,04
$b = (DnP + DVAnP)/UTF$	2.315,66

Modelo global da renda

$y = ax + b$	
$a = PB - CI - DP - DVAP/SAU$	4.910,04
$x = SAU/UTF$	3,50
$b = (DnP + DVAnP)/UTF$	2.315,66
NRS (R\$)	3.900,00

Modelo de composição da renda

$y = ax + b$					
Atividades	$a = RA \text{ marginal}$	$x = SAU/UTF$	$b = (DnP + DVAnP)/UTF$	Saldo (ax-b)	Acumulado
Subsistência	3.874,04	0,50	2.315,66	- 378,64	- 378,64
Uva comum	6.099,25	2,50	0,00	15.248,13	14.869,49

Dados de origem do gráfico de composição da renda

SAU/UTF (x)	Subsistência	Uva comum	NRS
0,00	-2.315,66		3.900,00
0,50	-378,64	-378,64	3.900,00
3,00		14.869,49	3.900,00

4. Tipo familiar parceiro proprietário e parceiro não-proprietário

Caracterização do sistema de produção

Superfície Própria (ha)	20,00
Superfície Arrendada (ha)	0,00
Superfície Total (ha)	20,00
Superfície Agrícola Útil (ha)	5,50
Superfície efetivamente utilizada (ha)	5,50
Unidades de Trabalho Contratadas	0,11
Unidades de Trabalho Familiar	2,00
Parceria	50,00% do PB

Cálculo do produto bruto (PB)

Produto bruto das atividades comerciais					
Atividades	Produção total (kg ou l)	Área (ha)	Rendimento (kg/ha)	Preço (R\$)	Valor total (R\$)
Uva comum	66.000,00	3,00	22.000,00	0,39	25.740,00
Uva vinífera	15.000,00	1,50	10.000,00	0,70	10.500,00
Total	81.000,00	4,50	-	-	36.240,00

Produto bruto das atividades de subsistência				
Atividades	Unidade	Produção	Preço (R\$)	Valor total (R\$)
Aves	kg	75,00	2,90	217,50
Suíno	kg	80,00	4,00	320,00
Ovos	dz	1.000,00	2,00	2.000,00
Batata doce	kg	50,00	1,00	50,00
Feijão	kg	25,00	1,70	42,50
Mandioca	kg	25,00	0,50	12,50
Amendoim	kg	20,00	2,50	50,00
Abóbora	kg	15,00	0,80	12,00
Uva	kg	50,00	0,42	21,00
Vinho	l	300,00	1,60	480,00
Total	-	-	-	3.205,50

Produto bruto total	
Atividades	Valor (R\$)
Produto bruto das atividades comerciais	36.240,00
Produto bruto das atividades de subsistência	3.205,50
Total	39.445,50

Cálculo do consumo intermediário (CI)

Consumo intermediário das atividades comerciais: uva comum e uva vinífera				Área: 4,50 ha
Insumos	Unidade	Quantidade usada	Preço unitário (R\$)	Valor total (R\$)
NPK 10:15:30	Saco 50 kg	27,00	40,00	1.080,00
Calcário	Tonelada	9,00	100,00	225,00
Sulfato de cobre	kg	72,00	1,70	122,40
Cal	kg	540,00	0,50	270,00
Cercobin	Galão 5 l	2,00	250,00	500,00
Curzate	kg	36,00	25,00	900,00
Formicida pó (arsênico)	kg	5,00	15,00	75,00
Formicida granulado	kg	5,00	6,00	30,00
Roundap	Galão 5 l	4,00	58,00	232,00
Dormex	l	1,00	75,00	75,00
Óleo mineral	l	1,00	10,00	10,00
Vime	kg	100,00	1,20	120,00
Diesel	l	130,00	1,70	221,00
Gasolina	l	75,00	2,50	187,50
Manutenção de máquinas e equipamentos	-	-	-	1000,00
Total	-	-	-	5.047,90
CI/ha	-	-	-	1.121,76

Consumo intermediário das atividades de subsistência				Área: 1,00 ha
Insumos	Unidade	Quantidade usada	Preço unitário (R\$)	Valor total (R\$)
Farelo de soja	kg	240,00	1,54	369,23
Concentrado	kg	240,00	1,00	240,00
Ração	kg	150,00	0,50	75,00
Uréia	kg	100,00	1,00	100,00
Sementes para horta	-	-	-	30,00
Pintos	Unidade	30,00	1,10	33,00
Coalho	Potes		7,00	0,00
Sal	kg	50,00	1,53	76,50
Total	-	-	-	1.118,73
CI/ha	-	-	-	1.118,73

Consumo intermediário total	
Atividades	Valor (R\$)
Consumo intermediário das atividades comerciais	5.047,90
Consumo intermediário das atividades de subsistência	1.118,73
Total	6.166,63

Cálculo da distribuição do valor agregado (DVA)

Itens	Valor (R\$)
FUNRURAL Uva (2,3% do PB)	833,52
ITR	24,00
Sindicato	360,00
Diarista	1.200,00
Total	2.417,52

Cálculo das depreciações (DP)

Depreciação das instalações					
Tipo	Área (m ²)	Valor (R\$/m ²)	Valor total (R\$)	Duração (anos)	Depreciação anual (R\$)
Galpão madeira	35,00	125,55	4.394,25	30,00	131,83
Galpão madeira	30,00	125,55	3.766,50	30,00	113,00
Galpão madeira	20,00	125,55	2.511,00	30,00	75,33
Porão alvenaria	60,00	209,25	12.555,00	50,00	225,99
Total	-	-	-	-	546,14

Depreciação de máquinas e equipamentos					
Tipo	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)	Duração (anos)	Depreciação anual (R\$)
Trator Agrale 4100 não-tracionado	1,00	5.000,00	5.000,00	5,00	800,00
Roçadeira	1,00	3.500,00	3.500,00	15,00	186,67
Carreta agrícola	1,00	2.000,00	2.000,00	12,00	133,33
Motor	1,00	1.500,00	1.500,00	8,00	150,00
Bomba	1,00	1.500,00	1.500,00	8,00	150,00
Mangueiras	300,00 m	2,00	600,00	5,00	96,00
Canos	320,00 m	2,00	640,00	5,00	102,40
Motosserra	1,00	1.200,00	1.200,00	12,00	80,00
Roçadeira manual	1,00	1.300,00	1.300,00	12,00	86,67
Pulverizador costal manual	1,00	100,00	100,00	12,00	6,67
Caixas de colheita	395,00	30,00	11.850,00	8,00	1.185,00
Camionete F 4000	1,00	70.000,00	70.000,00	20,00	2.800,00
Tesoura de poda nacional	3,00	30,00	90,00	5,00	14,40
Total	-	-	-	-	5.791,13

Depreciação de máquinas e equipamentos de cantina					
Tipo	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)	Duração (anos)	Depreciação anual (R\$)
Pipa madeira 100 l	1,00	190,00	190,00	30,00	5,07
Pipa madeira 150 l	0,00	285,00	0,00	30,00	0,00
Pipa madeira 200 l	0,00	290,00	0,00	30,00	0,00
Pipa madeira 300 l	1,00	480,00	480,00	30,00	12,80
Pipa madeira 500 l	1,00	550,00	550,00	30,00	14,67
Pipa madeira 600 l	1,00	650,00	650,00	30,00	17,33
Mangueira	10,00 m	22,00	220,00	10,00	17,60
Total	-	-	-	-	67,47

Depreciação do parreiral					
Tipo	Área total (ha)	Valor/ha (R\$)	Valor total (R\$)	Duração (anos)	Depreciação anual (R\$)
Parreiral comum latada	3,00	13.035,55	391.006,65	30,00	10.426,84
Parreiral vinífera latada	1,50	28.035,55	42.053,33	15,00	2.242,84
Total	-	-	-	-	12.669,69

Depreciação anual total	
Tipo	Valor (R\$)
Depreciação das instalações	546,14
Depreciação de máquinas e equipamentos	5.791,13
Depreciação de máquinas e equipamentos da cantina	67,47
Depreciação do parreiral	12.669,69
Total	19.074,43

Síntese dos resultados econômicos globais

UTF	2,00	UTC	0,11	SAU	5,50
Itens	Total		Ha	%	
Produto Bruto	39.445,50		7.171,91	100%	
Consumo Intermediário	6.166,63		1.121,21	15,63	
Valor Agregado Bruto	33.278,87		6.050,70	84,37	
Depreciação Total	19.074,43		3.468,08	48,36	
Valor Agregado Líquido	14.204,44		2.582,63	36,01	
Distribuição do Valor Agregado	2.417,52		439,55	6,13	
Renda Agrícola do parceiro proprietário com depreciações	- 3.643,76		- 662,50	- 9,24	
Renda Agrícola do parceiro proprietário sem depreciações	15.430,67		-	-	
Valor Agregado por unidade de trabalho	6.733,27		-	-	
Valor agregado por unidade de área	2.582,63		-	-	
Renda Agrícola do parceiro não-proprietário	15.430,67		-	-	
Remuneração do Trabalho Familiar do parceiro não-proprietário	7.715,34		-	-	

Quadro síntese dos resultados econômicos por atividade

Atividade	Área (ha)	PB (R\$)	CI (R\$)	VAB total (R\$)	VAB/ha (R\$)
Uva comum	3,00	25.740,00	3.365,27	22.374,73	7.458,24
Uva vinífera	1,50	10.500,00	1.682,63	8.817,37	5.878,24
Subsistência	1,00	3.205,50	1.118,73	2.086,77	2.086,77
Total	5,50	39.445,50	6.166,63	33.278,87	6.050,70

Cálculo de Distribuição do Valor Agregado Proporcional (DVAP), Distribuição do Valor Agregado não Proporcional (DVAnP), Depreciação Proporcional (DP) e Depreciação não Proporcional (DnP)

Distribuição do Valor Agregado Proporcional (DVAP) (Salário de diarista + FUNRURAL)		
Total (R\$)	Uva comum (R\$)	Uva vinífera (R\$)
	3,00 ha	1,50 ha
2.033,52	1.355,68	677,84

Distribuição do Valor Agregado não Proporcional (DVAnP) (Impostos + Salários fixos + ITR + Sindicato)		
Total (R\$)	Uva comum (R\$)	Uva vinífera (R\$)
384,00	0,00	0,00

Depreciação Proporcional (DP) (Depreciação do parreiral + Depreciação das pipas)		
Total (R\$)	Uva comum (R\$)	Uva vinífera (R\$)
	1,50 ha	5,50 ha
0,00	0,00	0,00

Depreciação não Proporcional (DnP) (Depreciação de máquinas e equipamentos + Depreciação de instalações + Depreciação da cantina + Depreciação dos demais equipamentos da cantina)		
Total (R\$)	Uva comum (R\$)	Uva vinífera (R\$)
0,00	0,00	0,00

Cálculo do coeficiente angular (a) e do coeficiente linear (b)

$a = PB - CI - DP - DVAP/SAU$	5.680,97
$b = (DnP + DVAnP)/UTF$	192,00

Modelo global da renda

$y = ax + b$	
$a = PB - CI - DP - DVAP/SAU$	5.680,97
$x = SAU/UTF$	2,75
$b = (DnP + DVAnP)/UTF$	192,00
NRS (R\$)	3.900,00

Modelo de composição da renda

y = ax + b					
Atividades	a = RA marginal	x = SAU/UTF	b = (DnP+DVAnP)/UTF	Saldo (ax-b)	Acumulado
Subsistência	2.086,77	0,50	192,00	851,38	851,38
Uva comum	7.006,35	0,75	0,00	5.254,76	6.106,15
Uva vinífera	5.426,35	0,50	0,00	2.713,18	8.819,32

Dados de origem do gráfico de composição da renda

SAU/UTF (x)	Subsistência	Uva comum	Uva vinífera	NRS
0,00	-51,00			3.900,00
0,50	992,38	992,38		3.900,00
1,25		4.055,15	4.055,15	3.900,00
1,75			6.736,99	3.900,00

5. Tipo familiar com cantina não-legalizada

Caracterização do sistema de produção

Superfície Própria (ha)	14,50
Superfície Arrendada (ha)	0,00
Superfície Total (ha)	14,50
Superfície Agrícola Útil (ha)	8,50
Superfície efetivamente utilizada (ha)	8,50
Unidades de Trabalho Contratadas	0,30
Unidades de Trabalho Familiar	3,00

Cálculo do produto bruto (PB)

Produto bruto das atividades comerciais					
Atividades	Produção total (kg ou l)	Área (ha)	Rendimento (kg/ha)	Preço (R\$)	Valor total (R\$)
Uva comum	57.500,00	2,87	20.000,00	0,42	24.150,00
Uva vinífera	16.250,00	1,62	10.000,00	1,00	16.250,00
Vinho comum	34.000,00	2,13	0,00	1,60	54.400,00
Vinho vinífera	3.000,00	0,38	0,00	4,00	12.000,00
Total	-	7,00	-	-	106.800,00

Produto bruto das atividades de subsistência				
Atividades	Unidade	Produção	Preço (R\$)	Valor total (R\$)
Suíno	kg	320,00	4,00	1.280,00
Leite	l	1000,00	1,10	1.100,00
Ovos	dz	800,00	2,00	1.600,00
Milho	kg	500,00	0,46	230,00
Feijão	kg	60,00	1,70	102,00
Uva	kg	100,00	0,42	42,00
Vinho	l	900,00	1,60	1.440,00
Total	-	-	-	5.794,00

Produto bruto total	
Atividades	Valor (R\$)
Produto bruto das atividades comerciais	106.800,00
Produto bruto das atividades de subsistência	5.794,00
Total	112.594,00

Cálculo do consumo intermediário (CI)

Consumo intermediário das atividades comerciais: uva comum e uva vinífera				Área: 7,00 ha
Insumos	Unidade	Quantidade usada	Preço unitário (R\$)	Valor total (R\$)
NPK 10:15:30	Saco 50 kg	35,00	40,00	1.400,00
Calcário	Tonelada	17,50	100,00	437,50
Sulfato de cobre	kg	140,00	1,70	238,00
Cal	kg	140,00	0,50	70,00
Sulfato pronto	kg	21,00	2,08	43,68
Dithane	kg	21,00	14,00	294,00
Cercobin	Galão 5 l	3,00	250,00	750,00
Antracol	kg	42,00	14,00	588,00
Sensor	l	3,00	250,00	750,00
Folpan	kg	21,00	23,00	483,00
Fitofos	l	63,00	18,00	1.134,00
Formicida pó (arsênico)	kg	3,00	15,00	45,00
Formicida granulado	kg	2,00	6,00	12,00
Roundap	Galão 5 l	6,00	58,00	348,00
Dormex	l	4,00	75,00	300,00
Vime	kg	291,69	1,20	350,03
Diesel	l	210,00	1,70	357,00
Gasolina	l	14,00	2,50	35,00
Manutenção de máquinas e equipamentos	-	-	-	1.000,00
Total	-	-	-	8.635,21
CI/ha	-	-	-	1.233,60

Consumo intermediário da vinificação do vinho comum				
Insumos	Unidade	Quantidade usada	Preço unitário (R\$)	Valor total (R\$)
Açúcar	kg	850,00	0,90	765,00
Rolhas garrafão	Unidade	350,00	0,09	31,50
Garrafão de 5 l	Unidade	350,00	2,00	700,00
Energia elétrica	-	-	-	200,00
Água sanitária	l	15,00	2,50	37,50
Total	-	-	-	1.734,00

Consumo intermediário da vinificação do vinho vinífera				
Insumos	Unidade	Quantidade usada	Preço unitário (R\$)	Valor total (R\$)
Açúcar	kg	60,00	0,90	54,00
Energia elétrica	-	-	-	100,00
Água sanitária	l	2,00	1,50	3,00
Total	-	-	-	157,00

Consumo intermediário das atividades de subsistência				Área: 0,50 ha
Insumos	Unidade	Quantidade usada	Preço unitário (R\$)	Valor total (R\$)
Milho	kg	300,00	0,46	138,00
Sementes para horta	-	-	-	30,00
Medicamentos/Vacinas	-	-	-	100,00
Ração	Saco 25 kg	12,00	11,00	132,00
Total	-	-	-	400,00
CI/ha	-	-	-	800,00

Consumo intermediário total	
Atividades	Valor (R\$)
Consumo intermediário das atividades comerciais	10.526,21
Consumo intermediário das atividades de subsistência	400,00
Total	10.926,21

Cálculo da distribuição do valor agregado (DVA)

Itens	Valor (R\$)
FUNRURAL Uva (2,3% do PB)	929,20
ITR	10,00
Sindicato	168,00
Diarista	600,00
Total	1.707,20

Cálculo das depreciações (DP)

Depreciação das instalações					
Tipo	Área (m ²)	Valor (R\$/m ²)	Valor total (R\$)	Duração (anos)	Depreciação anual (R\$)
Galpão madeira	100,00	125,55	12.555,00	30,00	376,65
Porão misto	80,00	209,25	16.740,00	50,00	301,32
Total	-	-	-	-	677,97

Depreciação de máquinas e equipamentos					
Tipo	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)	Duração (anos)	Depreciação anual (R\$)
Trator Agrale 4200	1,00	7.000,00	7.000,00	5,00	1.120,00
Pulverizador Jacto 300 l	1,00	2.500,00	2.500,00	12,00	166,67
Lâmina	1,00	1.000,00	1.000,00	15,00	53,33
Roçadeira	1,00	3.500,00	3.500,00	15,00	186,67
Carreta agrícola	1,00	2.000,00	2.000,00	12,00	133,33
Motor	1,00	1.500,00	1.500,00	8,00	150,00
Bomba	1,00	1.500,00	1.500,00	8,00	150,00
Mangueiras	200,00 m	2,00	400,00	5,00	64,00
Canos	150,00 m	2,00	300,00	5,00	48,00
Motosserra	1,00	1200,00	1.200,00	12,00	80,00
Roçadeira manual	1,00	1.300,00	1.300,00	12,00	86,67
Pulverizador costal manual	1,00	100,00	100,00	12,00	6,67
Pulverizador costal mecanizado	0,00	1.200,00	0,00	12,00	0,00
Caixas de colheita	400,00	30,00	12.000,00	8,00	1.200,00
Tesoura de poda nacional	4,00	30,00	120,00	5,00	19,20
Total	-	-	-	-	3.464,53

Depreciação de máquinas e equipamentos de cantina					
Tipo	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)	Duração (anos)	Depreciação anual (R\$)
Pipa polipropileno 1.000 l	2,00	550,00	1.100,00	30,00	29,33
Pipa polipropileno 1.500 l	2,00	795,00	1.590,00	30,00	42,40
Pipa polipropileno 2.000 l	6,00	980,00	5.880,00	30,00	156,80
Pipa polipropileno 4.000 l	1,00	2.040,00	2.040,00	30,00	54,40
Pipa inox 2.000 l	1,00	4.875,00	4.875,00	50,00	78,00
Bomba elétrica	1,00	1.100,00	1.100,00	10,00	88,00
Mangueira	20,00 m	22,00	440,00	10,00	35,20
Total	-	-	-	-	484,13

Depreciação do parreiral					
Tipo	Área total (ha)	Valor/ha (R\$)	Valor total (R\$)	Duração (anos)	Depreciação anual (R\$)
Parreiral comum latada	5,00	13.035,55	65.177,75	30,00	1.738,07
Parreiral vinífera latada	2,00	28.035,55	56.071,10	15,00	2.990,46
Total	-	-	-	-	4.728,53

Depreciação anual total	
Tipo	Valor (R\$)
Depreciação das instalações	677,97
Depreciação de máquinas e equipamentos	3.464,53
Depreciação de máquinas e equipamentos da cantina	484,13
Depreciação do parreiral	4.728,53
Total	9.355,17

Síntese dos resultados econômicos globais

UTF	3,00	UTC	0,30	SAU	8,50
Itens		Total		Ha	%
Produto Bruto		11.2594,00		13.246,35	100%
Consumo Intermediário		10.926,21		1.285,44	9,70
Valor Agregado Bruto		101.667,79		11.960,92	90,30
Depreciação Total		9.355,17		1.100,61	8,31
Valor Agregado Líquido		92.312,62		10.860,31	81,99
Distribuição do Valor Agregado		1.707,20		200,85	1,52
Renda Agrícola		90.605,42		10.659,46	80,47
Valor Agregado por unidade de trabalho		27.973,52		-	-
Valor Agregado por unidade de área		10.860,31			
Remuneração do Trabalho Familiar		30.201,81		-	-

Quadro síntese dos resultados econômicos por atividade

Atividade	Área (ha)	PB (R\$)	CI (R\$)	VAB total (R\$)	VAB/ha (R\$)
Uva comum	2,87	24.150,00	3.540,44	20.609,56	7.181,03
Uva vinífera	1,62	16.250,00	1.998,43	14.251,57	8.797,26
Vinho comum	2,13	54.400,00	4.361,57	50.038,43	23.492,22
Vinho vinífera	0,38	12.000,00	625,77	11.374,23	29.932,19
Subsistência	0,50	5.794,00	400,00	5.394,00	10.788,00
Total	7,50	112.594,00	10.926,21	101.667,79	13.555,71

Cálculo de Distribuição do Valor Agregado Proporcional (DVAP), Distribuição do Valor Agregado não Proporcional (DVAnP), Depreciação Proporcional (DP) e Depreciação não Proporcional (DnP)

Distribuição do Valor Agregado Proporcional (DVAP) (Salário de diarista + FUNRURAL)		
Total (R\$)	Uva comum (R\$)	Uva vinífera (R\$)
	2,87 ha	1,62 ha
1.529,20	839,94	474,11

Distribuição do Valor Agregado não Proporcional (DVAnP) (Impostos + Salários fixos + ITR + Sindicato)				
Total (R\$)	Uva comum (R\$)	Uva vinífera (R\$)	Vinho comum (R\$)	Vinho vinífera (R\$)
178,00				
Específico	0,00	0,00	0,00	0,00

Depreciação Proporcional (DP) (Depreciação do parreiral + Depreciação das pipas)				
Total (R\$)	Uva comum (R\$)	Uva vinífera (R\$)	Vinho comum (R\$)	Vinho vinífera (R\$)
5.089,47	2,87 ha	1,62 ha	2,13 ha	0,38 ha
Específico	997,65	2.422,27	1.101,35	568,19

Depreciação não Proporcional (DnP) (Depreciação de máquinas e equipamentos + Depreciação de instalações + Depreciação da cantina + Depreciação dos demais equipamentos da cantina)				
Total (R\$)	Uva comum (R\$)	Uva vinífera (R\$)	Vinho comum (R\$)	Vinho vinífera (R\$)
4.265,70				
Geral (R\$)				
3.841,18				
Específico	0,00	0,00	424,52	0,00

Cálculo do coeficiente angular (a) e do coeficiente linear (b)

$a = PB - CI - DP - DVAP/SAU$	11.182,25
$b = (DnP + DVAnP)/UTF$	1.481,23

Modelo global da renda

$y = ax + b$	
$a = PB - CI - DP - DVAP/SAU$	5.680,97
$x = SAU/UTF$	2,75
$b = (DnP + DVAnP)/UTF$	192,00
NRS (R\$)	3.900,00

Modelo de composição da renda

$y = ax + b$					
Atividades	$a = RA \text{ marginal}$	$x = SAU/UTF$	$b = (DnP+DVAnP)/UTF$	Saldo (ax-b)	Acumulado
Subsistência	10.788,00	0,17	13.39,73	458,27	458,27
Uva comum	6.540,76	0,96	0,00	6.257,32	6.715,59
Uva vinífera	7.009,37	0,54	0,00	3.785,06	10.500,65
Vinho comum	22.889,44	0,71	141,51	16.110,00	26.610,65
Vinho vinífera	28.351,24	0,13	0,00	3.591,16	30.201,81

Dados de origem do gráfico de composição da renda

SAU/UTF (x)	Subsistência	Uva comum	Uva vinífera	Vinho comum	Vinho vinífera	NRS
0,00	-1.339,73					3.900,00
0,17	458,27	458,27				3.900,00
1,12		6.715,59	6.715,59			3.900,00
1,66			10.500,65	10.359,15		3.900,00
2,37				26.469,14	26.469,14	3.900,00
2,50					30.201,81	3.900,00

6. Tipo familiar com cantina legalizada

Caracterização do sistema de produção

Superfície Própria (ha)	10,00
Superfície Arrendada (ha)	0,00
Superfície Total (ha)	10,00
Superfície Agrícola Útil (ha)	7,00
Superfície efetivamente utilizada (ha)	7,00
Unidades de Trabalho Contratadas	0,05
Unidades de Trabalho Familiar	3,00

Cálculo do produto bruto (PB)

Produto bruto das atividades comerciais					
Atividades	Produção total (kg ou l)	Área (ha)	Rendimento (kg/ha)	Preço (R\$)	Valor total (R\$)
Uva comum	55.500,00	2,41	23.000,00	0,42	23.310,00
Uva vinífera	16.000,00	1,33	12.000,00	1,10	17.600,00
Vinho vinífera	20.000,00	1,09	23.000,00	1,60	32.000,00
Vinho comum	16.000,00	1,67	12.000,00	16,00	256.000,00
Total	-	6,50	-	-	328.910,00

Produto bruto das atividades de subsistência				
Atividades	Unidade	Produção	Preço (R\$)	Valor total (R\$)
Vinho	l	200,00	1,60	320,00
Total	-	-	-	320,00

Produto bruto total	
Atividades	Valor (R\$)
Produto bruto das atividades comerciais	328.910,00
Produto bruto das atividades de subsistência	320,00
Total	32.9230,00

Cálculo do consumo intermediário (CI)

Consumo intermediário das atividades comerciais: uva comum e uva vinífera				Área: 6,50 ha
Insumos	Unidade	Quantidade usada	Preço unitário (R\$)	Valor total (R\$)
NPK 10:15:30	Saco 50 kg	35,00	40,00	1.400,00
Calcário	Tonelada	17,50	100,00	437,50
Sulfato de cobre	kg	140,00	1,70	238,00
Cal	kg	140,00	0,50	70,00
Sulfato pronto	kg	21,00	2,08	43,68
Dithane	kg	21,00	14,00	294,00
Cercobin	Galão 5 l	3,00	250,00	750,00
Antracol	kg	42,00	14,00	588,00
Sensor	l	3,00	250,00	750,00
Folpan	kg	21,00	23,00	483,00
Fitofos	l	63,00	18,00	1.134,00
Formicida pó (arsênico)	kg	3,00	15,00	45,00
Formicida granulado	kg	2,00	6,00	12,00
Roundap	Galão 5 l	6,00	58,00	348,00
Dormex	l	4,00	75,00	300,00
Vime	kg	291,69	1,20	350,03
Diesel	l	210,00	1,70	357,00
Gasolina	l	14,00	2,50	35,00
Manutenção de máquinas e equipamentos	-	-	-	1.000,00
Total	-	-	-	8.635,21
CI/ha	-	-	-	1.328,49

Consumo intermediário da vinificação do vinho comum				
Insumos	Unidade	Quantidade usada	Preço unitário (R\$)	Valor total (R\$)
Açúcar	kg	300,00	0,90	270,00
Rolhas garrafão	Unidade	300,00	0,09	27,00
Garrafão de 5 l	Unidade	300,00	2,00	600,00
Cápsula para garrafão	Unidade	300,00	0,06	18,00
Energia elétrica	-	0,00		80,00
Água sanitária	l	10,00	2,50	25,00
Total	-	-	-	1.020,00

Consumo intermediário da vinificação do vinho vinífera				
Insumos	Unidade	Quantidade usada	Preço unitário (R\$)	Valor total (R\$)
Açúcar	kg	800,00	0,90	720,00
Rolhas garrafa	Unidade	6.000,00	0,09	540,00
Garrafas de 750 ml	Unidade	6.000,00	1,10	6.600,00
Rótulos	Unidade	6.000,00	0,50	3.000,00
Caixas individuais para garrafa	Unidade	1.000,00	1,30	1.300,00
Caixa para 6 garrafas	Unidade	1.000,00	0,30	300,00
Leveduras	kg	3,20	15,00	48,00
Tanino	kg	4,80	1.000,00	4.800,00
Energia elétrica	-			100,00
Água sanitária	l	10,00	1,50	15,00
Cápsula	Unidade	6.000,00	0,10	600,00
Papel de seda	-	-	-	500,00
Total	-	-	-	17.423,00

Consumo intermediário total	
Atividades	Valor (R\$)
Consumo intermediário das atividades comerciais	27.078,21
Consumo intermediário das atividades de subsistência	0,00
Total	10.926,21

Cálculo da distribuição do valor agregado (DVA)

Itens	Valor (R\$)
FUNRURAL Uva (2,3% do PB)	940,93
ITR	10,00
Sindicato	168,00
Juros de investimento	1.920,00
Diarista	600,00
Total	3.638,93

Distribuição do valor agregado (DVA) pela cantina

Itens	Valor (R\$)
ART do enólogo	300,00
Impostos sobre vinho vinífera (43% do preço de venda)	110.080,00
Impostos sobre vinho comum (43% do preço de venda)	13.760,00
Fepam	200,00
Alvará	200,00
Total	124.540,00

Cálculo das depreciações (DP)

Depreciação das instalações					
Tipo	Área (m ²)	Valor (R\$/m ²)	Valor total (R\$)	Duração (anos)	Depreciação anual (R\$)
Galpão Misto	100,00	167,40	16.740,00	40,00	376,65
Cantina	300,00	209,25	62.775,00	50,00	1.129,95
Total	-	-	-	-	1.506,60

Depreciação de máquinas e equipamentos					
Tipo	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)	Duração (anos)	Depreciação anual (R\$)
Trator Agrale 4200	1,00	7.000,00	7.000,00	5,00	1.120,00
Trator Massey F. 35	1,00	13.000,00	13.000,00	5,00	2.080,00
Pulverizador Jacto 300 l	1,00	2.500,00	2.500,00	12,00	166,67
Lâmina	1,00	1.000,00	1.000,00	15,00	53,33
Roçadeira	1,00	3.500,00	3.500,00	15,00	186,67
Carreta Agrícola	1,00	2.000,00	2.000,00	12,00	133,33
Motor	1,00	1.500,00	1.500,00	8,00	150,00
Bomba	1,00	1.500,00	1.500,00	8,00	150,00
Mangueiras	200,00 m	2,00	400,00	5,00	64,00
Motosserra	1,00	1.200,00	1.200,00	12,00	80,00
Pulverizador costal manual	1,00	100,00	100,00	12,00	6,67
Caixas de colheita	450,00	30,00	13.500,00	8,00	1.350,00
Caminhão F 600 usado	1,00	7.000,00	7.000,00	7,00	800,00
Tesoura de poda importada	4,00	150,00	600,00	7,00	68,57
Total	-	-	-	-	6.409,24

Depreciação de máquinas e equipamentos de cantina					
Tipo	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)	Duração (anos)	Depreciação anual (R\$)
Pipa madeira 4.000 l	2,00	3.500,00	7.000,00	30,00	186,67
Pipa madeira 15.000 l	1,00	13.125,00	13.125,00	30,00	350,00
Pipa polipropileno 2.000 l	2,00	980,00	1.960,00	30,00	52,27
Pipa polipropileno 4.500 l	1,00	2.280,00	2.280,00	30,00	60,80
Pipa inox 2.000 l	4,00	4.875,00	19.500,00	50,00	312,00
Pipa inox 5.000 l	4,00	7.330,00	29.320,00	50,00	469,12
Pipa inox 15000l	1,00	14.523,00	14.523,00	50,00	232,37
Balança	1,00	20.000,00	20.000,00	10,00	1.600,00
Desengaçadeira	1,00	17.000,00	17.000,00	10,00	1.360,00
Bomba elétrica	1,00	1.100,00	1.100,00	10,00	88,00
Total	-	-	-	-	4.711,22

Depreciação do parreiral					
Tipo	Área total (ha)	Valor/ha (R\$)	Valor total (R\$)	Duração (anos)	Depreciação anual (R\$)
Parreiral comum latada	3,50	13.035,55	45.624,43	30,00	1.216,65
Parreiral vinífera latada	2,00	28.035,55	56.071,10	15,00	2.990,46
Parreiral vinífera espaldeira	1,00	44.192,17	44.192,17	15,00	2.356,92
Total					6.564,03

Depreciação anual total	
Tipo	Valor (R\$)
Depreciação das instalações	1.506,60
Depreciação de máquinas e equipamentos	6.409,24
Depreciação de máquinas e equipamentos da cantina	4.711,22
Depreciação do parreiral	6.564,03
Total	19.191,09

Síntese dos resultados econômicos globais

UTF	3,00	UTC	0,05	SAU	7,00
Itens		Total		Ha	%
Produto Bruto		329.230,00		47.032,86	100%
Consumo Intermediário		27.078,21		3.868,32	8,22
Valor Agregado Bruto		302.151,79		43.164,54	91,78
Depreciação Total		19.191,09		2.741,58	5,83
Valor Agregado Líquido		282.960,71		40.422,96	85,95
Distribuição do Valor Agregado		128.178,93		18.311,28	38,93
Renda Agrícola		154.781,78		22.111,68	47,01
Valor Agregado por unidade de trabalho		92.628,39		-	-
Valor Agregado por unidade de área		40.422,96		-	-
Remuneração do Trabalho Familiar		51.593,93			

Quadro síntese dos resultados econômicos por atividade

Atividade	Área (ha)	PB (R\$)	CI (R\$)	VAB total (R\$)	VAB/ha (R\$)
Uva comum	2,41	23.310,00	3.201,67	20.108,33	8.343,71
Uva vinífera	1,33	17.600,00	1.766,90	15.833,10	11.904,59
Vinho comum	1,09	32.000,00	2.468,06	29.531,94	27.093,52
Vinho vinífera	1,67	256.000,00	19.641,58	236.358,42	141.531,99
Subsistência	0,50	320,00	0,00	320,00	640,00
Total	7,00	32.9230,00	27.078,21	302.151,79	43.164,54

Cálculo de Distribuição do Valor Agregado Proporcional (DVAP), Distribuição do Valor Agregado não Proporcional (DVAnP), Depreciação Proporcional (DP) e Depreciação não Proporcional (DnP)

Distribuição do Valor Agregado Proporcional (DVAP) (Salário de diarista + FUNRURAL)		
Total (R\$)	Uva comum (R\$)	Uva vinífera (R\$)
	2,41 ha	1,33 ha
125.380,93	828,78	457,38

Distribuição do Valor Agregado não Proporcional (DVAnP) (Impostos + Salários fixos + ITR + Sindicato)				
Total (R\$)	Uva comum (R\$)	Uva vinífera (R\$)	Vinho comum (R\$)	Vinho vinífera (R\$)
2.798,00				
Geral (R\$)				
2.098,00				
Específico	0,00	0,00	0,00	700,00

Depreciação Proporcional (DP) (Depreciação do parreiral + Depreciação das pipas)				
Total (R\$)	Uva comum (R\$)	Uva vinífera (R\$)	Vinho comum (R\$)	Vinho vinífera (R\$)
8.227,25	2,41 ha	1,33 ha	1,09 ha	1,67 ha
Específico	837,75	2.370,67	378,90	4.639,93

Depreciação não Proporcional (DnP) (Depreciação de máquinas e equipamentos + Depreciação de instalações + Depreciação da cantina + Depreciação dos demais equipamentos da cantina)				
Total (R\$)	Uva comum (R\$)	Uva vinífera (R\$)	Vinho comum (R\$)	Vinho vinífera (R\$)
10.963,84				
Geral (R\$)				
6.785,89				
Específico	0,00	0,00	4.177,95	0,00

Cálculo do coeficiente angular (a) e do coeficiente linear (b)

$a = PB - CI - DP - DVAP/SAU$	24.077,66
$b = (DnP + DVAnP)/UTF$	4.587,28

Modelo global da renda

$y = ax + b$	
$a = PB - CI - DP - DVAP/SAU$	24.077,66
$x = SAU/UTF$	2,33
$b = (DnP + DVAnP)/UTF$	4.587,28
NRS (R\$)	3.900,00

Modelo de composição da renda

$y = ax + b$					
Atividades	$a = RA \text{ marginal}$	$x = SAU/UTF$	$b = (DnP+DVAnP)/UTF$	Saldo (ax-b)	Acumulado
Subsistência	640,00	0,17	2.961,30	- 2.854,63	- 2.854,63
Uva comum	7.652,20	0,80	0,00	6.147,27	3.292,64
Uva vinífera	9.778,24	0,44	0,00	4.335,02	7.627,65
Vinho comum	14.029,75	0,36	0,00	5.097,48	12.725,13
Vinho vinífera	72.745,11	0,56	1.625,98	38.868,80	51.593,93

Dados de origem do gráfico de composição da renda

SAU/UTF (x)	Subsistência	Uva comum	Uva vinífera	Vinho comum	Vinho vinífera	NRS
0,00	- 2.961,30					3.900,00
0,17	- 2.854,63	- 2.854,63				3.900,00
0,97		3.292,64	3.292,64			3.900,00
1,41			7.627,65	7.627,65		3.900,00
1,78				12.725,13	12.725,13	3.900,00
2,33					51.593,93	3.900,00

7. Construção do gráfico da renda agrícola global por unidade de trabalho na unidade de área manejada por pessoa dos tipos de agricultores do Vale dos Vinhedos

Equações globais da renda agrícola

$y = ax + b$					
Tipos	$a = (PB - CI - DP - DVAP)/SAU$	$x = SAU/UTF$	$b = (DnP + DVAnp)/ UTF$	Saldo (ax-b)	Acumulado
Familiar produtor de uva comum e uva vinífera	4.663,40	2,30	1.882,95	8.842,88	8.842,88
Familiar proprietário e arrendatário	4.910,04	3,50	2.315,66	14.869,49	23.712,36
Familiar parceiro proprietário e parceiro não-proprietário	5.680,97	2,75	192,00	15.430,67	39.143,03
Patronal parceiro da vinícola Miolo	10.059,02	2,50	2.371,57	22.775,99	61.919,02
Familiar com cantina não-legalizada	11.182,25	2,83	1.481,23	30.201,81	30.201,81
Familiar com cantina legalizada	24.077,66	2,33	4.587,28	51.593,93	81.795,73

Dados de origem do gráfico global da renda agrícola

SAU/UTF	Familiar produtor de uva comum e uva vinífera	Familiar proprietário e arrendatário	Familiar parceiro proprietário e parceiro não-proprietário	Patronal parceiro da vinícola Miolo	Familiar com cantina não-legalizada	Familiar com cantina legalizada	NRS
0,00	-1.882,95	-2.315,66	-192,00	-2.371,57	-1.481,23	-4.587,28	3.900,00
0,50	448,75	139,36	2.648,49	2.657,95	4.109,89	7.451,55	3.900,00
1,00	2.780,46	2.594,38	5.488,97	7.687,46	9.701,02	19.490,38	3.900,00
1,50	5.112,16	5.049,40	8.329,46	12.716,97	15.292,14	31.529,21	3.900,00
2,00	7.443,86	7.504,42	11.169,94	17.746,48	20.883,27	43.568,04	3.900,00
2,50	9.775,56	9.959,44	14.010,43	22.775,99	26.474,39	55.606,87	3.900,00
3,00	12.107,26	12.414,46	16.850,91	27.805,50	32.065,52	67.645,70	3.900,00
3,50	14.438,96	14.869,49	19.691,40	32.835,02	37.656,64	79.684,53	3.900,00
4,00	16.770,66	17.324,51	22.531,88	37.864,53	43.247,77	91.723,36	3.900,00
4,50	19.102,36	19.779,53	25.372,37	42.894,04	48.838,89	103.762,19	3.900,00
5,00	21.434,07	22.234,55	28.212,85	47.923,55	54.430,02	115.801,02	3.900,00

8. Construção do gráfico de valor agregado por unidade de trabalho na unidade de área manejada por pessoa da viticultura e vinicultura desenvolvidas no Vale dos Vinhedos

Equações globais de valor agregado

y = ax + b					
Tipos	a = (PB – CI – DP)/SAU	x = SAU/UT	b = DnP/UT	Saldo (ax-b)	Acumulado
Familiar produtor de uva comum e uva vinífera	5.193,08	2,14	1.728,16	9.399,86	9.399,86
Familiar proprietário e arrendatário	6.143,99	3,23	2.130,55	17.740,19	27.140,05
Familiar parceiro proprietário e parceiro não-proprietário	6.050,70	2,61	48,35	15.726,70	42.866,74
Patronal parceiro da vinícola Miolo	10.528,51	1,82	874,34	18.338,27	61.205,01
Familiar com cantina não-legalizada	11.362,16	2,58	1.292,64	27.973,52	27.973,52
Familiar com cantina legalizada	41.989,22	2,29	3.589,06	92.628,39	120.601,92

Dados de origem do gráfico de valor agregado

SAU/UT	Familiar produtor de uva comum e uva vinífera	Familiar proprietário e arrendatário	Familiar parceiro proprietário e parceiro não-proprietário	Patronal parceiro da vinícola Miolo	Familiar com cantina não-legalizada	Familiar com cantina legalizada
0,00	-1.728,16	-2.130,55	-48,35	-874,34	-1292,64	-3.589,06
0,50	868,37	941,44	2.977,00	4.389,92	4.388,44	17.405,55
1,00	3.464,91	4.013,44	6.002,35	9.654,17	10.069,52	38.400,16
1,50	6.061,45	7.085,43	9.027,70	14.918,43	15.750,60	59.394,77
2,00	8.657,99	10.157,42	12.053,06	20.182,68	21.431,67	80.389,38
2,50	11.254,53	13.229,41	15.078,41	25.446,94	27.112,75	101.383,99
3,00	13.851,07	16.301,41	18.103,76	30.711,19	32.793,83	122.378,60
3,50	16.447,60	19.373,40	21.129,11	35.975,45	38.474,91	143.373,21
4,00	19.044,14	22.445,39	24.154,46	41.239,71	44.155,99	164.367,82
4,50	21.640,68	25.517,39	27.179,82	46.503,96	49.837,06	185.362,43
5,00	24.237,22	28.589,38	30.205,17	51.768,22	55.518,14	206.357,04

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)